

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • nº 105 • 1 a 14 de maio de 1980 • Cr\$ 25,00

O governo fala aos grevistas

AUTORIDADES CUMPREM A LEI

1º de Maio: 31 dias de resistência no ABC



Minas
70.000
professores
em greve
(Pág. 7)

Foto: Jesus Carlin

Flagrante na Volks: Fura-greves confessam paralisação total

Pág. 24

A Nicarágua sem burguesia (Pág. 20)

UNE: A crise da entidade (Pág. 5)

ABC abre os olhos Para quem ainda acreditava na abertura

Por Eder Sader

A estratégia montada por Murilo Macedo para dobrar os metalúrgicos do ABC dentro dos marcos da "abertura controlada" de Figueiredo, fracassou rotundamente no 17º dia de greve, quando ele anunciou a intervenção com uma cara de quem nem mais sabia o que estava fazendo, trocando palavras e não vendo a hora de ver-se livre dos jornalistas. Essa estratégia previa esvaziar o movimento com a decretação de sua ilegalidade, a força bruta contra piquetes e uma genial ofensiva de estupidez para jogar a população contra os grevistas (que eles "pensassem em suas famílias" e voltassem ao trabalho, que eles são a famosa elite dos "porteiros que ganham mais de Cr\$ 100" do Maluf, que a preocupação com eles por parte da Igreja significa "esquecer os favelados" segundo a piedosa observação do Camilo Pena).

Todo esse esquema furou graças à organização do ABC e ao descrédito que as palavras do Planalto encontram entre a população após tantos anos de mordomias, corrupção, enriquecimento fácil de uns poucos às custas do trabalho suado de tantos. Aí veio a artilharia pesada: o "império da lei" como dizem os paspalhos do PDS, esquecendo-se o que acabara de dizer o Galveas para justificar os escândalos do Vale do Rio de Doce, ao arripio da própria lei. Para os operários no entanto é aplicação "implacável da lei": prisões dos líderes, proibição de reuniões, ameaças contra a Igreja e deputados, agressões indiscriminadas. O fundamental era (e é) impedir — custasse o que custasse — uma retomada de negociações que pusesse em pauta o problema da estabilidade e acabasse a brincadeira de burlar qualquer reajuste através da rotatividade nas empresas.

A perda do prédio não adiantou nada e no 20º dia veio a prisão do Lula. Estamos completando 1 mês de greve. Mas hoje já algo mais fracassou, além da ridícula estratégia do triste Murilo Macedo.

Não é só também a "imagem do Brasil no exterior" que já foi de novo "prás cucuias". De nada adianta o **Estadão** delatar comunicações entre a Igreja brasileira e entidades cristãs européias: a "má imagem" vem do simples fato de que responder a uma greve operária com a prisão dos líderes é algo difícil de tragar em qualquer país onde haja uma opinião pública atuante. Mas por

detrás de tudo isso, o mais importante foi a "volta do sistema". Tem muita gente se perguntando se virá algum retrocesso. Melhor fariam se olhassem já o significado do que está se passando em São Paulo.

No dia das prisões se especulou muito quem estaria tomando a iniciativa. Por que o próprio ministro da Justiça, inadvertidamente, deixou escapar que as ordens não tinham partido de Brasília. Soube-se depois que elas foram despachadas do gabinete do comandante do II Exército que interpretou segundo a sua própria cartilha a diretriz de "aplicar a lei". E o fez segundo os hábitos do velho Ednardo. Botou o — DOI-CODI — na rua, prendendo quem devia e quem não devia, deixou a responsabilidade nos ombros do DEOPS onde não se sabia de nada, mandou atacar quem se pusesse pelo caminho, fosse deputado ou cardeal.

Hoje em São Paulo o sr. Maluf pode organizar suas mordomias mas, para o essencial, quem decide é o general Milton Tavares. O mesmo que, respondendo a uma pergunta sobre a corrupção no regime, disse que "não vou dizer a vocês que não haja corrupção, porque basta haver 3 pessoas para uma roubar outras duas" (**Estadão** 29/3/80).

Não se trata tanto de um retrocesso mas sim da afirmação do tipo de "democracia" que pode vir das nossas classes dominantes. E agora com o já notório fracasso da "política anti-inflacionária" de Delfim, aumentam as chamadas para uma nova escalada contra os trabalhadores para dar novo fôlego ao capitalismo brasileiro.

São muitos os que buscam apenas um lugar na "abertura" do regime militar. Mas os que se limitam a ocupar espaços cedidos pelo regime terminam cúmplices da exploração sobre a qual ele se assenta, ou prisioneiros impotentes diante de qualquer endurecimento.

A grande lição do ABC está na alternativa política que colocam os metalúrgicos. Não se trata de nenhuma aventura irresponsável. O que está em jogo não é ainda o próprio regime. Mas eles lutam por uma nova conquista — a estabilidade no emprego — que altera as condições de trabalho e remuneração no país. E se baseiam na própria organização popular. Por isso não dependem dos favores do Planalto.

Neilson Pentead



As idéias da crise e a crise das idéias O liberalismo burguês frente à greve dos metalúrgicos

Por Marco Aurélio Garcia

Quando, no futuro, historiadores e cientistas sociais se debruçarem sobre a greve dos metalúrgicos do ABC e suas incidências sobre a evolução do quadro político nacional um dos aspectos que merecerá a atenção será, sem dúvida, a profunda crise que viveu a ideologia burguesa nestes dias de abril.

Não nos ocupemos, evidentemente, das pérolas produzidas pelos Malufs, Murilos e Miltons, cujas declarações enriquecem mais um tomo do Festival da Besteira que Assola o País, há anos instituído pelo saudoso Stanislaw Ponte Preta. Deixemos de lado, igualmente, os silêncios reveladores dos artifícios do projeto aberturista, que devem estar se interrogando sobre a possibilidade de continuar concebendo "o ato político como obra de arte". A figura do "mago do Planalto" tão cultivada pelos basbaques da direita civilizada da editora Abril sai bastante arranhada do episódio. Seja qual for o resultado da greve, evidenciou-se a falácia das concepções dos que creem que a história se pode fazer a partir de receitas geniais ao arripio da luta de classes, para muitos, uma velharia do século XIX.

O mais interessante é, no entanto, examinar o comportamento das distintas correntes do liberalismo burguês, particularmente daqueles com sólidos assentos na grande imprensa. Se o comportamento do governo no enfrentamento da greve provoca o reproche, quando não a indignação de liberais com estatura, como um

Castello Branco ou um Alberto Dines, as mesmas respeitáveis atitudes não podem ser perceptíveis em outros arraiais.

As ilusões perdidas

Um dos comportamentos que pode ser detetado com maior frequência foi o desalento de certos jornalistas e políticos com a "intransigência" dos empresários. Inconformados com o fato de que nossa burguesia prefere o Estado de direita ao Estado de direito, Samuel Wainez, em um artigo sintomaticamente intitulado "A Amarga Capitulação" (Folha de São Paulo, 24 de abril) lamenta a "omissão" de um Olavo Setúbal que poderia levar Bardella, Villares et alii a um "diálogo que os trabalhadores parecem ansiosos por reabrir". Não foi outra a atitude do senador Teotônio Vilella que pelo telefone reclamava da "intransigência" de De Nigris e cia, ao mesmo tempo que esclarecia "eu também sou empresário".

A "decepção" parece tão grande que mesmo um analista advertido, como Guilhon Albuquerque, apesar de invocar a precedente do "pobre Tocqueville, amargurado ante a pusilanidade das classes dirigentes burguesas" em 1848 na França, acaba por sucumbir (teoricamente, é claro) à "amargura" ao afirmar que a "grande derrota do ABC é a recusa do empresariado paulista - ou sua impotência - para assumir o papel que lhe cabe na sociedade civil, numa democracia moderna." (Folha de São Paulo, 28 de abril). Tudo se passa como se à ditadura ("ar-

caica") tivesse de suceder uma democracia moderna". Não seria de se perguntar se a verdadeira democracia não se está gestando na prática auto-organizativa dos trabalhadores do ABC?

Pessimismo Lúcido

Neste particular é mais interessante escutar a voz grave do conservadorismo mesquitiano em um solene editorial do **Estadão** (27 de abril) quando apostrofa: "De tanto querer planejar o país, nosso governo preparou o que jamais quis; o conflito sem saída à vista; de tanto se arrogar iniciativas, o governo privou os diversos grupos da condição de partes numa negociação; de tanto limitar as possibilidades de ação dos indivíduos pode conduzir a sociedade a um nó, ao estrangulamento."

Catastrofista à sua maneira, ainda que a catástrofe não seja iminente, o **Estadão** parece haver compreendido o que verdadeiramente está em jogo no ABC, ainda que a partir de sua utopia liberal, viezada pelo seu incondicional conservadorismo empresarial: a "cegueira" ou "intransigência" governamental apressa um confronto, que, aparecendo como entre Lula e Figueiredo, não é mais do que o antagonismo radical entre uma ditadura que se pretende em transição para a democracia e uma nova democracia que nasce das lutas autônomas dos trabalhadores. Como afirma o editorial: neste impasse o que vai "no arrastão (é) a credibilidade do Estado." Dixit.

A fonte secou

As desventuras dos ministros econômicos na busca de dólares no exterior

Por L. Machado

Tendo que enfrentar um rombo de 12 bilhões de dólares nas contas externas em 1980 e resistindo em sujeitar a gestão da economia brasileira ao FMI - poria em risco nossa "autonomia decisória" - os ministros econômicos desfilaram recentemente pela primavera européia, mostrando mais uma faceta da ditadura militar: a "mão estendida", desta vez para esmolar os niqueis que permitam um breve desafogo para o regime vigente.

E lá se foram eles com o tradicional sorriso amarelo do otimismo oficial, tentar convencer seus patrocinadores externos a lhes tirarem da enrascada em que se encontram. Acontece que nem mesmo o sorriso amarelo consegue se sustentar nas faces "otimistas", à medida em que o acesso aos US\$ 12 bi vai se tornando impossível.

Entre os motivos que estariam brechando o acesso à outrora inesgotável mina de ouro, identificam-se: o "descalabro" da dívida externa, e a identificação pelos banqueiros internacionais de um "prelúdio de instabilidade política", ditado pela ascensão dos movimentos populares e pelo perigoso ressurgimento de facções nacionalistas nos quadros da ditadura e da burguesia.

Quanto ao "descalabro", os banqueiros põem em dúvida não apenas a capacidade de pagamento da dívida externa, que já monta a 55 bilhões de dólares -

dos quais 40 bi vencendo até 1985 - mas a própria capacidade de administração da mesma, que já de há muito estaria fora de controle.

Já o "prelúdio" veio colocar em perigo o recente acordo "Brasil-Comunidade Econômica Européia (CEE)" para atribuição recíproca da cláusula de "parcelamento favorável" no comércio internacional. A CEE pedia "garantias adicionais" para seus investimentos no Brasil, ao que a Comissão Brasileira respondia que tais garantias já constam da nossa Constituição. Depois de um breve impasse, o acordo foi concluído. Ao que parece, nenhuma "garantia adicional" foi concedida oficialmente. Mas enquanto isso, no ABC...

Quanto ao ressurgimento de setores nacionalistas, a situação é preocupante para os banqueiros internacionais, que vem demonstrando grande interesse pelo Programa Energético Brasileiro, com o qual não consentem aqueles setores.

Tais fatores conjugados vêm colocar o regime num impasse: a necessidade de recursos externos para sustentar o modelo de acumulação vigente vem impondo à ditadura novos revezes em sua busca de legitimação mínima que lhe permita continuar a mascarada da democracia relativa. Para enfrentar o impasse, a ditadura deixou cair definitivamente a máscara, com a intervenção brutal nos sindicatos

dos metalúrgicos do ABC e prisão de seus líderes, e com a advertência direta aos setores nacionalistas que começavam a se manifestar.

Enquanto "limpava a casa" e tentava desobstruir o tortuoso caminho aos dólares redentores, a ditadura se fazia representar na Europa, atacando com "o Brasil é a sociedade cristã no mundo que é o melhor parceiro para vocês" (Camilo Pena a empresários e banqueiros franceses) ao mesmo tempo em que defendia uma "profunda modificação estrutural no Sistema Econômico Internacional" (Galveas no FMI), que por sua vez, permitira ao Brasil sair de sua "crise conjuntural" (Delfim)!!

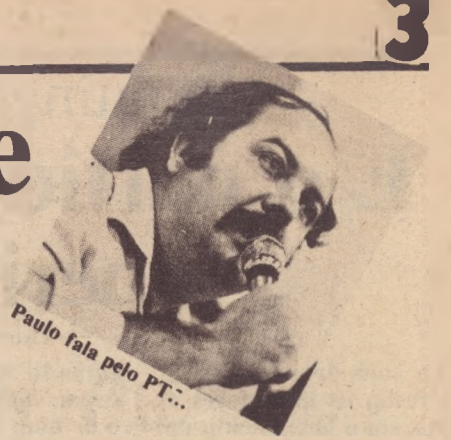
Os resultados da "aventura européia" da ditadura já vão se delineando: os banqueiros internacionais deverão mostrar-se um pouco mais acessíveis, uma vez escancaradas as portas do Prôalcool e da exploração do petróleo às multinacionais, restando, entretanto, o fantasma do FMI como um trunfo dos banqueiros contra os arroubos "democráticos e nacionalistas" da ditadura.

Em vista disso, torna-se cômico ouvir proclamações de que "resta ao Brasil optar por onde canalizará os recursos vindos do exterior" (Camilo Pena, na França), quando se sabe que o país não está em condições de canalizar nem muito menos de optar.

O PT diante da greve

Paulo Skromov, membro da Coordenação Nacional do Partido dos Trabalhadores e dirigente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, fala da «abertura», da greve e da atuação do PT nesta conjuntura.

Por Celso Castro



— A atitude do governo frente à greve do ABC pode caracterizar uma mudança importante em seu projeto político?

— Não houve transformação no processo de abertura. O plano de institucionalização de uma democracia formal não elimina, muito pelo contrário, pressupõe, manter a marginalização da classe operária e as ações repressivas contra a greve do ABC. Do ponto de vista do governo, cuja origem está na conspiração antipopular de 1964, é coisa natural. Seu objetivo é a proserição da classe operária do processo político, e a manutenção da atual estrutura sindical. O que eles provavelmente não contavam, era que viessem a ter tanta oposição a estes planos.

A classe operária sempre esteve fora da «abertura»

A classe operária, os trabalhadores, tem revelado sua disposição de não aceitar esta marginalização. O grau de amadurecimento revelado pelos metalúrgicos do ABC nesta greve comprova que prossegue a tendência a um crescente armamento político entre os trabalhadores. A greve foi concebida conscientemente por sua direção, numa estratégia de greve prolongada, que considerava, antes mesmo de se iniciar, a perspectiva de ter de continuar mesmo sem o sindicato e mesmo diante da prisão de suas principais direções. Lula deixou muito claro este plano. Inclusive antes da greve eclodir.

O importante é que uma parcela muito grande da massa trabalhadora assumiu plenamente este projeto.

— A que você atribui o êxito da greve, esta enorme mobilização que já dura um mês, sem piquetes, e com esta repressão sistemática?

— A greve se mantém pela integração entre a direção e a consciência da massa, o que não quer dizer que não haja um trabalho para parar os ônibus, ou de proselitismo, nos bairros. Mas este trabalho tem sido secundário, o que importa é que há uma maioria de trabalhadores conscientes dos objetivos da greve e do plano de combate. Para estes operários, tudo o que aconteceu até agora, em termos de repressão, não foi surpresa nenhuma.

— Qual a sua avaliação sobre a intervenção do PT na greve?

— Outro aspecto importante da greve deste ano, é que, ao contrário do ano passado, a sintonia entre a base e a direção do sindicato, que também é do PT, desta vez, foi perfeita. O ano passado, o setor mais avançado da categoria no ABC, o setor mais politizado se indispôs, inclusive com Lula, quando da assembléia que decidiu a não retomada do movimento, no dia 13 de maio, com Lula pedindo um voto de confiança.

Este ano, a condução magistral da greve, reconciliou plenamente a direção do sindicato com suas bases. Este setor mais avançado da categoria, e que já



No ato de solidariedade aos grevistas na Praça da Sé

expressara a necessidade de participação política organizada, agora deverá se integrar naturalmente no PT, que é a única proposta classista de participação política ao seu alcance.

Os militantes e núcleos do PT, não somente em São Paulo, como em todos os estados, tem-se desdobrado para conseguir o máximo de recursos materiais para a sustentação do Fundo de Greve do ABC. Por outro lado, se esforçam também para empreender ações políticas de solidariedade, em conjunto com as demais correntes que apoiam o movimento.

Mas, o que é visível, é que não só PT, mas o conjunto do movimento democrático no país, encontra dificuldades para empreender ações políticas mais eficientes. E há uma sensação de impotência que se percebe toda vez que nos vemos limitados a apoios do tipo abaixo assinados, ou quando muito manifestações de rua.

O principal objetivo da direção do movimento sindical e também do movimento democrático é formular novas propostas de luta que estejam a altura de expressar o crescente amadurecimento político dos trabalhadores e do povo, que permitam, neste momento, por exemplo, canalizar a indignação contra a repressão ao ABC e a solidariedade de classe que é um sentimento que se impõe cada vez mais.

O PT propôs a greve geral de solidariedade

O principal obstáculo é a timidez e o espírito conservador das direções. Além disso, essas novas propostas de luta política não poderão apresentar formas muito avançadas e a dificuldade também é a formulação das formas transitórias. Nesse sentido, o PT, por sua direção nacional, propôs às demais correntes do movimento sindical a convocação de todas as categorias de trabalhadores para discutir a perspectiva de uma greve geral de solidariedade, proposta que esbarrou na intransigência conservadora da chamada "Unidade Sindical", e que, é óbvio, não pode ser levada somente pelos sindicalistas do PT.

A nível do movimento democrático, o PT lançou uma nota propondo o início de uma ampla campanha pela Liberdade e Autonomia Sindical e Direito de Greve. As bases iniciais deste movimento poderiam ser dadas pelos atuais Comitês de Solidariedade. Esta campanha se apresentaria em várias frentes de luta. A nível do Congresso, apresentando fatos ligados à defesa dessas reivindicações. Esta campanha se daria também nos sindicatos, nas fábricas e nos bairros. As direções sindicais assumiriam o compromisso de mobilizar suas categorias em torno desses pontos, e de empreender ações comuns, simultâneas, do tipo greve de solidariedade.

A greve está mostrando as falhas do partido e como corrigi-las

A organização do PT revelou-se precária, mas mostrou também alguns avanços. Os dirigentes sindicais do PT, por exemplo, se aproximaram a ponto de perceber, agora, a importância de uma atividade coordenada do partido nesta área sindical. Creio também que cresceu o espírito de unidade e a compreensão de que é necessário aprimorar substancialmente a organização do partido, na área parlamentar. Além disso, a reunião interestadual de representantes, realizada logo após as prisões de Lula, Cicoti e demais companheiros, permitiu estabelecer um mínimo de coordenação de nossa atividade a nível nacional. Em São Paulo, as bases do partido que lutavam há vários meses para impor o reconhecimento de um organismo de coordenação dos núcleos, a inter-núcleos, conquistaram este objetivo, precisamente no interior da luta pela sustentação da greve do ABC.

Por outro lado, o PT demonstrou que está ainda, bastante despreparado para enfrentar satisfatoriamente momentos agudos como esse. Falta-lhe um órgão dirigente mais ágil e permanente, que responda, nestas emergências, pela orientação política do conjunto do partido, e pela centralização de todas as frentes de intervenção, ou pelo menos, das frentes principais, como o bloco

parlamentar, as regionais, os sindicalistas do partido, etc.

2 Qual é a posição do PT em relação à "Unidade Sindical"?

— O PT é inteiramente favorável à unidade sindical. Reconhecemos a existência de várias correntes no movimento sindical e inclusive o caráter de frente única elementar que são as organizações sindicais. Porém, a auto proclamada "Unidade Sindical" é algo que não reconhecemos, principalmente porque é um órgão que se tem colocado, a cada momento crucial, contra a unidade sindical. Foi assim quando se precisou levar uma luta mais séria pela devolução dos sindicatos a Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, a Gomes no Ceará, a Arlindo em Minas, a Gushiken em São Paulo e Ary em Uberlândia. A maior evidência de que a "Unidade Sindical" é um organismo anti-unitário está em sua própria história.

Em dezembro de 1978, é lançada a campanha nacional pela garantia no emprego e pelo salário mínimo real unificado. Essa campanha, até hoje não começou, até hoje não se dirigiu as bases, o que, para nós é muito significativo. Como observou um companheiro, esta campanha está aquém do MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho), de 67/68 que, pelo menos, chegou a realizar algumas concentrações importantes.

O conservadorismo e o divisionismo da «Unidade Sindical»

Nesta greve, a chamada "Unidade Sindical" revelou uma vez mais seu caráter divisionista. Pretendeu ser o Comitê de Apoio à greve, mas continuou recusando a participação de diferentes setores e entidades populares interessadas em manifestar solidariedade ao ABC. Mesmo diante da evidência de que o Comitê de Apoio que funciona na Assembléia Legislativa em São Paulo arrecadava dezenas de vezes mais recursos que a "Unidade Sindical", aqueles companheiros insistiram, e ainda insistem, em não reconhecer sua representatividade.

Se pelo menos como uma reunião geral de dirigentes sindicais ela tivesse cumprido seu papel, poderíamos reconhecer-lhe alguma importância. Mas a proposta que fizemos — com o companheiro João Paulo de Monlevade — de discussão geral, pelo movimento sindical, da proposta de paralisação de solidariedade, foi considerada como "utópica", e se evitou inclusive sua discussão.

No calor dos acontecimentos destes dias críticos, quando a solidariedade à greve do ABC deveria ser a preocupação central, a chamada "Unidade Sindical" continuou suas reuniões, com as mesmas pautas programadas anteriormente, numa demonstração inequívoca de que não se sentiu envolvida pelos acontecimentos.

Mas enfim, é de embates como este que poderemos aglutinar as bases para a construção de uma efetiva unidade sindical e política dos trabalhadores sobre novas condições, que é o que pretende o PT.

Domingo de festa É o partido chegando à periferia

Por Elvira de Oliveira

Ao som de um sambão, cantando hinos do PT especialmente compostos para a festa, os moradores do Grajaú, bairro da periferia da zona sul de São Paulo, fizeram o lançamento público de mais um núcleo do partido.

Cerca de 150 pessoas viveram uma tarde diferente no último domingo dia 27, no bairro do Grajaú-SP, pois num misto de comício e festa popular foi lançado o núcleo do movimento pró-Partido dos Trabalhadores, que começou a se estruturar há aproximadamente quatro meses. Num palco improvisado em cima de um velho caminhão, vários oradores, do próprio núcleo, de núcleos de bairros vizinhos e convidados como Paulo Skromov, da Coordenação Nacional e Irma Passoni, deputada do movimento pró-PT, revezaram-se com o grupo de músicos do bairro, do qual alguns são militantes do núcleo.

Há aproximadamente um mês, o núcleo que é

dinamizado por cerca de 25 pessoas veio trabalhando arduamente e com grande criatividade para que o lançamento se constituísse num êxito. Faixas convocando para o ato foram espalhadas pelos bairros vizinhos, cartazes afixados nos locais de aglomeração e pontos de ônibus, postes e muros pichados com palavras de ordem e propaganda do PT e milhares de convites distribuídos nas feiras-livres e pelas ruas mais movimentadas.

Como praças e áreas de lazer praticamente inexistem nos bairros de periferia, o local escolhido para o comício foi um terreno baldio usado como depósito por uma oficina mecânica. Depois de limpo, faixas foram distribuídas ao seu redor, com os dizeres: "PT, por um partido de trabalhadores",

"PT, contra a intervenção nos sindicatos", "PT, pela liberdade dos presos", "PT apóia o movimento de favelas". Além disso, barracas foram montadas para se vender desde bônus em solidariedade aos grevistas do ABC, o *Jornalzinho do Grajaú*, jornal do núcleo, até churrascos, pipocas, amendoim, Q-suco e o muito popular "mê", pois como dizem os participantes do núcleo, partido do trabalhador é partido pobre, tem que auto-sustenta-se "naõ tem nenhum tubarão dando dinheiro".

No domingo de manhã, enquanto alguns membros do núcleo se dividiam entre preparar o local do ato e outros preparavam as comidas, um grupo formado pelos músicos, três palhaços (membros do núcleo) e mais sete pessoas saíram pelas ruas completando a propaganda. E ao mesmo tempo que atividades como esta chamam muita atenção e provocam alegria numa população que não tem praticamente nenhum lazer, a receptividade foi sempre muito positiva.

Muitos populares que se aproximavam, imediatamente identificavam o PT com a greve do ABC, com o Lula, com os sindicalistas presos e frases como estas eram ditas: "muito bem, o Lula está preso, mas vocês continuam a luta", "já soltaram os presos?", ou "como está a greve?".

No ponto alto do comício, os discursos muito aplaudidos pelos presentes, os representantes do

núcleo falaram sobre a reformulação partidária, historicaram a formação do núcleo no Grajaú, relacionaram o PT com os movimentos populares e movimento operário, com a greve do ABC, com as lutas que se desenvolvem no bairro, como o movimento de favelas, a luta pela água, a luta dos terrenos clandestinos e reforçaram a idéia de que o PT só tem sentido se realmente crescer e se fortalecer pela base, a partir e junto com as lutas populares. O PT, um partido sem patrão e sem chefes foi a tônica de toda as falas.

Falando como representante da coordenação nacional, Paulo Skromov mostrou como o PT está se difundindo por todo o país e ressaltou a importância de iniciativas como esta, lançamentos públicos e populares. Irma Passoni, muito aplaudida quando disse que no Brasil temos uma minoria de 5 milhões de patrões explorando e mandando uma maioria de 115 milhões de trabalhadores, afirmou que é chegada a hora dos trabalhadores e das donas-de-casa, que fazem política todos os dias, quando são explorados em seu trabalho, quando tomam ônibus lotados, quando reclamam da alta do custo de vida, começam a fazer política partidária.

Os membros do núcleo do Grajaú, metalúrgicos, operários da construção civil, donas-de-casa, comerciantes, orgulhosos de se apresentarem como militantes do PT, mostraram na prática neste final de semana onde está e como se faz a verdadeira política.

DEBATE
Construindo o
programa
do partido

O "Governo dos Trabalhadores" e o trabalho comunitário

O relatório da discussão sobre "Linha para o trabalho nos bairros" realizada no I Encontro Norte-Nordeste do PT, em Fortaleza, no mês passado.

A exposição principal foi feita por Francisco Auto Filho, Coordenador do Movimento pelo PT no Ceará. Serviram de debatedores Daniel Colares, do Movimento Contra a Carestia de Fortaleza, Lauro Alves de Souza, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional de Sobral, José Mineiro, do Conselho de Bairro de Parque Potira (Caucaia-Ce.) e Pedro Marques, presidente do Conselho de Bairros de Bonsucesso (Fortaleza).

Para os expositores, a palavra-de-ordem "Governo dos Trabalhadores",

constante da Carta de Princípios do PT, deve ser traduzida, no interior das cidades — principalmente das grandes cidades — como um governo exercido diretamente pelos Conselhos de Bairro.

O Conselho deve ser entendido como um governo do bairro, exercendo, portanto, todas as funções inerentes a um governo. Ele é um órgão que centraliza as tarefas coletivas nos diversos planos das atividades humanas, tais como econômicas, sociais, políticas, culturais, administrativas. Isso significa dizer que

todos os organismos existentes no bairro, como clubes de mães, grupos de jovens, etc., devem ser, na medida do possível, órgãos do Conselho.

Do ponto de vista legal, o Conselho é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, representativa dos moradores de um determinado bairro, independentemente de cor, sexo, religião ou ideologia, tendo por objetivos básicos promover e dirigir o processo de libertação social e cultural de sua população e o desenvolvimento urbanístico e recreativo da comunidade nele residente.

Um ponto considerado fundamental é o princípio da organização independente do povo trabalhador colocado em prática pelo Conselho, e assim traduzido: o Conselho deve ser independente do governo, do estado, das entidades públicas, privadas e religiosas, das igrejas e dos partidos políticos, inclusive do PT.

Esse princípio fica expresso no próprio Estatuto do Conselho, que é publicado no Diário Oficial, registrado em cartório, na Receita Federal e no Conselho Nacional de Assistência Social do MEC.

Em Fortaleza, onde o PT atua desde maio de 1979 junto aos bairros, a prática tem seguido as seguintes etapas:

a) Um núcleo do PT propõe reuniões de moradores e realização de abaixo-assinados para reivindicar a solução do problema (ou dos problemas) mais sentido pela população. Em cima desse trabalho, começa a discutir a proposta de criação de um Conselho no bairro, explicando e demonstrando na prática que ele é o organismo capaz de dirigir a luta reivindicatória, independentemente dos parlamentares que dizem representar o bairro, independentemente dos partidos políticos que lá mantêm cabos eleitorais;

b) organizado o Conselho, eleito por voto direto sua diretoria, associados a ele mais de um terço de sua população adulta, começa uma segunda etapa — luta pelo controle comunitário —, que consiste em reivindicar a administração direta, pelos próprios moradores, de escolas públicas, postos médicos, centros sociais urbanos, cooperativas de produção e consumo, etc. Nessa etapa, são criados órgãos substitutos. Exemplo: no Parque Potira, ao invés de reivindicar um posto policial, o Conselho criou um Tribunal Comunitário, para julgar os conflitos entre os moradores que não constituam crimes contra a pessoa humana (lesões corporais e assassinatos). Para fazer a vigilância noturna foi criada a Guarda da Paz, grupo de homens com distintivo, que às noites fazem ronda, acompanham as festas, fiscalizam o funcionamento dos botecos, levam para casa os embriagados e apartam as brigas, etc. Os três juizes que compõem o Tribunal e os milicianos da Guarda são eleitos em assembleias gerais dos moradores;

c) A terceira etapa, que atualmente é levada como propaganda, consiste na reivindicação do direito do Conselho apresentar projetos de lei às casas legislativas, bem como promover plebiscitos confirmatórios dos mandatos dos parlamentares que se candidatarão pe-

lo que não vêm cumprindo com as promessas feitas durante a campanha eleitoral. Defende-se também que a cidade seja administrada não apenas por um Prefeito, mas por um Conselho Geral da Cidade, integrado por representantes de todos os bairros, eleitos para esse fim por voto direto dos moradores;

As propostas discutidas e votadas foram as seguintes:

1. O PT deve criar, em cada Estado, uma Secretaria de Apoio Comunitário, para atuar no plano informativo e jurídico.

2. Promover cursos de Informação Comunitária (ver modelo do Ceará) e Formação Política. Essa atividade deve ficar a cargo da Secretaria de Apoio Comunitário.

3. Nos bairros onde não hajam conselhos, os núcleos do PT devem estimular sua criação (ver modelo de Estatuto do Ceará).

4. Nos bairros onde existam conselhos, o PT deve estimular a participação massiva dos moradores, procurando sempre defender a sua autonomia em relação aos partidos políticos e sua independência em relação ao estado e as instituições privadas e religiosas. As organizações de bairro devem ser livres e abrangerem militantes de diversas ideologias. O PT deve estar a serviço dessas organizações e respeitar as idéias e iniciativas livres de cada organização e pessoas, sem deixar, no entanto, de pregar sua doutrina e seu programa quando oportuno.

5. O PT deve sugerir, sempre que oportuno, às comunidades de base da igreja católica sua evolução no sentido de se transformarem, quando organizadas nos bairros das cidades, em Conselho de Bairro.

6. Os núcleos do PT nos bairros devem funcionar em locais distintos da sede do Conselho, sempre que possível, ficando bem claro para os militantes e para a população que o núcleo e o Conselho são duas coisas distintas, embora o PT seja um estimulador e um defensor do Conselho.

7. Os núcleos de bairro do PT devem procurar levar os trabalhadores a participarem da atividade sindical de sua categoria.

8. O militante do PT que atua no bairro deve ser um ativo defensor da unidade de ação do Conselho de Bairro com o Sindicato, do Conselho com as Comissões de Fábricas existentes no bairro.

9. O PT deve estimular a arte do povo, criando grupos de Cultura Popular, sociedade de trabalhadores amigos da ciência e da arte, formando cineclubes, etc."



*Torne-se um
assinante do
EM TEMPO*

*E ajude a sustentar uma
imprensa ao lado dos
trabalhadores, das
greves e do PT
Ela só depende de você*

Estou enviando o cheque nº por uma assinatura anual.
() comum: Cr\$ 500,00 — () apoio: Cr\$ 1.000,00 — () exterior, individual: US\$ 40,00
() exterior, instituições: US\$ 80,00

Nome
Profissão
Endereço
Bairro Cidade
CEP Estado

Preencha e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Leitão 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414

opinião

Universidade pública, democrática e voltada para a maioria

Por André Singer (*)

O movimento estudantil passa hoje por um momento de definição de um programa para a Universidade. O avanço dos movimentos populares que procuram abrir caminho para uma autêntica democratização do país, impõe a necessidade de apresentar projetos alternativos em cada setor da vida nacional. A luta geral pelas Liberdades Democráticas deve se desdobrar em propostas concretas que em cada local façam avançar o grau de consciência, de organização e o próprio processo de democratização.

O regime procura realizar uma reformulação autoritária e toma iniciativa para viabilizá-la: anistia restrita, reformulação partidária de cima para baixo, ensino pago, etc. É preciso contrapor respostas igualmente claras.

Desde este ponto de vista é de grande importância para os estudantes dois eventos que se realizarão proximamente em São Paulo: a eleição de representantes discentes para o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo no dia 5 de Maio e o Congresso da UEE marcado para os dias 5, 6, 7 e 8 de Junho.

A escolha dos representantes discentes ocorre num momento em que a USP desenvolve desde o início do ano um processo de mobilização por mais verbas, contra o ensino pago e por melhores condições de ensino. Estas lutas colocam em pauta com toda força a questão da democratização da Universidade e é em torno dela que as chapas que se apresentaram trazem propostas.

Desde 1975 não havia campanha, de fato, para estas eleições. Este ano apresentaram-se, além de pessoas independentes, duas chapas. **Unidade e Participação** de um lado e a **Chapa Por 1/3** por outro.

A chapa **Unidade e Participação**, como o próprio nome já diz, coloca-se explicitamente a favor de participar no Conselho em seus atuais moldes. A **Chapa Por 1/3** entende, por sua vez, que no caso da USP não se deve participar do Conselho tal como ele está hoje estruturado, mas concorrer com o intuito de levantar a bandeira da democratização da Universidade, na forma de seu controle por professores, funcionários e estudantes em condições paritárias.

Por que não participar? A **Chapa Por 1/3** entende que em relação à atual configuração do Conselho e às normas que regem seu funcionamento é necessário e possível avançar. Em outras palavras, que o movimento estudantil e também o de professores e funcionários já acumularam força o suficiente para ir adiante. Vejamos os dados concretos desta eleição. Somente são elegíveis aqueles alunos que nunca tenham tido reprovação, nunca tenham sofrido pena disciplinar, etc.; a representação discente não se faz via DCE-Livre, o qual não é reconhecido pela burocracia. Desta forma os eleitos não estarão submetidos à entidade dos estudantes, da mesma maneira que todo o

processo eleitoral é dirigido pelo Reitor. Por ele são nomeados os apuradores (de uma apuração que é secreta) e os resultados não são divulgados. Tampouco existe quorum mínimo, na falta de concorrência, um único voto pode eleger um candidato.

O Conselho Universitário é composto por 70 pessoas, sendo que destas apenas 13 são eleitas pela comunidade universitária seis professores e sete alunos (1/10). Os demais membros são os Diretores das Unidades (que são nomeados), membros da burocracia e "alguns representantes da Comunidade". Para espanto daqueles que desejam uma Universidade voltada para as necessidades da maioria da população, representam a Comunidade no Conselho, a FIESP, o CIESP, um representante dos Agricultores e um das Autarquias Associadas. Por mero acaso aqueles que hoje se recusam sequer a negociar com os operários do ABC.

A participação nos órgãos de administração da Universidade não pode ser uma questão de princípios. Deve-se levar em conta as condições concretas em cada local. Na USP o que vemos é, por um lado um Conselho que ainda funciona dentro de uma estrutura arcaicamente autoritária e, por outro, um movimento de professores, funcionários e estudantes que, com altos e baixos, conseguiu erguer entidades livres representativas e está hoje em condições de dar um passo à frente. A luta por 1/3 é uma luta histórica dos estudantes. É hora de que ela assuma novamente a importância que tem na expressão da aspiração dos estudantes por uma Universidade democrática. Recentemente o Encontro Nacional de Estudantes de Direito referendou esta bandeira. As eleições na USP vão representar mais um impulso neste sentido.

O Congresso da UEE deverá posicionar-se ao redor desta e de muitas outras questões, de grande relevância na definição das propostas dos estudantes em relação à Universidade.

A proposta governamental de privatização do Ensino Superior, baseada na idéia de que os ricos devem pagar por aqueles que não podem (projeto Robin Hood) está a exigir de nós um aprofundamento da discussão da estrutura educacional do país como um todo. Ao par do combate mais firme a este projeto criminoso de acabar com as Universidades públicas, é preciso caminhar no sentido da elaboração de propostas concretas de transformação da Universidade em algo que responda aos interesses e necessidades daqueles que realmente a sustentam com seu trabalho. A defesa intransigente da Universidade pública complementa-se nestes projetos.

O movimento estudantil caminha no sentido do aprofundamento de seu programa, que contempla a aspiração básica de uma Universidade pública, democrática e voltada para a maioria.

Pelegagem começa a tomar conta da UNE

Os vários golpes da última reunião do CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes.

Da Sucursal gaúcha

Dias 19 e 20 últimos se reuniu no Rio o V CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) da UNE, estando presentes 47 DCE's e UEE's de todo o país.

A pauta prevista foi modificada a última hora pela diretoria da UNE. Além dos pontos sobre a retomada do prédio da entidade, apoio à greve do ABC e lutas de verbas e anuidades, foi incluída a questão da UNE e os partidos políticos e a situação do movimento estudantil gaúcho. Este último, graças a um golpe de mestre dos remanescentes da chapa "UNIDADE" que concorreu à UNE (afinada com a unidade sindical e o PMDB). Vindos do sul, onde foram fragorosamente derrotados no II Congresso da UEE-RS em sua pretensão de unificá-la com o organismo pelego DEE (Diretório Estadual de Estudantes) criado pela ditadura através da lei Suplicy em 1964 (ver EM TEMPO n° 103) os conciliadores da "UNIDADE" conseguiram que a vacilante diretoria da UNE reconsiderasse as posições assumidas nos últimos CONEG's

A diretoria, por maioria de 7 a 6, passou a reconhecer também o DEE como entidade representativa dos estudantes gaúchos, o que provocou a rediscussão deste ponto no CONEG, acabando por ser o mais polêmico.

Contando com o voto de 7 DCE's do interior gaúcho ligados ao DEE, que foram ao Rio em caravana, os reformistas da unidade podiam estabelecer maioria em todas as votações. Um destes DCE's, o de Sto. Angelo, nem existe, o que se soube apenas depois do CONEG junto com o fato de que dois DCE's de Pelotas (UFPEL e UCPEL) que estavam na delegação nem sabiam do CONEG, o que só aumenta a desconfiança sobre quem votou por aquelas entidades que o DEE levou, com ônibus especial e hotel pago, ao Rio.

Pois foi com estes duvidosos votos que os arautos da "unidade no movimento estudantil", passaram a aprovar propostas do tipo "...todo o apoio às iniciativas da UNIDADE SINDICAL" — a mesma que dividiu o Comitê de Apoio à Greve do ABC em S. Paulo.

Não satisfeitos tentaram ainda rebaixar a luta da UNE pela volta do índice de 12% do orçamento da União para o Estado à reivindicação ao MEC de um índice de apenas 7%, brandindo o surrado argumento de "...é o que se pode conseguir do governo" (!). Só que desta vez a "UNIDADE" se dividiu, ficando somente a corrente estudantil ligada ao semanário **Hora do Povo** e a direita do DEE, defendendo esta proposta, que foi derrotada.



Na discussão sobre a questão do M.E. e os partidos então, ficou flagrante a tentativa de tornar a UNE uma correia de transmissão das propostas do PMDB, quando os cruzados da **Hora do Povo** defenderam que o CONEG tirasse apoio à constituição do Movimento Estudantil deste partido, além do seu reconhecimento como o único partido de oposição (sic!). Só que nesta canção furada nem uma boa parte da "UNIDADE" embarcou, pois sabiam que o desgaste para sua posição seria enorme junto à massa estudantil caso apoiassem a construção de um movimento estudantil paralelo dentro dos partidos institucionais.

Na madrugada do 2º dia veio o ponto final: quem de fato representa os estudantes do RGS? Os DCE's do sul, filiados à UEE e sua diretoria provisória, após criticarem duramente a diretoria da UNE por mais uma vez ter mudado de posição à última hora, pressionada por suas contradições internas, reafirmaram "que os estudantes gaúchos eram firmes e resolutos em não reconhecer o DEE e, portanto, de não admitir nenhum tipo de unificação com este aparelho criado pelo regime militar". Lembraram ainda que o XXVIII Congresso da UNE de 1967 e o XXIX de 1969 repudiaram a lei Suplicy e seus produtos, os DEE's e o DEE, reconhecendo apenas as UEE's e a UNE, construídas e sustentadas democraticamente pela base, como entidades representativas dos estudantes brasileiros, regional e nacionalmente.

Na ânsia de conciliar com a direita-DEE, os reformistas desrespeitaram não só os congressos da UNE, instâncias máximas da entidade, como terminaram por desmoralizar a própria diretoria que, conforme o último CONEG (fev. 80 em B.H.), compareceu ao II Congresso da UEE-RS representando a UNE, onde firmou o reconhecimento apenas a esta como entidade unitária e represen-

tativa dos estudantes gaúchos.

Depois de muita discussão (já era 5 da manhã) foi posta em votação e aprovada por 25 a 22 a resolução golpista da "UNIDADE" que "...reconhece que o RGS tem duas entidades estaduais — UEE e DEE — sendo que estas devem ser unificadas, para terminar com a divisão do ME gaúcho." Para isso a resolução propõe que a UEE adie as eleições para sua primeira diretoria, marcadas por seu congresso para os dias 29 e 30 de abril, até que um Conselho de Entidades de Base da UEE e do DEE, convocado pela diretoria da UNE, defina uma nova data para eleições unificadas e abra espaço para inserção de novas chapas.

Essa resolução aprovada, além de representar uma injeção de vida na agonizante direita do ME gaúcho, abre um precedente grave, na prática caracterizando uma tentativa de intervenção na UEE-RGS através da UNE. Foi por isso que, reunidas em Porto Alegre logo após o CONEG, a diretoria provisória da UEE e mais uma série de entidades de base do Estado, decidiram manter as eleições e recusaram-se a participar de um conselho de entidades junto com os pelegos do DEE. Além disso, consideraram ilegítima a posição do CONEG, encaminhando um recurso à diretoria da UNE para que esta respeite as decisões tomadas nos XXVIIIº e XXIXº Congressos.

Presente em Porto Alegre para encaminhar a tal resolução do CONEG, a diretoria da UNE mais uma vez demonstrou a total falta de princípios e firmeza da posição que vem marcando sua gestão, pois novamente mudou de posição, curvando-se frente as pressões da esmagadora maioria das entidades e tendências do ME gaúcho.

No entanto, um de seus diretores, Marcelo Barbieri, continuava passando pela PUC, clamando os estudantes ao boicote das eleições para a UEE.

(*) André Singer é membro de Vento Novo, grupo estudantil da USP e da UNICAMP.

Estudantes

Eleições para a UEE gaúcha

Derrubando o DEE nas urnas

Aqui, Paulo Cesar da Rocha, o Soneca, integrante da chapa Novação, mostra o quadro da disputa pela direção da entidade

Por Sérgio Rückert

Após o Congresso da UEE de certa forma houve um realinhamento das posições que marcaram sua presença nas eleições da UNE. Como se deu a formação das chapas que concorrem agora?

-- Em termos de propostas políticas, basicamente, sairão três correntes: Novação, claramente identificada com o PT; **Viração** que é composta pelo setor majoritário da chapa **Mutirão** e um setor minoritário que concorreu junto à **Novação** na UNE; no outro polo, formando duas chapas, temos **Unidade e Unificação**, isto é, o setor que claramente se identifica com a conciliação nacional, não tendo nenhum medo em assumir esse projeto. São, em última instância, os PMDB "puros e sinceros" como a gente os chama. Ainda há uma última chapa: a da tendência **Liberdade e Luta**.

Qual o programa de Novação para as eleições e quais suas possibilidades de vitória?

R — O programa de **Novação** para a Universidade coloca centralmente três eixos: a luta contra o ensino pago, a democracia do movimento, e a democratização da Universidade. No plano social as questões centrais são as bandeiras democráticas, que vão até a luta por UEE Constituinte Livre, Soberana e Democrática, passando pela derrubada da ditadura, destruição do aparato repressivo, liberdade de organização e expressão e a defesa intransigente da independência política da classe trabalhadora. No plano do embate entre UEE e DEE reafirmamos aquela como a única entidade estadual dos estudantes.

Nos colocamos como candidatos diretos à vitória nas eleições, pois nos votos para a UNE alcançamos a margem de 6.500, enquanto que a chapa primeira colocada estava com cerca de 7.000. Porém o fundamental para nós é consolidar uma corrente classista no ME gaúcho.

— A segunda chapa Viração, em seu programa defende o PMDB, mas frente às pressões das bases estudantis vacila em se identificar integralmente com o partido. Qual é a sua avaliação da proposta?

— Essa chapa para nós não é uma alternativa de direção para o movimento estudantil gaúcho, dada a série de vacilações que transparecem no encaminhamento das lutas — principalmente contra o ensino pago. São setores que hoje pressionados não fazem uma defesa clara de sua opção política. Quanto aos setores que compõem a chapa e se reivindicam do PT, podem, inclusive, criar uma grande confusão quanto aos rumos de construção do partido na universidade.

As duas chapas que concorrem às eleições separadas, Unidade e Unificação, tendem a uma clara conjugação em pontos programáticos essenciais, como o apoio ao projeto de abertura, autotransformação, que o regime está realizando. Como se deu sua separação?

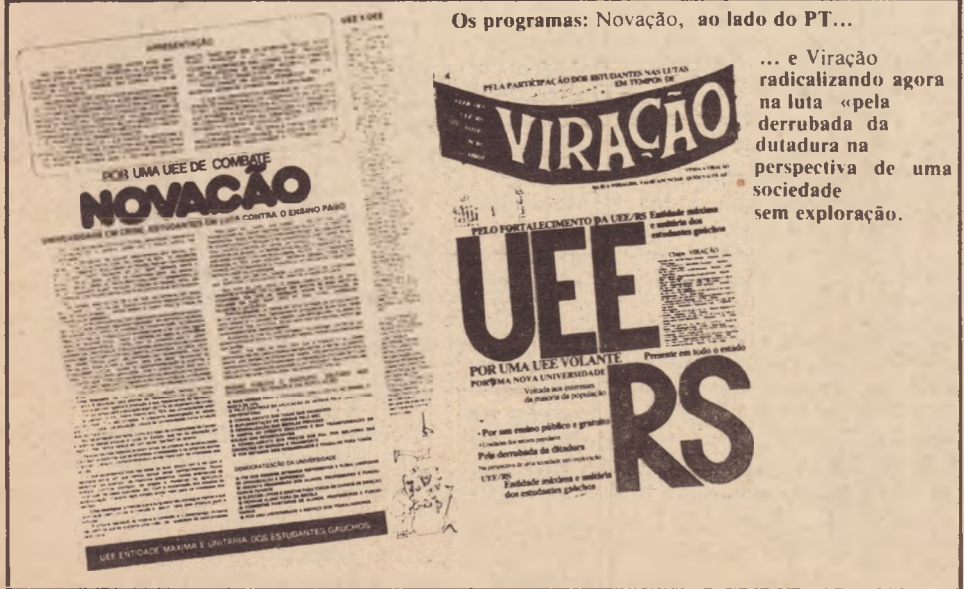
— Esses setores se apresentam claramente com propostas que apontam diretamente para a conciliação no ME, como, por exemplo, quando apresentam o PMDB como o único partido de oposição.

Um setor, identificado com o jornal **Hora do Povo**, quer crescer junto às bases que possuía o DEE, fazendo uma aliança a qualquer custo com aquela entidade, crescendo sob suas bases, sobre o que resta ainda de movimento estudantil de direita organizado aqui no sul.

A divisão que houve, entendemos que se deu basicamente por um motivo. Primeiro há uma diferenciação entre os "reformistas" da chapa **Unidade** e o setor que se identifica com as propostas do jornal **Hora do Povo**. Os primeiros têm já um trabalho antigo de confronto com o DEE, enquanto que os segundos têm um trabalho recente, carecendo de uma ligação mais forte com as bases estudantis.

Para eles se constituírem no ME gaúcho, sem nenhum prurido nessa constituição, estão optando por atacar as bases do DEE, fazendo uma aliança, reforçando e procurando inclusive dar uma representatividade às vezes até maior que a UEE, como pretendiam antes do Congresso. Nessa medida eles estão saindo em chapas separadas.

Os programas: Novação, ao lado do PT...



Professores

Governador instiga à greve

Oito mil professores em assembléia esquentam a campanha salarial

Da Sucursal

Os oito mil professores estaduais gaúchos presentes terça-feira, dia 22, na assembléia do CEPERS - Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, ouviram, entre indignados e zombeteiros, a negativa de Amaral de Souza às suas reivindicações: aumento de 25% sobre o índice oficial da inflação em janeiro e equiparação do magistério aos funcionários técnico-científicos do Estado. A alegação? Não haveria recursos suficientes e atendê-los seria aumentar o déficit orçamentário do Estado. Sobre as outras reivindicações, muitas das quais não implicavam em maior despesa financeira, nenhuma resposta foi dada.

Amaral, após jogar nas costas dos professores todo o peso da falência econômica do Estado tentou também responsabilizá-los pelo que venha a ocorrer, se declarando "aberto ao diálogo" e confiante na "colaboração e compreensão do professorado, classe que tem "consciência dos seus deveres".

Após as vaias que marcaram a leitura de sua resposta e os aplausos destinados aos muitos oradores que a criticaram de forma incisiva, tudo indicava que a assembléia se encaminharia no sentido de reafirmar as reivindicações básicas do movimento e tomar medidas concretas para sua efetivação. Lamentavelmente, não foi isto o que ocorreu podendo-se dizer que, em alguns aspectos, esta assembléia marcou um retrocesso em relação ao grau de consciência e organização conseguido anteriormente.

Assim, ao nível das propostas, estabeleceu-se uma falsa contradição entre a luta pela equiparação — considerada a luta prioritária pela maioria

— e a luta pelo aumento salarial imediato, abrindo-se mão deste, sob a alegação de que não caberia reivindicar aumento, pois quando vier a equiparação, o salário deverá ser igual e não maior (como seria, caso fosse conseguido o aumento de 25%), ao dos funcionários técnico-científicos. Considerando-se que a equiparação depende de uma série de trâmites legais e burocráticos, cuja satisfação certamente exigirá meses e meses, essa decisão, na prática, significa aceitar o índice oficial de reajuste para este ano (56%), coisa contra a qual a categoria vinha lutando até então. O novo, e excessivamente longo prazo (até 23/5) dado ao governo para se pronunciar sobre quando terá condições de dar a equiparação e formação de uma comissão de mobilização com um número restrito de pessoas são, sem dúvida, outros fatores que certamente influenciam negativamente as possibilidades de vitória do movimento.

Na verdade, os resultados da assembléia refletem muito bem a realidade do movimento, que se resente do baixo grau de conscientização e organização da maioria.

Dias mais tarde, Amaral, seguindo o triste exemplo de falta de competência e bom senso político demonstrado por Figueiredo e seus ministros, declarou desafiadoramente que "podem (os professores) fazer dois anos de greve que não haverá aumento". Certamente não será com afirmações truculentas como esta que Amaral melhor poderá ajudar aqueles que, dentro do professorado, esforçam-se em tentar impedir decisões mais combativas da categoria.

A luta contra a intervenção

Em agosto de 1979 o Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro sofre intervenção do governo Federal durante a greve que a categoria levava. Conquistas salariais muito significativas e reconhecimento da entidade - CEP - pelo conjunto da categoria. Aqui uma entrevista com Godofredo da Silva Pinto presidente do CEP.

Por Joaquim Soriano

— Hoje, qual a situação legal do CEP?

— Neste mês de Abril o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a legalidade da Intervenção do governo Federal nas três entidades de professores do Rio que vinham se fundindo no Centro Estadual de Professores. As três entidades eram a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), a União Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Esta intervenção consiste em suspender o funcionamento das três entidades, mas não nos retirou a existência legal delas, pois o governo Federal instaurou uma ação de dissolução dessas entidades que ainda está por ser julgada. Quanto à nova entidade — CEP — o seu processo de registro na Vara de Registro Públicos no Rio foi sustado por uma ação do governo Estadual, mas os estatutos do CEP não foram rejeitados nem aprovados. Em resumo, Permanece a situação de indefinição legal que existe desde agosto de 79.

— É nesta situação, qual a relação do CEP com o conjunto da categoria?

— O CEP é inquestionavelmente reconhecido pela categoria em todo o Estado. Isto pode ser comprovado pela eleição que fizemos em outubro de 79, na qual compareceram 10 mil professores para votar numa eleição feita em condições muito adversas: com pouco tempo de campanha devido a indefinição legal da entidade e o envolvimento ainda com lutas salariais da categoria.

Além do reconhecimento de fato da categoria, as autoridades governamentais que relatam em nos reconhecer de direito são também obrigadas a nos receber em audiência para negociar.

— O que o CEP está fazendo para definir favoravelmente a sua situação legal?

— Além dos procedimentos jurídicos nós temos agido politicamente em dois planos: um é ao nível do conjunto dos professores clamando à participação em atos públicos que já realizamos no Rio

com a participação de cerca de mil pessoas. Também realizamos desses atos em Cabo Frio, Macaé, Campos e Friburgo. Temos chamado a categoria para permanecer assembléias em nome da entidade. O outro plano de atuação são as articulações superestruturais, tentando obter audiências com o ministro da Justiça, envolvendo para isso o presidente da CPB, Confederação dos Professores do Brasil, a CEMOP - entidade mundial dos professores, parlamentares que enviaram telegramas ao ministro da Justiça e os estaduais ao governador Chagas Freitas.

— Qual a relação dessas articulações "por cima" e reconhecimento do CEP pela categoria?

— A questão da definição legal do CEP vem se tornando cada dia mais prioritária, isto porque as autoridades começam a se aproveitar desta situação para tentar criar canais alternativos de representação do magistério, como por exemplo o Clube Municipal, com os quais iniciam um diálogo podendo mesmo atender em pontos secundários as reivindicações encaminhadas por esses "novos representantes" a serviço do governo, visando desgastar o CEP. Isto nos leva a já colocar na categoria a discussão sobre a possibilidade do magistério criar uma nova sigla legalizada, na qual estaria incorporada a mesma direção, o mesmo espírito e a mesma combatividade, que são a essência do CEP.

— É sobre a campanha salarial deste semestre?

— Temos marcada uma nova assembléia para o dia 18 de Maio. Esta será precedida por um grande debate no dia 1º de Maio onde a diretoria do CEP, educadores eminentes como o prof. Darcy Ribeiro, mais o Sr. Arnaldo Niskier e Lucy Vereza (secretários de educação do Estado e Município) discutirão em conjunto com os professores presentes os problemas da educação no nosso Estado. Esse debate marcará o início do processo de preparação do II Encontro Estadual de Professores promovido pelo CEP e marcado para 30 e 31 de agosto e 1º de Setembro deste ano.

Como no ABC

A resposta do governo é a prisão

Os professores mineiros, parados desde o dia 22 de abril, numa greve que já atinge mais de um milhão e meio de alunos sem aulas. Do governo: sequestros, prisões, intimidação generalizada. Do povo: solidariedade total.

Por Juarez Guimarães

O dia a dia da greve

Dia 12 — representantes de 84 cidades de Minas decidem pela greve para o dia 22 de abril.

Dia 17 — A Secretaria de Segurança Pública proíbe a manifestação dos professores, que deveria ser realizada em Belo Horizonte. Tropas de choque ocupam a Praça Afonso Arinos. A UTE cancela a manifestação.

Dia 18 — A residência do professor David Maximiliano, em Ouro Preto, é invadida por policiais. Nela a polícia diz ter encontrado dinamite e bombas. O paradeiro do professor ainda é desconhecido.

Dia 19 — Várias repúblicas de estudantes de Ouro Preto são invadidas e revistadas. Mais de 50 estudantes são presos, entre eles o Vice-Presidente Regional da UNE.

Dia 20 — Continuam presas oito pessoas em Ouro Preto, ocorrem vários conflitos de rua, novas prisões são efetuadas. A UTE desmarca a concentração do Dia de Tiradentes.

Dia 24 — Destacamentos militares estão em todas as vias de acesso a Ouro Preto, todos os carros e pessoas são revistados, só passam com credencial do DOPS. O Governador do Estado, juntamente com o presidente da República, comemora o aniversário da morte do Mártir da Independência. Após a saída do presidente, os oito estudantes são liberados na cidade vizinha de Mariana.

Dia 22 — As rádios e jornais de BH publicam anúncios do governo pedindo aos pais para enviarem seus filhos às escolas. Em Belo Horizonte, 200 das 356 escolas existentes não funcionaram. No interior, 50 das maiores cidades participam do movimento. Durval Angelo, presidente da Associação de Professores de Contagem, é preso na porta de uma escola e liberado ao fim do dia. O ministro do Trabalho reconhece o estado de greve, o que equivale à decretação de sua ilegalidade. Por venderem bônus para a greve do ABC e do professorado mineiro, 13 pessoas são detidas no DOPS e liberadas no mesmo dia.

Dia 23 — A paralisação aumenta: 1 milhão e 500 mil alunos estão sem aula, de acordo com dados, da UTE. Francelino Pereira assina decreto que permite a exoneração e imediata substituição dos professores faltosos. Em Divinópolis é exonerado o prof. Simão Salomé, diretor de uma escola de 1º grau, que se recusou a contratar substitutos.

Dia 24 — Os professores realizam assembleia geral e decidem pela continuidade da greve. No final da manifestação, realizada diante da Assembleia Legislativa, o prof. Antônio Carlos Pereira é preso e levado para o DOPS sob justificativa de "incitamento à greve." Um forte aparato policial cerca a Assembleia. Luís Soares Dulci e outros dois diretores da UTE permanecem no seu interior.

Dia 25 — A Assembleia Legislativa ainda é cercada "discretamente". O secretário de Segurança, Amando Amaral diz que os professores podem permanecer por quatro anos dentro da Assembleia que, quando saírem, terão de prestar depoimento. Ao mesmo tempo, 188 professoras procuraram a Delegacia Regional de Ensino a procura de vagas, a partir de anúncios das rádios que convocam os desempregados a substituírem os grevistas.

Dia 28 — Reunem-se sindicatos, associações, pais de alunos, partidos de oposição e clero em solidariedade aos professores. Este é o último dia do prazo de seis dias de falta sem justificativa para os professores. Sob a ameaça de substituição, muitos vão às escolas assinar o ponto. Mais 17 cidades do interior entram em greve parcial.

Policiais entregam ao presidente da Assembleia Legislativa, mandado de prisão de Luís Soares Dulci, Fernando Carceroni e Isis Magalhães. Antes mesmo das nove da noite, os três diretores da UTE deixam a Casa para se dirigirem ao DOPS de Belo Horizonte. Na entrada, Luís Soares disse à imprensa "a luta continua".

Dia 29 — No oitavo dia da greve, ao contrário do que esperava a ditadura, a prisão dos três dirigentes do movimento fez aumentar o número de escolas paradas. Segundo o Comando da Greve ela já atinge mais de 70 mil professores no Estado e cerca de 2 milhões de alunos. A Igreja realiza um Culto Ecumênico de solidariedade e a CNBB regional distribui nota de apoio ao movimento. Na Assembleia Legislativa, a oposição protesta contra as prisões e o DOPS quebra a incomunicabilidade dos presos.

Golpear logo no início, antes que o fogo alastre e se torne impossível vencer. Desta forma o governo armou sua tática contra a greve dos professores da rede oficial de Minas. No ano passado, a greve dos professores atingiu boa parte dos 722 municípios do estado. Durante 40 dias em que perdurou a paralisação sentia-se que o movimento foi uma crescente. As cidades polos tais como Juiz de Fora, Uberlândia e outras, proliferaram a greve em outras cidades menores. "Foi uma greve atípica, espontânea, um grito de desabafo dos professores", comenta Paulo Delgado, professor de Juiz de Fora. O governo não conseguiu esmagar o movimento e saiu enfraquecido. Se este ano o professorado entrou mais organizado, mais experiente, o Palácio da Liberdade, em contrapartida, entrou pra valer, ao contrário do ano passado.

Desta vez, o governo não se prendeu apenas em fazer ameaças. O principal cartucho contra o movimento foi, sem dúvida, o decreto de Francelino Pereira autorizando a substituição dos professores faltosos a partir de segunda-feira, dia 28. Logo que saiu o "pacote", a UTE através de seu presidente, Luís Soares, classificou aqueles que porventura se dispuserem a ocupar o lugar dos grevistas de "pessoas que ficarão sujas para o resto da vida no magistério".

Mas o Comando Geral de Greve afirma que não existem no Estado tantos professores desempregados e que haverá possibilidade das vagas

dos grevistas serem preenchidas apenas se o governo apelar para a contratação de leigos.

Para alguns advogados que vêm emprestando apoio aos professores, existem recursos legais que poderiam ser usados contra o decreto. Num primeiro plano, os advogados levantam que o decreto peca por englobar tanto os professores efetivos quanto os contratados. Isto significa que para se afastar um professor efetivo é necessário um inquérito administrativo, com liberdade de defesa. Desta forma, ele não pode ser afastado por decreto e, mesmo se for, pode-se entrar com uma ação para sua reintegração imediata. Quanto aos contratados, que por sinal são a maioria, o Estado os

considera como não regidos pela CLT e, por conseguinte, sem os direitos trabalhistas. No entanto, existem casos que já foram ganhos em que a Justiça reconheceu professores e os enquadrando no regime da CLT.

O apoio dos pais dos alunos e da opinião pública em geral é ponto fundamental para a greve se firmar. Os pais vêm também recebendo pressões do governo. Os alunos que não comparecem às aulas são considerados faltosos. Matérias pagas são emitidas a todo momento na imprensa, nas quais o governo "pede" para os pais para enviarem seus filhos às escolas. Mas estes apelos até então, não foram muito ouvidos, pois o número de crianças nas escolas continua baixo.



Luís Soares: "os que substituírem os professores serão traidores do magistério"

Profissão: Professora

Da Sucursal

Elas diferem de todas as categorias: quando estão reunidas em assembleias tem sempre carrinhos de sorvete e pipoca por perto; vários filhos as acompanham nas reuniões e brincam entre os cassetes da polícia; quando são agredidas pela repressão elas cantam; os motoristas de ônibus e de táxis falam delas com admiração. Afinal, quem são?

Regina é professora de primeiro grau em Contagem. Trabalha em duas escolas: à tarde, na rede municipal e à noite, na rede estadual. Com estes dois empregos ele ganha 12 mil cruzeiros por mês, sem os descontos. Deste salário, paga Cr\$ 2.700,00 para uma universidade particular onde cursa Estudos Sociais, o colégio para a irmã mais nova e ainda ajuda em casa.

Já Maria da Graça é casada e tem 2 filhos pequenos. Seu marido é metalúrgico e trabalha durante o dia. Ela leciona de manhã e à noite, e tem uma empregada que cuida das crianças e da casa. Mesmo assim, a situação de casada é um peso: "Quando a gente tá trabalhando, se o filho tá doente, você está pensando nele, ou nas coisas que tem pra fazer em casa. Conta de água, luz, prestação, tudo fica por minha conta."

Todas elas se levantam às 5:30 da manhã para chegar à escola às 7 horas. Os fins de semana são gastos na correção de provas, nos estudos ou em casa, com os filhos: "Nem mesmo tempo pra namorar eu tenho", desabafa Regina, que na época de provas da faculdade amanhace sobre os livros. "Eu pessoalmente consegui dar entrada num apartamento, mas hoje só tenho quatro calças e umas blusas, que eu mesma lavo toda noite pra tornar a vestir."

Mas a greve não é só por causa do salário e das condições de vida das professoras. D. Maria Aparecida conta como explicou às colegas que deviam participar do movimento: "Ser professora não é só pegar no giz e ficar na frente da sala ensinando 2+2, não. Agora é que está na hora de vocês mostrarem que pensam nos seus alunos, de vocês pensarem na merenda escolar que é só fubá ou macarrão, no banheiro que sempre estoura, obrigando a gente a soltar os meninos mais cedo, porque eles não podem ficar três, quatro horas sem ir ao banheiro, né?"

Segundo Regina, na rede estadual não existe nada: merenda, giz, nem papel. "Os próprios alunos às vezes levam um pedaço de giz para a gente poder dar aula." Sem contar a falta de material didático: "Todo mês, na minha escola, cada professora dá um livro básico para um aluno. Tiramos este dinheiro do nosso salário".

Essas dificuldades unem alunos e professores diante da greve: "Eles entendem que o nosso salário não dá. Nossa maior vitória aqui no bairro é a comunidade: tem escola que os professores vão e não tem aluno. Muitos se dispuseram até a fazer piquete para nos ajudar. Nós não aceitamos porque isso poderia comprometê-los. Eles entendem porque eles também vivem mal, seus pais ganham uma miséria."

Chá de limão

E assim, de repente, essas mulheres que nunca puderam ir muito além de suas casas, sua escola, seus alunos, estão fazendo greve. D. Maria Aparecida conta que era a única da escola a ir às assembleias. Sempre deixava

um bilhete em cada sala de aula, chamando as colegas, mas ninguém aparecia. No dia seguinte, "choviam" em cima dela perguntando os resultados. Depois da segunda assembleia, já em greve, ela deu a maior bronca: "Vocês estão parecendo cachorrinho: foi só o governador bater o pé e vocês correram."

A greve não parece mudar muito a vida das professoras. Elas trocam a escola pela Regional, que funciona na maioria dos bairros nas igrejas, nos salões paroquiais. "Com a greve eu fico aqui o tempo todo. Semana passada eu nem vi os meus meninos. Meu marido está completamente a favor. Ele só tem medo de polícia, d'eu ser presa. Mas aqui é só de dia, enquanto ele trabalha. De noite eu estou lá com ele e não tem problema." De qualquer maneira, elas desafiam todas as convenções: "No ano passado, conta D. Elizabeth, no dia do meu aniversário eu fui a uma assembleia. Tava minha mãe, minha irmã do interior, todo mundo me esperando, e eu na assembleia. Depois, foi aquela estória: você não pode fazer isso, é perigoso. Eu estava grávida e fiquei firme os 40 dias de greve."

Elas acham que o machismo está atrapalhando, que muitas professoras não vão às assembleias, às reuniões das Regionais porque os maridos não deixam. "Mas tem muitas que usam o marido como desculpa, é puro comodismo."

A verdade é que estas mulheres imprimem ao movimento uma personalidade própria, quando levam sanduíche e cafezinho para a Regional, quando fazem novena pelo aumento do salário ou quanto mandam para a Assembleia Legislativa receitas de chá de limão para curar a dor de garganta do presidente da UTE, Luís Soares, ali confinado.

1º de Maio Unidade contra os patrões

A exemplo do que ocorreu no ano passado, mais uma vez São Bernardo do Campo deverá concentrar as atenções do país, neste 1º de Maio, o segundo em que os metalúrgicos do ABC comemoram em meio a uma greve geral da categoria (em 1979, o ato ocorreu no período de trégua concedido pelos trabalhadores). Por isso, mais do que um ato formal, deverá representar um momento importante na luta dos trabalhadores, que completam, nesse dia, seu 31º dia de greve.

Reabertura imediata das negociações, interrompidas pelos patrões e pelo governo, recuperação dos Sindicatos sob intervenção e libertação de presos, deverão ser as palavras de ordem centrais da manifestação, além das relativas à garantia no emprego, salário mínimo real e unificado, liberdade e autonomia sindicais, aumento reais de salários, luta contra a carestia e reforma agrária.

Convocado simultaneamente pela Diretoria e Comando de Greve dos Sindicatos de São Bernardo e Santo André, pela Unidade Sindical e pelo Comitê de Solidariedade à Greve, instalado na Assembleia Legislativa, o 1º de Maio se constitui, ao mesmo tempo, num desafio à repressão patronal policial. Alheios à ocupação militar de São Bernardo do Campo, os manifestantes deverão participar, inicialmente, de uma missa campal na Igreja Matriz, com início às 9 horas. Após o seu término, será realizada uma caminhada pela reabertura das

negociações" até o Estádio de Vila Euclides, que deverá ser reocupado pacificamente pelos trabalhadores. Caso não seja possível, todos se deslocarão para o Paço Municipal. No ato propriamente dito, deverão falar representantes dos partidos políticos, das Oposições Sindicais, Unidade Sindical, Movimento Contra a Carestia (MCC), Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), e União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros.

NOS ESTADOS

Em Minas Gerais, convocado por aproximadamente 20 sindicatos pertencentes à chamada "Unidade Sindical", o Primeiro de Maio terá seu ponto alto no ato público marcado para às 9 horas, a Praça do Trabalhador, na Cidade Industrial de Contagem. Segundo Wagner Benevides, do Sindicato dos Petroleiros, essa comemoração é a expressão do que ele classifica como "unidade na prática" promovida pelos sindicatos mais combativos.

Ainda em Minas, os 300 sindicatos de trabalhadores rurais do Estado estarão encerrando a Semana Sindical dos Trabalhadores iniciada no dia 25 de abril. Reforma agrária, baixos salários, problemas relativos à moradia e grilagem de terras, foram os temas centrais da Semana, realizada em cada sindicato, seguindo uma orientação geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Essa

mesma orientação, aliás, será seguida pelos sindicatos rurais da Região de Itaparica, Submedo São Francisco, nos Estados de Pernambuco e Bahia, que promoverão a 3ª Concentração dos Trabalhadores Rurais". Na manifestação programada para a sede do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, será "reavivada para a nação brasileira e para o mundo a gravidade e a intensificação das injustiças no Vale do São Francisco".

Os problemas dos trabalhadores rurais, particularmente a reforma agrária, deverão ser discutidos, também, na concentração marcada para o dia primeiro no Campo Grande, em Salvador. Organizada por um conjunto de sindicatos e entidades democráticas lideradas pelo Sindiquímica, Sindipetro, Sindicato dos Bancários, Jornalistas e de Extração do Petróleo, o 1º de Maio também terá como bandeiras centrais a luta contra o arrocho salarial e a carestia, liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores e do povo, rompimento da estrutura sindical atrelada, e construção da CUT, bem como pelo salário mínimo unificado.

Finalmente, a maioria dessas bandeiras deverá ser levantada pelos trabalhadores gaúchos, que no dia 24 de abril iniciaram sua "V Semana Sindical Independente". O ato mais importante, e que marcará o encerramento da Semana, será promovido em Porto Alegre, no dia 1º, na Praça dos Açorianos.



Sururu nos metalúrgicos gaúchos

A última assembléia dos metalúrgicos de Porto Alegre, no dia 24 de abril, terminou numa série de tumultos, culminando com um quebra-quebra da aparelhagem de som e das mesas que serviram até momentos antes de palco para os oradores. O clima tenso começara logo na abertura da assembléia, quando alguns oradores se dirigiam ao presidente do sindicato aos gritos de "Adão sai de cima do muro", "qual o teu posicionamento", exigiam uma definição da diretoria do Sindicato com relação à proposta patronal.

A revolta dos metalúrgicos não foi sem motivos. Já na abertura da assembléia o presidente do Sindicato, Adão Haggstram, encaminhou uma proposta visando esvaziar a assembléia: colocar em regime de votação secreta e sem discussão a contra-proposta patronal de aumento de 87,80 por cento de aumento para quem ganha até três salários mínimos, com uma taxa de produtividade de 7 por cento, aumento de 80 por cento mais 351,06 cruzeiros para quem ganha de três a 10 salários mínimos, com 5,5 por cento de taxa de produtividade, e 68,18 por cento mais 2.651,43 cruzeiros para quem ganha mais de 10 salários mínimos, com 4,5 por cento de taxa de produtividade, além do piso salarial de 5.160,00 cruzeiros a partir da data do dissídio.

As manobras do pelego

Desde o começo da campanha, as manobras de Adão foram evidentes. Tentou esvaziar a comissão de salários eleita em assembléia, negando-se a participar de suas reuniões; além disso, não promoveu a convocação massiva

nas portas das fábricas. Por outro lado, no dia da assembléia, os membros da diretoria entregavam aos trabalhadores uma cédula para votação, além da proposta patronal, encampada pela diretoria.

A intenção do pelego, de aprovar a contra-proposta patronal sem discussão foi derrotada pelos trabalhadores que pediam votação aberta, ao invés de secreta como ele propunha. Sentindo que a proposta da Comissão de Salários, que exigia 100 por cento de reajuste, com uma taxa de produtividade de 15 por cento, piso salarial de oito mil cruzeiros, estabilidade no emprego e delegado sindical, Adão Haggstram, bancou o autoritário, determinando que a votação fosse secreta.

Em seguida, saiu do recinto para conceder entrevista a uma emissora de TV, enquanto os metalúrgicos, visivelmente exaltados, exigiam uma solução para o impasse. Como não obtivessem resposta, 300 trabalhadores indignados avançaram em direção à mesa, aos gritos de "100 por cento ou greve", "manobrista", impedindo a votação secreta.

O tumulto começou, esvaziando o plenário. O pelego escapou porque se escondeu numa sala do colégio onde se realizou a assembléia. Não faltou, porém, a participação da polícia que, provocando, agrediu os trabalhadores, distribuindo socos e pontapés.

Nesse clima de tensão, os metalúrgicos de Porto Alegre se preparam para sua nova assembléia neste 1º de maio, quando decidirão se aceitam as migalhas dos patrões ou se mantêm sua proposta de "100 por cento ou greve".

Betim, Intervenção adia eleições

Desde o dia 17 de abril, o sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Betim está ocupado por dois interventores nomeados pela Delegacia Regional do Trabalho (DET). Todos os diretores ainda em exercício (desde a eleição quatro diretores e vários membros do conselho fiscal renunciaram a seus cargos) foram afastados, inclusive o presidente, Nadir Pinheiro e o vice-presidente, Luiz França de Oliveira.

A intervenção foi determinada pelo Delegado Regional do Trabalho em Minas, Onésimo Viana, sem a participação do Ministério do Trabalho (como determina a lei), com base no artigo 553, parágrafo segundo da Consolidação das Leis do Trabalho. Motivo: denúncia e apuração de fraudes e desvio de verbas pela diretoria do sindicato.

A diretoria destituída manipulava uma quantidade vultosa de dinheiro: anualmente recebia dois milhões e 500 mil cruzeiros provenientes da contribuição sindical (60 por cento de um dia de salário de cada trabalhador); mensalmente vinham parar às suas mãos mais de 120 mil cruzeiros arrecadados da mensalidade sindical. Isto, além de outras fontes menores de receitas.

Acusações graves

Sobre o presidente Nadir e do vice-presidente Luiz França pesam acusações graves. Uma auditoria realizada em outubro do ano passado, revelou uma série de irregularidades na administração do sindicato: empréstimos no valor total de 275 mil cruzeiros, sem juros e sem correção monetária,

foram feitos, beneficiando, principalmente, o presidente e o vice-presidente do sindicato e mais alguns funcionários contratados (empréstimos que, inclusive, viriam posteriormente a ser pagos, seguindo ordem da DRT); foi constatada uma fraude em caixa, no valor de 309 mil cruzeiros; sem nenhuma consulta aos associados, foi contratada uma série de funcionários, alguns com salários bastante elevados.

Num documento de defesa, o advogado do sindicato argumentou que a auditoria não teve acesso a uma série de documentos que explicariam as irregularidades, os quais estariam guardados no cofre e em pastas separadas dos arquivos embora o DRT afirmasse que boa parte deles foi alterada, com valores mais altos.

A denúncia de "má administração do sindicato" é também confirmada pela ex-tesoureira do sindicato e três conselheiros fiscais que, em maio do ano passado, renunciaram aos seus mandatos, enviando ofício à Federação dos Metalúrgicos. Na verdade, tudo parece indicar que Nadir e Luiz França tenham tido na utilização do dinheiro dos trabalhadores de Betim o mesmo comportamento desonesto de dois momentos decisivos vividos pela categoria. O primeiro, em novembro de 1978 quando ajudaram os patrões a terminar com a primeira greve dos metalúrgicos da região; a segunda, em outubro de 1979 quando assinaram, debaixo do pano, um acordo com os patrões em completo desrespeito a uma assembléia dos operários.

Os trabalhadores têm, no entanto, todos os motivos para des-

confiar das intenções que estão movendo a Delegacia Regional do Trabalho para intervir no sindicato. Onésimo Viana, o delegado regional, tem em seu currículo uma série de crimes cometidos contra a classe trabalhadora.

Um advogado do diabo

Em 1964, ele estava à frente da DRT e patrocinou a intervenção em todos os sindicatos mineiros combativos. Em alguns casos, como na intervenção do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em 1968, o delegado não hesitou em lançar suspeitas de corrupção sobre honrados sindicalistas, para dar uma aparente neutralidade ao ato de força.

A intervenção no sindicato de Betim vem ocorrer, justamente, a três meses da data prevista para as eleições. Nestas, dada a enorme impopularidade da diretoria junto a categoria, provavelmente seria eleita uma chapa de oposição.

Estas eleições assumem uma importância capital para o movimento sindical de Betim, pois permitiria que se consolidassem lideranças nas fábricas, as quais até agora têm sido sistematicamente despedidas após os movimentos reivindicatórios.

O interventor Walter Paulo de Carvalho afirmou ao EM TEMPO que novas eleições seriam convocadas dentro de 90 dias, tão logo fosse feito o "saneamento administrativo" no Sindicato. Embora seja a própria lei que estipule esse prazo, os trabalhadores de Betim sabem que a duração da intervenção vai depender, antes de tudo, de sua vigilância e mobilização.

Minas

Polícia ataca CET

No último dia 29, em Belo Horizonte, agentes da Polícia Federal, dizendo cumprir ordens de Brasília, apreenderam milhares de cadernos de educação popular produzidos pelo Centro de Estudos do Trabalho — CET. Os policiais apareceram com ordem de apreensão na Editora Vega S/A, no centro da cidade — e na sua livraria apreenderam o único exemplar que lá se encontrava. Ao mesmo tempo, davam busca e apreensão na sede do próprio CET todo o estoque encontrado — cerca de 30.000 cadernos, incluindo 2.000 exemplares de um especial sobre o 1º de Maio.

Os policiais alegavam que os cadernos do CET constituíam

uma publicação ilegal por não possuir os registros necessários de acordo com a lei de imprensa. A direção do CET respondeu que a publicação não configura imprensa, mas sim de cadernos de divulgação e educação popular. Mas assim mesmo, a Polícia Federal, reafirmando que cumpria ordens de Brasília levou todo o material causando um prejuízo estimado em cerca de 300 a 400 mil cruzeiros à entidade, que é sustentada com verbas filantrópicas de órgãos religiosos.

A noite, dois funcionários do CET foram intimados para prestar depoimento na sede da Polícia Federal, lá permanecendo das 18 até as 24 horas.



GREVE



piqueteiro

Resolver o impasse, mas às custas dos patrões.

Todos os cálculos patronais e do governo falharam nesta greve. Apostaram na intervenção nos sindicatos, na prisão das lideranças, na ameaça e repressão aos grevistas, para dobrá-los. Mas foi em vão, os trabalhadores mostraram, no ABC, o que acontece quando eles resolvem assumir seu próprio destino e fazer história.

Por Tom Duarte

A programação do Auditório Cacilda Becker, instalado no térreo do Paço Municipal de São Bernardo, não podia ser a um só tempo mais sugestiva, tragicômica e surrealista, na última semana de abril — segundo os letreiros facilmente visíveis da calçada fronteiriça, o “Grupo Absurdo” convidava a todos os habitantes da cidade a assistirem à peça “Divirta-se”. Provavelmente, em meio a greve que completou 31 dias de duração neste primeiro de maio, poucos foram os que se atreveram a chegar ao auditório. Não fosse os afazeres em que todos, de um lado e de outro estão envolvidos, um forte esquema de policiamento que circundou todo o Paço Municipal desde que foram proibidas as assembleias em logradouros públicos, servia para desanimar qualquer um.

Talvez por isso tenha parecido que os componentes do Grupo Absurdo, não mais um simples conjunto de atores amadores, estava a solta pela cidade. Com cassetes mosqueados, escudos e máscaras anti-gases, segurando cães pastores, transportados nos mal-encarados brucutus e caminhões “espíngas de peixe”, parados nas esquinas no interior de camionetes oficiais ou com chapas frias, eles estavam em toda a parte embora dessem preferência ao largo da Matriz de São Bernardo, depois de haverem interditado o Estádio de Vila Euclides, ou “Estádio dos Metalúrgicos”, como passou a ser conhecido desde as gigantescas assembleias grevistas do ano passado.

Em tudo isso, um senão: ao invés do “Divirta-se” da peça a intenção era atemorizar, intimidar, dispersar e desmoralizar os trabalhadores grevistas, disputando com eles cada centímetro quadrado da cidade. Aparentemente, a julgar pelos contínuos recuos, do Estádio ao interior da Igreja, onde as assembleias simultaneas, com no máximo três ou quatro mil trabalhadores substituíram as concentrações com até 60 mil pessoas do Estádio ou 40 mil das duas primeiras e únicas realizadas na Praça da Matriz, e pelas prisões que foram atingindo uma a uma as lideranças visíveis do movimento, o grupo absurdo da repressão governamental/patronal parecia ter conseguido os seus intentos.

Prejuízos são grandes

Entretanto, como dizia um metalúrgico, enquanto aguardava a hora de reunir-se com os demais integrantes do Comando de Greve do qual participa, as assembleias são apenas um ponto de referência nessa greve, embora não se possa minimizar sua importância. Por exemplo, há que se destacar o fato do comando conseguir, diariamente, dis-

tribuir cerca de 120 mil panfletos pela cidade em menos de três horas.

A polícia avançou pelas ruas centrais, tomou estádio e as praças, mas não conseguiu fazer, nesses 3 dias, com que aumentasse significativamente o número de fura-greves e que se reduzisse os índices de ausência no trabalho. Além disso, como demonstrou um sombrio relatório da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), somente a indústria automobilística sofreu prejuízos da ordem de 18,5 bilhões de cruzeiros, deixando de fabricar perto de 64.800 veículos, que teriam proporcionado ao governo impostos (IPI e ICM) da ordem de 5,7 bilhões de cruzeiros, além de 1,2 bilhões de cruzeiros que deixaram de ser recolhidos ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Nem mesmo a tentativa de algumas empresas em estimular a volta ao trabalho mediante o engodo, resultou positivamente. Como se pode ver nessa edição, a anunciada retomada de atividades da linha de montagem da Volkswagen não passou de um blefe desmoralizador, como foi facilmente comprovado pela imprensa. Os 110 veículos que teriam sido produzidos na segunda-feira, 28, na verdade foram montados à duras penas durante todo o mês de greve.

Buscando a calma e o cálculo

Se a esses prejuízos se somarem os sofridos pelas empresas de eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, bens de capital etc, poderá se ter uma idéia de que os prejuízos são realmente enormes. E que facilmente poderiam ter sido evitados caso as empresas tivessem acedido às reivindicações dos trabalhadores, modestas quando se sabe que, mesmo que tivessem sido concedidos os 15 por cento reivindicados sobre o INPC, mal ultrapassariam o índice inflacionário — como demonstrou recentemente o economista André Franco Montoro Filho, na Folha de São Paulo, contra um reajuste anual de 71,6 por cento, registrou-se 83,4 por cento de inflação de março de 1979 a março de 1980. Mas, como reconhece esse mesmo metalúrgico, um dos principais dirigentes do Fundo de Greve de São Bernardo, não se pode raciocinar em termos puramente aritméticos e ver as coisas do ângulo exclusivamente econômico, no conflito trabalhista do ABC. Ao econômico, dizia ele, sobrepõe-se o político nesse momento: mesmo que isso signifique perdas consideráveis, no curto prazo, a derrota dos grevistas poderá significar

um período longo de calma na região.

Da mesma forma, advertia ele, retomando a idéia de que as assembleias são apenas um indicador da disposição dos trabalhadores para se manterem parados, o importante é considerar o alto grau de organização obtido, primeiro nas fábricas, no período pré-greve, e posteriormente nos bairros, para se entender porque a greve deve continuar a mantendo por mais algum tempo (leia, a propósito, a matéria na página 10).

Erro de Cálculo

Garantindo o essencial da paralização previamente, antes de deflagrar a greve, os metalúrgicos de São Bernardo encontraram no trabalho nos bairros a forma de consolidar o movimento, ademais de ampliarem a faixa de solidariedade.

Por isso, mais uma vez o pessoal do Absurdo (Grupo 14 da FIESP, o Ministério do Trabalho, e os órgãos repressivos) se enganou ao julgar que bastava a prisão de algumas lideranças mais expressivas como foi o caso de Lula, Djalma Bom, Rubens Teodoro, Alemão e Gilson, entre tantos outros, para esmagar o movimento. Acostumada a ver a história apenas como a ação de grandes homens, a burguesia, foi incapaz captar o que realmente ocorria, ao desconhecer o peso da participação da massa anônima, sua vontade e organização coletivas.

Todos os seus cálculos tem se mostrado frustrados, nessa greve. Como disse Osmar Mendonça, o Osmarzinho, “de erro em erro o governo foi se debilitando”, enquanto crescia a solidariedade popular aos grevistas. Nem mesmo a ameaça de demissão massiva por “justa causa”, ao se completar 30 dias de greve, parece ter surtido efeito: os trabalhadores sabem que os patrões não conseguirão repor os 140 mil eventuais demitidos. Por isso, do peão às lideranças, integrantes da Comissão Salarial, do Comando de Greve e os remanescentes da diretoria, há confiança de que existem forças armadas para resistir por mais tempo, se for preciso. O definhamento do movimento, almejado pelos patrões, e governo e que ecoa na grande imprensa, ainda parece estar distante. E eles sentem que o impasse terá que ser resolvido logo. Mas não às custas dos seus interesses.

Para isso, eles atribuem um peso especial às comemorações do Primeiro de Maio em São Bernardo.

Esperam daí, o empuxe necessário para um salto de qualidade que garanta a resistência da maior greve operária dos últimos 20 anos.



O povo nas ruas apoia o ABC

Renata Falzoni

Em todo o país o apoio

Aproximadamente dez mil pessoas participaram, dia 24 de abril, quinta-feira do ato público de apoio à greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, na Praça da Sé. O Comitê de Solidariedade à greve e o movimento de Unidade Sindical foram os responsáveis pela organização e convocação da manifestação. Várias organizações democráticas e políticas, assim como entidades de bairros e sindicais estiveram presentes: O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a Oposição Sindical Metalúrgica, o Movimento Contra a Censura (MCC), o Comitê Permanente de Apoio à Greve de Campo Limpo e Taboão da Serra, a UNE, o Partido dos Trabalhadores, etc. Em todas as intervenções, a tônica dada pelos oradores era a da necessidade imediata de se acabar com a intervenção nos sindicatos e de se preparar a mobilização dos trabalhadores para conseguir a libertação de Lula e dos outros dirigentes presos. E todos os oradores concordavam, inclusive Juraçá, que representou os trabalhadores de São Bernardo, que a única maneira de retirar Lula da prisão é manter a greve ate que os patrões cedam em sua intransigência.

Ao final do ato, cerca de três mil pessoas realizaram uma passeata pelas ruas do centro da cidade, contrariando a vontade dos orientadores daquela manifestação que pediam que “todos fossem pacificamente para suas casas, e que procurassem evitar confrontos com a repressão”. O que naquelas alturas seria muito difícil, já que toda força policial de São Paulo havia sido deslocada para o ABC.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a manifestação pública organizada pelo Comitê de Solidariedade local foi muito significativa. O ato, realizado no dia 24, em frente à Assembleia Legislativa, reuniu cerca de 10 mil pessoas. Da mesma forma como ocorreu em São Paulo, o ato foi convocado e organizado pelo Comitê de Solidariedade do Rio e pela Unidade Sindical. Falando em nome do Partido dos Trabalhadores, Manoel da Conceição foi o orador mais aplaudido. Em sua intervenção, “Mané” disse que estava lá para exigir a liberdade de Lula e dos líderes aprisionados no Deops paulista.

Minas Gerais

Em Minas Gerais o movimento de solidariedade já arrecadou \$ 350 mil cruzeiros, dos quais 270 mil cruzeiros foram remetidos a São Paulo. Diversas associações de bairros, entidades sindicais e estudantes, o PT e PMDB, têm participado desta campanha para a sustentação da greve. A principal finalidade da campanha desenvolvida em Minas é combinar a contribuição para o fundo de greve com a denúncia da intervenção e a prisão dos dirigentes metalúrgicos.

Zona Sul/SP

Em São Paulo, no dia 22, dois dias antes do ato unitário na Praça da Sé, os trabalhadores da Zona Sul realizaram no Largo 13, em Santo Amaro, uma manifestação de rua em solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos do ABC. Ao ato compareceram cerca de mil operários da região, convocados de manhã nas portas das fábricas. O comitê de apoio da Zona Sul foi o responsável pela organização do ato. Os principais oradores foram os representantes da Oposição Sindical Metalúrgica, do Movimento Contra a Censura, Ana, a mulher de Santo Dias, e o deputado do PMDB, Aurélio Peres.

Trabalhadores Rurais

Se depender de simpatia e solidariedade a greve dos metalúrgicos do ABC não será jamais derrotada. Na semana passada, os trabalhadores grevistas de Santo André e São Bernardo receberam um valioso apoio. Os trabalhadores rurais reunidos na CONTAG, que congrega 2.346 sindicatos, representando milhões de trabalhadores, considera que “a intervenção decretada, seguida de destituição dos dirigentes legitimamente eleitos, é mais uma tentativa de liquidar a mobilização e organização de toda a classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho”. “Com esse ato, cai por terra a máscara de redemocratização tão falada pelo governo, uma vez que mecanismos repressivos continuam sendo usados contra os trabalhadores, para garantir os lucros dos grandes grupos nacionais e estrangeiros”. Contudo, não foram apenas os trabalhadores rurais que enviaram seu apoio. De Ijuí, Rio Grande do Sul, sindicatos de trabalhadores, entidades estudantis e partidos políticos mandaram uma nota de solidariedade, pois, entendem que “além de apoio moral, é imprescindível um apoio material afim de que os companheiros que lutam num brutal corpo a corpo com a ditadura possam sustentar até o fim essa batalha”.

Já em São Paulo, a solidariedade ativa assumiu formas bem concretas: o sindicato dos metalúrgicos aprovou o desencadeamento da “operação marcha lenta” ou “tartaruga”, a partir da segunda-feira, 28 de abril, durante assembleia realizada na sexta, 25 e que contou com a participação de 700 trabalhadores. (Joca Moraes)

Bairros. Os trabalhadores garantem a greve

O trabalho feito nos bairros, de casa em casa, nas igrejas e associações locais tem garantido a sustentação da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Seguindo as palavras do Lula, cada operário se transformou num diretor do sindicato, responsável pelo movimento que vem recebendo o apoio de toda a periferia da Grande São Paulo.

Por Silvio Caccia Bava.

As últimas assembleias de bairro e reuniões de rua acabam por volta da meia-noite. Estão sendo realizadas onde dá: nas sociedades amigos de bairro, nas igrejas ou na casa de algum companheiro mesmo. Aí é feito um balanço dos acontecimentos, planejam-se as ações do dia seguinte, distribuem-se tarefas a cada grupo. Já de madrugada os trabalhadores saem para as principais ruas, para os pontos de ônibus. Vão enfrentar seu maior problema: os fura-greve. Em muitos casos a solidariedade de outras categorias reflete o ânimo de luta que galvaniza a disposição popular. Os motoristas de ônibus, por exemplo, frente aos piquetes da madrugada, vão parando por iniciativas própria os carros que conduzem, para permitir aos metalúrgicos a discussão com os companheiros vacilantes. E se recebem do piquete a ordem de voltar, levam de volta de onde vieram os poucos trabalhadores que, a partir daquele instante, são novos grevistas.

Colados no rádio

Desde cedo, pela manhã, todos os rádios estão sintonizados na Bandeirantes, à procura de novas informações sobre o andamento da greve, as posições do governo, a proibição ou não de assembleias na praça, etc. Cria-se como que uma cadeia radiofônica que permite até aos que estão andando pelas ruas acompanharem os acontecimentos. E as atividades continuam. Começam as visitas às casas dos companheiros vacilantes por parte de metalúrgicos organizados em grupos de rua, são feitas panfletagens com as últimas palavras-de-ordem, organizam-se pedágios para a venda de bônus, grupos de mulheres realizam a coleta, porta a porta de alimentos. Praticamente, em todas as casas, existe alguém que trabalha em uma montadora e que está parado. Se sua irmã, por exemplo, é professora ou comerciária, ela leva para seu trabalho a proposta de apoio à greve, vai vender bônus, juntar mantimentos. E dessa forma amplia-se a cadeia de pessoas envolvidas com a greve. Depois da prisão do Lula percebe-se claramente um maior apoio por parte de outras categorias.

Há casos que mostram claramente a combatividade dos grevistas. Em uma assembleia de bairro, um companheiro comunicou que a metalúrgica Heral, de São Bernardo, continua trabalhando. Nesta mesma assembleia, organiza-se um piquete, que no dia seguinte consegue a

adesão dos trabalhadores da Heral, e a fábrica pára. Tem sido frequente a participação de familiares ou amigos nas assembleias dos metalúrgicos. É o bairro que está em greve. A população passa por um processo de politização que empurra as pessoas a participarem. E quem quiser tem onde participar! seja nos piquetes, na coleta de alimentos, na venda de bônus, nas visitas aos fura-greve. Amplia-se a vanguarda do movimento. E é com orgulho que as pessoas se declaram em greve. Entra um homem num ônibus cheio e cumprimenta um conhecido em voz alta: "Como é companheiro, vai para a assembleia?" O outro lhe responde no mesmo tom: "É, vou ver se tem lugar para mim lá..."

Os comitês de apoio

De todos os cantos do Brasil têm vindo dinheiro e mantimentos para os metalúrgicos em greve, mas o que está acontecendo na periferia de São Paulo é novo. Na região sul o apoio está organizado desde o começo da greve. Estão sendo passadas listas nas fábricas que tem arrecadado bastante dinheiro. Os operários da Massey Ferguson, Caterpillar, Metal Leve, MWM, Villares, Monark, La Fonte, FAG, e muitas outras contribuem por solidariedade à luta dos companheiros do ABC mas também porque o seu reajuste salarial será em maio. Todos entendem que o resultado das lutas do ABC será determinante para a disposição de luta dos companheiros de São Paulo. A idéia de greve está no ar, a todo momento se, houve a palavra, muitos afirmam que talvez seja pra semana que vem... De toda forma, a proposta de apoio tem uma grande receptividade por parte dos metalúrgicos, o que já não acontece com outras categorias. Nas coletas, realizadas nas feiras, tem gente que se nega a contribuir dizendo: "metalúrgico tá bem de grana, eu é que estou ruim". Mas de uma maneira geral, todos entendem que é necessário o apoio aos companheiros do ABC e contribuem com alguma coisa. As formas mais eficientes de coleta de dinheiro e mantimentos têm sido o mutirão de casa em casa com o apoio dos moradores do bairro e o pedágio. Mas surgem iniciativas como a das professoras, que lançaram a campanha do quilo e pedem a seus alunos que tragam de casa mantimentos. As comunidades de base da Igreja estão todas empenhadas na campanha. O apoio têm sido também uma referência para o pessoal que partici-

pou ativamente da greve de novembro, em São Paulo, e se achava disperso. Há muitos casos de antigos piqueteiros que vêm se integrar ao trabalho. A disposição é de apoio ao ABC, mas também de preparar a própria greve. E não é para menos. As empresas da região estão sentindo os reflexos da paralização no ABC e, como sempre, pretendem (ou já estão) repassando suas dificuldades para os trabalhadores. Muitas das grandes como a Metal Leve e MWM, estão com estoques altíssimos; outras com falta de peças, de componentes para seus produtos, como é o caso da Mulher.

Zona Leste mobilizada

E estas empresas começam a dar férias coletivas para seus empregados. Na zona leste, os trabalhadores já se encontravam organizados, antes mesmo de começar a greve do ABC. Em dezembro, o comitê de apoio à greve de novembro continuava promovendo atividades para arrecadar fundos de greve. Há bairros altamente mobilizados, como São Mateus, onde moram muitos dos trabalhadores do ABC. Aí surgiram piquetes que não deixam passar os ônibus mandados pelas montadoras para recolher seus operários. Diariamente, são parados de 80 a 100 veículos e deles são retirados os poucos fura-greve, que nunca passam de uns 50, ao todo. Não vai ninguém para o ABC. A liderança do movimento amplia-se com as duas semanas de luta. Muitos companheiros tomam iniciativas e assumem novas responsabilidades. É o caso das listas de fábrica que também estão sendo passadas na região. Em alguns casos, como o da Ford, a coleta é mais organizada e, numa semana, rendeu 80 mil cruzeiros mas há companheiros que assumem individualmente esta tarefa e depois procuram os núcleos de apoio.

Inúmeras atividades tem sido desenvolvidas para a arrecadação de fundos e mantimentos: shows musicais, teatro, bazares, quermesses, bingos, mutirões, pedágios, arrecadação nas missas, etc. Em alguns bairros mais mobilizados realizam-se assembleias diárias, divulgam-se boletins periódicos que informam a população do andamento da greve.

Além disso para enfrentar as dificuldades dos trabalhadores do ABC que moram na região, foram abertos novos postos de arrecadação de alimentos nas Igrejas de São Miguel, São Mateus, Vila Alpina e Jardim Elba.



Por dia, mais de 1400 pessoas são atendidas pelo Fundo de Greve.

Comida não faltará: o Fundo de Greve garante.

O Fundo de Greve em São Bernardo do Campo está atendendo uma média de 1400 famílias por dia, em seu posto localizado na Igreja Matriz local. Diariamente, centenas de metalúrgicos fazem fila ao redor da Igreja para receber os pacotes que são distribuídos, contendo alimentos básicos, como: feijão, arroz, macarrão, açúcar, óleo, fubá, farinha, sal e leite em pó. Cada família recebe um pacote diferente de acordo com o número de pessoas que a integram. São Bernardo do Campo registrou do dia 14 (quando se iniciou o atendimento) ao dia 18, um movimento diário de 700 famílias, que consumiram cerca de 12 toneladas de alimentos.

Do dia 22 ao 25, o número de pessoas que procuraram o posto da Igreja Matriz de São Bernardo dobrou: cerca de 1400 famílias foram atendidas, o que representa 24 toneladas diárias de alimentos distribuídos.

No dia 28, o Fundo de Greve distribuiu alimentos para 1380 famílias (o que significa um total de 8.280 pessoas) e no dia 29 para 1510 famílias.

A Coordenação do Fundo de Greve tem previsão para o atendimento de 2.000 a 2.500 famílias na próxima semana, representando um consumo mínimo de 39 toneladas de alimentos.

Para evitar que os trabalhadores fiquem muitas horas na fila, como vem correndo até agora (apesar do grande número de voluntários que atendem aos trabalhadores dentro da Igreja) o Fundo de Greve está criando outros cinco postos de distribuição: nas paróquias de São Miguel Paulista, Vila Alpina, Sapopemba, Jardim Miriam e Mauá (no Largo da Matriz). Outros postos poderão ser criados, desde que haja necessidade, segundo informou a Coordenação. Na cidade de Mauá já está funcionando o posto de distri-

buição com o atendimento médio de cem famílias por dia.

Todo esse volume de alimentos distribuídos às famílias dos grevistas significa um movimento diário de 700 mil cruzeiros no mínimo. A solidariedade está chegando de todas as partes do país e tem aumentado nos últimos dias. Isso está deixando bastante otimistas os membros da Coordenação do Fundo de Greve que acreditam poder atender regularmente às famílias dos metalúrgicos durante todo o tempo em que durar a greve.

Santo André

A média diária de atendimento em Santo André é de 350 famílias, o que dá um total de 2.100 pessoas atendidas, com o pacote contendo os alimentos básicos para oito dias de consumo. O posto central de distribuição está na Rua Centenário 28, na Vila Bastos, em Santo André.

As doações provêm em grande parte do Comitê de Solidariedade, localizado na Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas as contribuições vem de todas as partes: da campanha de uma hora de trabalho, iniciada por João Paulo Pires de Vasconcelos, de João Montevade, Minas Gerais (e que hoje atinge os trabalhadores da região industrial de todo o país), o recolhimento feito por sociedades amigos de bairro, comitês de apoio e mesmo contribuições de mensalistas que não aderiram a greve. Setores metalúrgicos de São Paulo também estão ajudando: trabalhadores da Ford enviaram 40 mil cruzeiros para o ABC e os da Sofunge, 15 mil.

De acordo com os membros da Coordenação do Fundo de Greve, quem pensava que as prisões dos líderes sindicais fariam esfriar o entusiasmo e o apoio dos trabalhadores pela greve se enganou redondamente: a solidariedade duplicou depois dessa arbitrariedade cometida contra os metalúrgicos.

Santo André ajuda São Bernardo a resistir

A organização e deflagração do movimento grevista sempre foi mais difícil em Santo André, cujo número de metalúrgicos equivale à metade dos de São Bernardo, embora estejam espalhados por um número maior de empresas. Apesar disso, e contrariando as afirmações do governo, a greve manteve níveis elevados durante todo o mês de abril.

Por Vilma Amaro

Os trabalhadores metalúrgicos de Santo André estão revoltados: o ministro Murilo Macedo foi à televisão dizer que a greve nesse município tinha acabado. Se isso fosse verdade não haveria assembleias com quatro, cinco mil metalúrgicos que lotam quase todos os dias a Igreja do Bonfim, no Parque das Nações em Santo André, afirmam eles. E se isso fosse verdade, o governo não mandaria a repressão prender trabalhadores postados diante de algumas fábricas, como ocorreu esta semana na Ibrape, nem forçá-los a ingressar dentro da empresa. "Foi um contra-piquete da Polícia", afirmou o presidente do Sindicato, Benedito Marcílio sobre esta atitude da repressão nas fábricas de Santo André.

Muito embora, o aparato ali seja invisível em relação a São Bernardo, literalmente tomada por policiais, isso não significa que a Polícia não esteja atenta. Tanto isso é verdade, que, pelo menos 10 metalúrgicos foram presos esta semana em Santo André, acusados de incitarem à greve. Além disso, algumas reuniões feitas em bairros reúnem duzentos a trezentos grevistas, o que é uma prova de que o movimento continua muito vivo e intenso, mesmo numa região de difícil mobilização como Santo André, que conta com cerca de 800 pequenas e médias indústrias.

E não é apenas em Santo André que a greve continua forte. Em Mauá e Ribeirão Pires, milhares de metalúrgicos continuam parados.

Alguns trabalhadores vão até às portas das fábricas e o movimento é, nos bares próximos a algumas indústrias, é comum encontrar-se metalúrgicos comentando a greve:

— Você também tá de greve? Esta

pergunta feita a um trabalhador num bar próximo a Constanta, deixou o metalúrgico irritado. "Claro, responde, voce tá pensando que sou americano," afirma com um acentuado sotaque nordestino. "Eu sou brasileiro". Em seguida, ele se oferece para ajudar a colar alguns cartazes nos bares e postes das redondezas, informando sobre a greve.

Desde que o estádio Jaçatuba foi interditado, a Igreja do Bonfim tem sido o local de reunião dos metalúrgicos que, nesse ponto, tem mais sorte que seus companheiros de São Bernardo. A Igreja tem um enorme pátio onde cabem cerca de dez mil trabalhadores e, como a categoria em Santo André é bem menor (um terço em relação a São Bernardo) os trabalhadores têm podido se alojar lá dentro, a salvo da Polícia, que fica nas portas espiando o movimento e fazendo algumas prisões.

Nas assembleias, a disposição é a mesma de São Bernardo: "a greve, continua", dizem e "um, dois, tres, Macedo no xadrês". Quando Benedito Marcílio ou outro membro da Comissão de Salários propõe a continuidade do movimento, milhares de mãos se erguem com um riso de contentamento, da mesma forma que na matriz de São Bernardo. E ali também se ouve a multidão gritar "Lula, Lula, fora da prisão" quando se faz referência aos dirigentes presos.

Benedito Marcílio na última assembleia realizada esta semana afirmou: "o governo é responsável pela situação que vivem hoje os metalúrgicos, com seu ministro radical. Nós não queremos um confronto com a Polícia queremos um confronto com os patrões. Mas o sistema, para defender os empresários, faz de São Bernardo uma praça de guerra e persegue

metalúrgicos em Santo André. Só existe uma solução para esse impasse: E o governo soltar todos os dirigentes presos, colocar metalúrgicos e a FIESP numa mesa de negociações, e atender às nossas reivindicações. Se o governo tivesse se colocado na posição de governo e não depositor, hoje não estaríamos nessa situação. Mas nossa luta tem que prosseguir até o fim, como protesto a tudo isso", afirmou.

Marcílio também respondeu ao ministro Murilo Macedo sobre a volta ao trabalho dos metalúrgicos em Santo André. "Por que o ministro não vem ver pessoalmente a greve, por exemplo, na Philips, na Ibrape, Constanta, Otis, Cima, Isan e outras? Pois só assim ficaria sabendo que a greve não terminou. Ele está recebendo informações falsas".

A verdade é que, queira ou não o ministro, a greve prossegue em Santo André, ainda que sem a mesma força de São Bernardo. Nas grandes empresas os percentuais de paralisação divulgados pelo Comando de Greve são bem superiores ao da FIESP e do governo. Por exemplo, 30 dias após a decretação da greve, o índice de paralisação da Philips era de 90 por cento, na Otis 90 por cento, Isan 60 por cento, Chrysler 80 por cento, Fichet 85 por cento, Mollins 95 por cento.

Por seu turno, as empresas menores apresentam um índice que varia em média de 20 a 60 por cento. Estas e as empresas médias, enfrentando um sufoco ainda absorvível pelas grandes, já estão dando mostras de que buscam uma saída para o impasse: várias delas já procuraram o presidente Benedito Marcílio, convidando para um "diálogo" do qual poderá resultar um acordo a partir da primeira semana de maio.



Jesus Carlos

A luta destas mulheres é por um mundo diferente

Domingo 27, 10 horas. Quatro mil metalúrgicos participaram de uma assembleia na Igreja do Bonfim em Santo André. Algumas das poucas mulheres presentes, falam ao EM TEMPO. E dizem porque apoiam e fazem a greve.

Por Beth, Tereza e Eide

Maria Elisa (mulher de metalúrgico em greve) — Eu estou vendo a greve com clareza, e acho que a greve deve continuar para o bem de todos. Os metalúrgicos estão passando fome. A maioria do povo brasileiro está passando fome, e por isso eu acho que a greve deve continuar. Meu marido ganha 8 mil cruzeiros e somos cinco lá em casa. O menor não trabalha porque não arruma emprego e a mais velha trabalha e o que ganha só dá pra ela se sustentar, pagar seus estudos. Se ela comer duas vezes por dia o dinheiro não dá. O ano passado, meu marido foi despedido por causa da greve. Ele estava trabalhando há três meses. Ficou quatro desempregado. A gente já passa-

va dificuldade e começou a passar fome. Mas apesar disso eu quero que a greve continue.

Fátima (metalúrgica em greve) — Essa greve já está no 27.º dia e está num impasse danado. Eles estão tentando pegar a gente de todos os lados. Mas a gente está aqui pro que der e vier. Não se dobra trabalhador na força, na marra. Enquanto eles não aprenderem que não é assim que se faz, essa luta vai continuar. Nossa luta é irreversível.

Maria Auxiliadora (metalúrgica em greve) — A greve é um instrumento para os trabalhadores lutarem por seus direitos. E cada dia o trabalhador vai descobrindo a força que tem esse instrumento. E como disse a companheira, com todos esses dias de greve ela não tem condições de ser derrotada. Ela é vitoriosa porque com o pouco que a gente tinha de organização, aguentar todo esse tempo é uma coisa inédita na história do Brasil de 15 anos pra cá. Se, por acaso, a gente não ganhar as reivindicações é porque tem um governo de força, que com armas tenta destruir a luta dos trabalhadores. Mas aí é que vai ficar claro para os trabalhadores do ABC quem é seu inimigo comum; então a gente vai canalizar a luta em cima desse inimigo.

Conceição (metalúrgica desempregada) — o governo acha, que pelo fato da gente ser simplesmente operários a gente não tem força para balançar eles também. Eu acho que a força das armas que eles tem não significa nada porque a gente não quer confronto, a gente quer

estabilidade no emprego, a gente quer um pouquinho de segurança. A verdade é que a gente percebeu o quanto pode se ajudar. Com toda repressão que a gente recebe, a gente acaba ficando cada vez mais perto um do outro.

Carmem (mulher de metalúrgico em greve) — A greve, esse ano, deu um passo muito grande, porque no ano passado as mulheres dos metalúrgicos estavam muito assustadas, e este ano elas estão dando um grande apoio. Vão às assembleias, e, apesar do dinheiro estar acabando, elas acham que devem continuar em greve até a vitória.

Sônia (mulher de metalúrgico em greve) — Mesmo que eles digam que é ilegal, para nós é legal. O importante é a consciência de cada um. Eu acho que todas as esposas de metalúrgicos, aliás, todas as mulheres que têm consciência, não é só mulher de metalúrgico, é também empregada doméstica, é dona de casa, patroa, são todas. Porque se meu marido trabalha, me dá o ordenado, quem vai gastar sou eu. A luta é minha. Vamos ver do lado de Deus.

Rosa (metalúrgica desempregada) — Apesar de desempregada, eu continuo no movimento. Meu trabalho agora é aqui. Não tem sábado nem domingo. Estamos vendo que não é por falta de alimentos que a greve vai parar. Está chegando muitos alimentos e muita gente que quer ajudar. Essa ajuda de todos leva a gente a lutar ainda mais porque a gente se sente seguro.

Carmem — Quanto à participação

das mulheres, eu ainda acho que é pequena. Porque, veja bem, num movimento como esse, em uma assembleia, em época de campanha a gente convida as colegas, mas tem uma infinidade de gente que manda na mulher — é o irmão, é o marido, a mãe, pai, avó, namorado e filho. Mas, é muito importante que ela participe, porque ela é mais explorada dentro da fábrica. Em média, ela está ganhando cinco mil cruzeiros mas ela não tem coragem de segurar esta barra.

Maria Auxiliadora — Veja, é importante a mulher ser mãe e esposa, mas é importante estar do lado daqueles que lutam, e como o machismo ainda prevalece, eu venho contra a vontade do meu marido, porque eu sinto que é importante estar aqui. Se eu tivesse essa consciência que tenho hoje da luta, eu teria renunciado ao casamento.

Tereza (metalúrgica na Volks) — Trabalho lá há dez anos e ganho sete mil cruzeiros. No meu setor, só eu estou fazendo greve. As mulheres não vem por falta de conhecimento, mas eu acho que seria muito injusto se eu fosse trabalhar. Minha mãe me disse pra eu não vir aqui: "é coisa de homem". Mas eu acho que é preciso que os operários sejam mais unidos. Assim a gente ganhava.

Fátima — Desde que a mulher fica em casa com os filhos e tem que dar educação pra eles, ela não pode dar aquela educação de que tudo está bem. Nós não temos o direito de deixar para os nossos filhos o mundo que nós temos hoje.



A crise do posadismo

Dos rachas do POR—Partido Operário Revolucionário, à formação da OSI —Organização Socialista Internacionalista.

Por Andreas Maia

As lutas de 1968 modificaram as organizações comunistas que se reivindicam do programa e da tarefa de construção da IV Internacional no Brasil. O trotskismo tem um novo alento com o surgimento de diversas organizações: o POR que era ligado ao grupo de J. Posadas rompe de alto a baixo e dará lugar à Fração Bolchevique-Trotskyista e ao grupo comunista "1.º de Maio". Por outro lado, o Partido Operário Comunista (POC) começará a sofrer influências do trotskismo por meio de um grupo de militantes simpatizantes da IV Internacional. É a partir destas três origens que serão criadas as principais organizações trotskistas da década de 70: a Organização Socialista Internacionalista — OSI (vinculada ao Comitê de Reconstrução da IV Internacional — CORQI), o Partido Socialista dos Trabalhadores — PST (ex-Liga Operária, ligada à tendência minoritária da IV Internacional) e o Partido Operário Comunista — POC (ligado à tendência majoritária da IV Internacional).

A Fração Bolchevique

O surgimento da Fração Bolchevique Trotskyista (FBT) remonta ao ano de 1967. A fração se organiza então como uma tendência de oposição à direção do Partido Operário Revolucionário e à linha sectária imprimida pelo posadismo.

O motivo da cisão está no fato de que o grupo internacional liderado por J. Posadas, ao qual se filiava o POR, tenta imprimir uma linha de atuação, que conforme o depoimento de muitos ex-militantes, negava totalmente o trotskismo. Em 1968 são expulsos. É interessante destacar que devido ao grau enorme de desinformação dos militantes do POR sobre o movimento trotskista mundial,

os dissidentes achavam que tinham rompido com a IV Internacional e não com um grupo que há muito tempo tinha rompido com a Organização. A FBT, expulsa do POR, tenta se constituir como tendência nacional, buscando contatos com militantes que tinham rompido com o POR no Nordeste e em São Paulo.

No Nordeste, as divergências também atingem o Comitê Regional do POR (Pernambuco e Fortaleza). Muitos militantes questionavam a Internacional-Posadista e defendiam "uma posição favorável a um trabalho no proletariado rural" assim como mantinham divergências com a ideologia política do posadismo. Tendo como ponto de partida um trabalho na zona da mata em Pernambuco, em Barreiros, no sul do Estado, trabalho que tinha-se desenvolvido a partir de contatos em diversos engenhos, os militantes do POR local elaboram um documento em que conclamavam à "unificação de todos os trotskistas". Em 1969 há a expulsão dos militantes do POR por causa do documento. É convocada uma Conferência Regional do Nordeste que decide entrar em bloco na FBT.

Em fevereiro de 1970, durante o carnaval, se faz a I Conferência Nacional da FBT integrando núcleos do Rio Grande do Sul, São Paulo e Nordeste. Esta conferência tira uma direção nacional e decide não se filiar a nenhuma organização internacional. Apenas busca contatos internacionais com partidos trotskistas que "defendam a integridade do Programa de Transição elaborado por Trotsky em 1938".

O grupo Primeiro de Maio

Em São Paulo em 1968 surge também, paralelamente à FBT, uma outra cisão

do posadismo. Os motivos da ruptura com o POR eram praticamente os mesmos: a degeneração do partido em uma seita.

O grupo Primeiro de Maio surge inicialmente como uma tendência ampla no movimento de massas, notadamente o movimento estudantil, e posteriormente se organiza enquanto grupo comunista. No movimento operário o grupo se implanta em São Bernardo do Campo num trabalho metalúrgico. Na década de 70 parte para a organização de tendências socialistas no meio estudantil e será, junto com a Fração Bolchevique, um dos poucos grupos brasileiros de esquerda que não aderem à luta armada e ao guerrilheirismo.

A crítica ao guerrilheirismo

O período de fechamento do regime militar, que se seguiu à crise de 1968, com as mobilizações de massas de estudantes, com as greves operárias e com a crise parlamentar, e que desembocará na decretação do Ato Institucional n.º 5, será o momento em que a maioria das organizações de esquerda revolucionária brasileira desencadeará a luta armada contra a ditadura: ações exemplares, expropriações, sequestro de embaixadores para a libertação de presos políticos, etc.

A Fração Bolchevique, assim como o Primeiro de Maio, se posicionará contra a política armada destas organizações. Criticam o isolamento das ações armadas e enfatizam a necessidade de organização independente do proletariado industrial. Um ex-dirigente da Fração Bolchevique assinala que "a crítica na época, apesar de extremamente correta, era insuficiente porque era uma crítica apenas baseada em premissas ortodoxas do marxismo" e que não conseguia ganhar militantes "na medida em que não se apresentava um projeto global alternativo".

Este mesmo ex-dirigente afirma que "se praticava também uma política sectária" e que a expectativa era a de que se transformariam rapidamente em um partido revolucionário".

Tanto a FBT como o Primeiro de Maio tentam desenvolver um trabalho de massas operário-estudantil no início da repressão do governo Médice. O Primeiro de Maio, conforme depoimentos de antigos militantes, para sobreviver à repressão, acaba adotando as normas rigorosas de clandestinidade, com os "pontos", "aparelhos" e o completo sigilo das atividades, isto é, as mesmas normas adotadas pelas organizações da luta armada. Em contraposição, a FBT considerava que não ia ser atingida pela repressão e que esta voltava-se apenas para os grupos guerrilheiros. Não dando conta do refluxo do movimento de massas e incorporando um certo triunfalismo em suas posições políticas — o ascenso de massas "era constante e a crise do regime eminente" — a FBT descuidava totalmente a possibilidade de vir a ser golpeada. Em abril de 1970 começam as prisões de militantes no Nordeste por causa de um incidente em uma "república" de estudantes. Em quatro ou cinco dias a organização é totalmente desbaratada. O Primeiro de Maio continuará se

mantendo, mas bastante isolado, conservando um trabalho de resistência no movimento estudantil.

A criação da OSI

As tentativas de fusão da FBT com o grupo Primeiro de Maio tinham sido até então infrutíferas, apesar de ter sempre ficado de pé a perspectiva de "unificação dos trotskistas". A fusão só vai se efetivar em novembro de 1976 com a fundação da Organização Socialista Internacionalista (OSI) como seção brasileira do "Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional — CORQI".

A FBT, que havia sido desbaratada em 1970, logo após um período de um a dois anos, com muitos militantes saindo das prisões, começa a se reorganizar em São Paulo e no Rio Grande do Sul, lentamente. No exterior, em Paris, um grupo de militantes que havia saído do país durante as quedas, lança em 1971 a revista **Outubro**. A proposta do grupo era a de se vincular ao CORQI e unificar os vários grupos trotskistas existentes no Brasil.

O CORQI, como variante ultra ortodoxa do trotskismo acabou fazendo sucesso nos militantes oriundos do posadismo e que tinham lutado durante muito tempo contra as deformações do trotskismo. Voltar às origens era um passo quase que natural. Por outro lado não existia no Brasil nenhuma outra organização vinculada à IV Internacional a qual, por sua vez, havia realizado em 1969 o seu IX Congresso Mundial que definira na América Latina um giro no sentido militanista.

Em 1975, o grupo gaúcho da GBT, a OMO — Organização pela Mobilização Operária, uma dissidência do Primeiro de Maio — e o grupo Outubro se unificam na Organização Marxista Brasileira. O Primeiro de Maio não aceita essa fusão e se mantém isolado. É um período de crise para esta organização e seu funcionamento se dá de modo inusitado: é dirigida por um "plenário quinzenal de todos os militantes". Mas as pressões do CORQI farão com que mais tarde se consubstancie a fusão e o surgimento da OSI.

A OSI conquistará posteriormente uma presença significativa nas mobilizações estudantis de meados da década de 70, sobretudo em São Paulo. Mas, refletindo a política sectária do CORQI, sua marca principal ficará dada principalmente por sua política paralela a nível sindical com a defesa dos "sindicatos livres" e seu combate ao sindicalismo autêntico como um dos sustentáculos da reforma da ditadura.

Mais recentemente, começa a se esboçar uma mudança de linha. Mas novamente, refletindo os métodos burocráticos de funcionamento do CORQI, estas correções detonam uma crise interna que tem por centro a questão da concepção do centralismo democrático.

A OSI fecha, desta forma, um período de reorganização dos trotskistas que não aceitaram a direção da IV Internacional.

Na próxima edição, e última da série sobre os trotskistas, abordaremos as organizações que se filiaram à IV Internacional: o POC e o PST.

UM LÊNIN PARA HOJE

À venda no
jornal **EM TEMPO**
Cópia da edição portuguesa
de 960 páginas por
apenas Cr\$ 400,00

Trata-se de uma biografia política que aspira a ajudar na reconstituição do significado do leninismo do próprio Lênin. Sua grande originalidade, bem como sua importância, vem do enfoque adotado.

O maior revolucionário do século (na opinião do próprio autor) é apresentado como alguém cuja vida foi feita de sucessos e fracassos, de realizações grandiosas e de erros gritantes, e cuja obra tem um caráter inacabado, evidenciado na dupla carência com que chegou ao fim da vida, e que se perpetua até hoje: ainda não foi criado o instrumento capaz de abater o capitalismo nas sociedades industriais avançadas (a III Internacional, que ele fundou, primeiro degenerou e depois foi dissolvida por Stalin); e ainda não foi construída, sobre as ruínas do poder burguês, uma sociedade socialista.

Mas na visão de Liebman, o estudo dos textos e sobretudo da prática de Lênin é indispensável para avançar na solução, num momento em que a crise do capitalismo se aprofunda e se combina com a crise do stalinismo.

O leninismo sob Lenin

Marcel Liebman



Simone de Beauvoir entrevista Sartre

Simone de Beauvoir — Bem Sartre, a primeira coisa que eu quero perguntar, é sobre a questão das mulheres pois afinal você nunca falou sobre isto. Por que você escreveu sobre todos os oprimidos: os trabalhadores, os negros em Orfeu Negro, os judeus nas Reflexões sobre a Questão Judaica e nunca sobre as mulheres? Como você explica isto?

Jean-Paul Sartre — Penso que isto vem da minha infância. Na minha infância vivi cercado sobretudo por mulheres: minha avó, minha mãe ocupavam-se muito comigo; e também vivi cercado de meninas. Era um pouco o meu ambiente natural: as meninas e as mulheres e sempre pensei que havia algo de mulher em mim.

SB. — O fato de ter sido cercado por mulheres não o impediu de compreender a importância da opressão que elas sofrem?

JPS — Eu sentia que minha avó era oprimida por meu avô, mas não o percebia claramente. Minha mãe enquan-

Eu considerava o imperialismo como um defeito individual do homem e uma certa obediência, como traço característico da mulher.

to viúva era oprimida por seus pais, tanto por sua mãe quanto por seu pai.

SB. — Mas você ficou adulto! Por que ignorou a opressão de que são vítimas todas as mulheres?

JPS — Em geral eu não tinha consciência. Só via os casos particulares. Claro que eram muitos. Mas em cada um eu considerava o imperialismo como um defeito individual do homem e uma certa obediência como traço característico da mulher.

SB — Você disse que em suas relações com as mulheres, que foram muito numerosas, você as via como iguais e ao mesmo tempo como não iguais. Isto quer dizer, como você me observou uma vez, que sua opressão as fazia iguais ao homem ainda que não o fossem? Isso quer dizer que, porque é mais difícil para uma mulher ter tanta cultura, tantos conhecimentos, tanta liberdade quanto um homem, ela é igual independente do fato de ter cultura, liberdade ou outras qualidades.

JPS — Há um pouco disto. Eu considerava que as mulheres possuíam um

Sentia-me capaz de conversar melhor com mulheres do que com homens.

certo tipo de sentimento e uma maneira de ser que eu encontrava em mim. Sentia-me capaz de conversar melhor com mulheres do que com homens.

Com os homens a conversa degenera sempre em questões profissionais. Falta-se sempre ou das relações econômicas do momento ou da conjugação do grego, dependendo se é professor ou comerciante; mas é raro sentar-se num café e falar do tempo, das pessoas que passam, coisas que eu sempre fiz com as mulheres e que me davam uma impressão de igualdade, ainda que, evidentemente eu conduzisse a conversa. Eu a conduzia porque tinha decidido fazê-lo.

SB — Mas no fato de que você condu-

zia a conversa, que era normal que fosse você, entrava o machismo. Aliás devo dizer que relendo suas obras, se encontra traços de machismo e até de falocratismo.

JPS — Você exagera um pouco. Mas enfim quero crer que seja verdade.

SB — Mas e você não se sentia machista?

JPS — De certa maneira, na medida em que eu colocava as relações num plano ou no outro, se a mulher estivesse de acordo, evidentemente. Mas era eu que fazia as primeiras tentativas. E não pensava o machismo como decorrência da minha condição de macho, mas como uma característica particular da minha pessoa.

SB — Voltando ao machismo, é preciso relativizar. Pois afinal de contas você me encorajou muito a escrever O Segundo Sexo e quando o livro foi escrito, você aceitou todas as teses, enquanto pessoas como Camus, por exemplo, quase me atiraram o livro na cara. Aliás foi então que eu descobri o machismo de alguns que eu acreditava realmente democratas tanto em relação ao sexo quanto ao conjunto da sociedade.

JPS — É. Mas antes é preciso dizer que em nossas relações sempre a considereei uma igual.

SB — Devo dizer que você nunca me oprimiu e que nunca impôs qualquer superioridade sobre mim. Para relativizar seu machismo é importante dizer que nunca mantivemos relações de inferioridade-superioridade, como mantêm em geral homens e mulheres.

A luta de classes até agora... trata-se essencialmente de relações entre homens, pois dizem respeito ao poder ou à economia.

JPS — Nesta relação aprendi, compreendi que havia relações entre homem e mulher que indicavam a igualdade profunda dos dois sexos. Eu não me considerava superior, mais inteligente ou mais ativo, eu a colocava no mesmo plano. Éramos iguais. Creio que curiosamente isto fortaleceu o meu machismo num certo sentido, pois permitiu que eu fosse machista com as outras mulheres. No entanto a igualdade entre nós não me parecia uma igualdade de fato entre dois indivíduos, mas revelava a igualdade profunda entre os dois sexos.

SB — Dito isto, você aceitou O Segundo Sexo mas ele não o modificou. Aliás nem a mim, pois creio que tínhamos a mesma atitude na época. Tínhamos a mesma atitude, isto é acreditávamos que a revolução socialista acarretaria necessariamente a emancipação da mulher. Fomos desencantados na medida em que percebemos que nem na URSS, nem na Tchecoslováquia, nem em nenhum dos países ditos socialistas que conhecíamos, a mulher era realmente igual ao homem. Aliás foi isto que me fez decidir, a partir de 1970 a adotar uma atitude abertamente feminista. Quero dizer, a reconhecer a especificidade da luta das mulheres. Você me seguiu neste caminho mas eu gostaria de precisar até que ponto. O que você pensa, agora da luta das mulheres pela sua liberação? Por exemplo, como ela se articula com a luta de classes?

JPS — Para mim são duas lutas de aspecto e de sentido diferentes que nem sempre coincidem. A luta de classes até agora opõe os homens entre si. Trata-se essencialmente de relações entre homens, relações que dizem respeito ao poder ou à economia. A relação entre mulheres e homens é muito diferente. Sem dúvida há implicações muito grandes do ponto de vista econômico, mas a mulher não é uma classe e o homem, em relação a mulher tampouco o é.

A mulher enquanto oprimida é, de uma certa forma, quase mais livre do que o homem — mais irreverente

Trata-se de outra coisa: a relação entre os sexos. O que quer dizer que no fundo há duas linhas de luta para os oprimidos: a luta de classes e a luta dos sexos. Claro que frequentemente estas duas linhas se encontram. Hoje por exemplo a luta de classes e a luta dos sexos tendem a se encontrar.

SB — Esta luta feminista que você reconhece, qual é a importância que você lhe dá? Você conservaria a velha diferença entre contradição principal e contradição secundária? Você acha que a luta das mulheres é secundária?

JPS — Não. Creio que a luta das mulheres é principal. Durante séculos ela somente se manifestou nas relações individuais, em cada lar. O conjunto destas lutas particulares está construindo uma luta mais geral. Ela não atinge todos. Diria até que a maioria das mulheres não se dão conta de que tem interesse em fazer coincidir sua luta individual com uma luta mais geral, que é de todas as mulheres contra todos os homens. Esta luta geral ainda não ganhou toda sua amplitude.

SB — Na medida em que você dizia no começo que preferia frequentar as mulheres aos homens, não seria porque pelo fato de sua opressão elas escapam a alguns defeitos masculinos? Você disse muitas vezes que elas eram menos "cômicas" que os homens.

JPS — É certo. A opressão conta muito. Por "menos cômica" quero dizer que o homem, na medida em que se constitui como homem médio encontra condições exteriores que o tornam realmente cômico. Por exemplo, quando eu atribuía meu machismo a uma qualidade pessoal e não à uma ação do mundo social sobre mim, eu era cômico.

SB — Simplificando, porque cada um desempenha seu papel completamente colado a ele?

JPS — Isto. A mulher enquanto oprimida é, de uma certa forma, quase mais livre do que o homem. Tem menos princípios que lhe ditem sua linha de conduta. É mais irreverente.

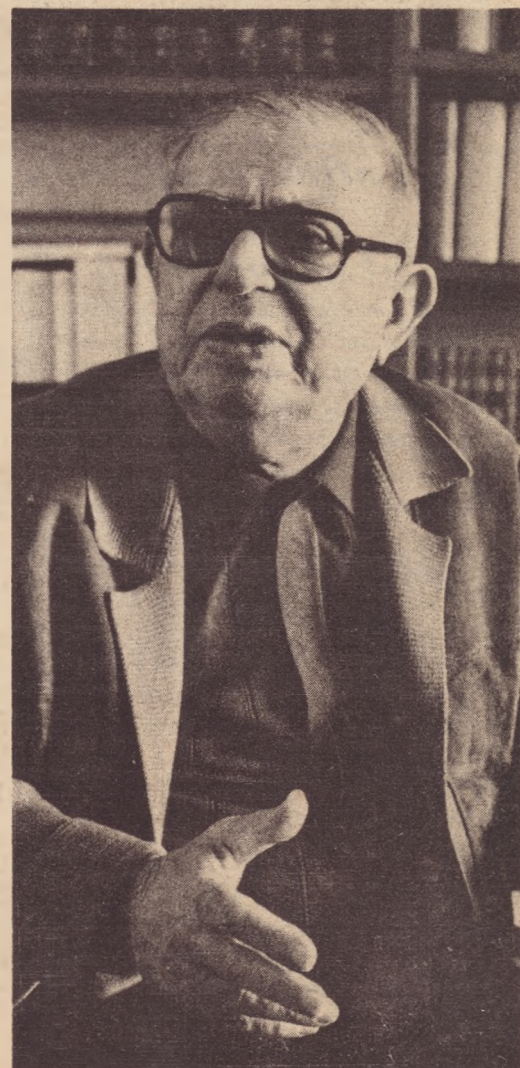
SB — Então você aprova a luta feminista?

JPS — Totalmente. E considero perfeitamente normal que as mulheres não estejam completamente de acordo entre elas sobre alguns aspectos; que existam conflitos e divisões; é normal para um grupo que está no nível em que elas estão. Penso também que lhes falta base na massa, e o trabalho a fazer hoje me parece ser este. Nestas condições a luta feminista poderá atingir a sociedade de tal maneira que abalaria tudo, sempre se aliando à luta de classes.

(Transcrição de Elizabeth Souza Lobo)

‘Sempre pensei que havia algo de mulher em mim’

O casamento Sartre-Beauvoir foi antes de tudo, um aprendizado da liberdade. Uma das mais importantes contestações do casamento burguês. Com a morte de Sartre, eles, que se mantiveram intimamente ligados, eram ainda dois seres inteiros e autônomos. Cada qual respondendo por si. Foi isto que motivou essa entrevista, publicada na revista *L'Arc n° 61*, em 1975, da qual transcrevemos parte.



Sartre:

“A cultura não tem de ser defendida”

Transcrevemos a seguir parte de um discurso que ele pronunciou em Moscou no Congresso Mundial pelo Desarmamento e a Paz. Sartre fala dos bens culturais, celebrando-os como resistência a injustiça e ao terror. A arte não pode mudar o mundo, mas pode contribuir para mudar a consciência e os desejos dos que poderiam transformá-lo.

A cultura é, na minha opinião, a consciência em perpétua evolução que o homem tem de si e do mundo no qual vive, trabalha e luta. Se esta tomada de consciência é justa, se não está sistematicamente falseada, deixaremos, apesar de nossas ignorâncias, uma herança válida aos que nos sucederão. Porém, se subordinarmos nosso trabalho aos imperativos belicosos, faremos de nossos filhos — que consumirão verdade envenenadas — fascistas ou desesperados.

Atenção, esse perigo é ameaçador: o número daqueles que na França se chamam camisas negras, e em outros lugares **hooligans**, aumenta. Podemos e devemos dizer desses jovens — quaisquer que sejam seus crimes — que somos responsáveis por eles, que nestes últimos anos não soubemos dar-lhes essa consciência lúcida de si mesmos, de sua classe, das alienações que sofreu, que deixamos essas violências nuas e selvagens ao não esclarecê-las e dirigi-las.

Esse jogo é conhecido: pretende-se defender a cultura quando, na verdade, ela é **mobilizada**; declara-se em toda parte que se faz a guerra para salvá-la quando, na verdade, está inteiramente submetida aos interesses guerreiros. O truque é simples: atua-se sobre dois caracteres contraditórios — contradição fecunda quando se desenvolve livremente — que

definem toda cultura: o particularismo nacional e a universalidade, ao menos potencial. A profundidade de uma obra vem da história nacional, da língua, das tradições, dos problemas particulares, e com frequência trágicos, que a época e o lugar apresentam ao artista através da comunidade viva à qual está integrado. O que nós, mediterrâneos, chamamos com tanta soberba de “civilização greco-latina”, nada mais é que nosso particularismo e o parentesco de nossos idiomas, tanto italiano como espanhol ou francês.

O particular e o universal

Por causa desta particularidade, toda obra tende ao universal. Na França dissemos insistentemente, em fins do século passado, que Tolstói, Tchekov, Dostoiévsky eram incompreensíveis para “os latinos” e que tinham “a alma eslava”. E, setenta anos depois, temos que reconhecer que todo mundo na França tem a alma eslava, já que acolhemos esses grandes autores e fizemos deles nosso patrimônio. Isso quer dizer que o aspecto propriamente **russo** de uma obra, olhada por um francês, à luz dos costumes e preocupações que lhe são próprios, revela-lhe aspectos até então desconhecidos ou obscuros de si mesmo ou de seu país. (...) O que permite compreender a célebre frase de André Gide:



Cena do cortejo fúnebre de Sartre

“Fazendo-se mais particular, faz-se mais universal”.

Mas a tática guerreira em tempos de guerra fria, consiste em separar esses dois aspectos de uma obra para opor um ao outro. Em lugar de um passo dialético, que transforma o particular em geral, a cultura em guerra começa afirmando sua particularidade (é greco-latina, européia ou ocidental); em seguida, decide que esta particularidade nada mais é que o universal, pela simples razão de que só há **essa cultura** e, em todas as outras partes, impera a barbárie. Isso significa negar a universalidade em nome do universal. Há quase meio século Kafka escreveu **O Processo**; no oeste, foi falseado, no leste, silenciado: nós o deformamos a leste e oeste por nossas paixões tendenciosas, e não beneficiamos a ninguém com sua universalidade, quer dizer, com o valor que teria para cada um se deixáramos que envelhecesse nos espíritos e nos corações com toda liberdade.

A guerra é o que mata a luta ideológica, pois substitui o enfrentamento pela separação e condenação recíprocas. Em suma, a verdadeira competição cultural é suprimir todas as dunas e barreiras da cultura e, em seguida, lançar-lhes este pacífico desafio: a quem pertence Kafka? Quem o compreende melhor? Quem o aproveita mais?

Não: nós, homens de cultura, sabemos que não se deve **defender** a cultura. Defendê-la é, na realidade, servir-se dela para justificar a guerra; de quem ela seria defendida, com efeito, senão dos homens? Porém, precisamente quem a faz senão os homens? Eu sou daqueles que preferem uma vida humana à Catedral de Chartres. Porque a catedral, se morrermos por ela, não fará novos homens que nos substituam, e porque os homens — esses sim! — ficam; uma catedral, se se derruba, pode ser refeita — prova-o o exemplo de Varsóvia. A cultura é feita pelos homens e para os homens. Dendê-la deles é transformá-la em ídolo, é alienar o homem de seu produto. E se o canhão entra em jogo, se envia suas granadas greco-latinas contra os canhões asiáticos é de se temer que, em Ancara ou Atenas, só permaneçam pedras dispersas pelos bombardeios.

A cultura e a guerra

A cultura não tem que ser **defendida** nem pelos militares, nem pelos políticos. E aqueles que se dizem seus defensores são, na verdade, os defensores da guerra. Quando os soldados do imperialismo defendem o Partenon, na realidade o Partenon é o que defende o imperialismo. Não há que **proteger** a cultura, o único serviço que ela espera é incumbência nossa, dos intelectuais: deve-se desmilitarizá-la. (Transcrição de Olgaia Matos)

A Latino-America perde Carpentier

Barthes, Sartre, Carpentier... Alejo Carpentier, o escritor cubano de “El Siglo de las Luces”, de “Concierto Barroco”, de “La consagración de la primavera”, de “El reino de este mundo”, e muitas outras obras, morre em Paris, aos 76 anos. “As vezes é necessário afastar-se das coisas — colocar um mar no meio — para ver as coisas mais de perto”, disse ele. Carpentier viu, como poucos, a latino-america tendo o Atlântico ao meio. Fixado em Paris há muito tempo, de lá escreveu: “De fábulas se alimenta a Grande História, não te esqueças disso. Fábula parece o nosso para as pessoas daqui, por que perderam o sentido do fabuloso. Chamam fabuloso tudo o que é remoto, irracional, situado no amanhã... Não entendem que o fabuloso está no futuro. Todo futuro é fabuloso...”. (“Concierto Barroco”). Um escritor que foi em busca das raízes — um radical — e descobriu a América, a latino-america. Sua última obra sobre Cristóvão Colombo: “Lu Harpe et l’Ombre”, ainda não foi traduzido entre nós. (R. de A.)

O mestre em questão

EM TEMPO tem de Sartre, uma grata recordação: após o golpe de 64, ele recusou-se a dar entrevista a jornais brasileiros, mas abriu para nós uma única exceção. Sua longa entrevista saiu publicada nos números 64 e 65 deste jornal. E talvez tenha sido o pensador que mais influenciou a geração universitária que hoje “passou dos trinta anos” no Brasil. Dentre ela, os professores de filosofia da USP, Marilena Chauí e Luiz Roberto Salinas Fortes que falam aqui sobre esta influência.

Salinas:

“Sartre representou para mim uma reviravolta radical”

Ninguém exerceu tanta influência intelectual sobre minha geração como Sartre. Basta considerar a enorme quantidade de coisas — em sua maioria asneiras — que se escreveu sobre ele nos últimos dias. É como se todo mundo se julgasse autorizado a falar sobre Sartre, o que demonstra, embora de maneira deformada, sua presença incontestável. Mas é também certo que muitos intelectuais pequeno-burgueses, muitos de nós, aprendemos, na melhor das hipóteses a pensar o mundo de hoje graças a ele.

Para mim, particularmente, a descoberta de Sartre há mais de vinte anos,

representou uma reviravolta radical. A leitura de “A Náusea” e de “O Ser e o Nada”, entre outras apaixonadas, emprestou-me a voz para a expressão do meu jovem descontentamento diante do mundo e ajudou-me a despertar do sono, então pesadamente dogmático, dormido no seio da Santa Madre. Quanto à sua obra filosófica e literária, acredito que a última seja mais importante que a primeira. Mas, como ele próprio queria, não é possível separar rigorosamente uma coisa da outra: devemos considerá-lo como um filósofo literário e um literato filósofo, e isso é que dá a esta obra rica e variada sua fisionomia singular.

Os jovens de hoje? Acho que eles não pensam, nem fantasiam, nem imaginam Sartre. Simplesmente ignoram-no. Mas é provável que as novas gerações ainda venham a descobri-lo, de acordo, aliás, com o que profetizara há algum tempo Roland Barthes, e que a sua obra venha,

outra vez, fecundar as imaginações estudentes e estudiosas.

Quanto a um Sartre revolucionário: ele sempre adotou posições contestatórias, desde Saint-Germain-des-Près até os últimos anos quando saía pelas ruas defendendo a liberdade de imprensa. Adotou-as de maneira radical. Lembro-me, por exemplo, de uma das respostas que dá aos seus entrevistadores no filme “Sartre parli-même” — ainda não apresentado no Brasil — que queriam saber qual sua opinião, naquela altura dos acontecimentos (1974), a respeito do governo pós-gaullista, na França. O presidente da República, na ocasião, era Pompidou. Resposta de Sartre: “Isso aí é o poder dos ladrões”. Por essas e outras, acredito que foi um revolucionário e dos mais autênticos. Por outro lado, também em sua obra, especialmente a partir de “A Crítica da Razão Dialética”, a questão da revolução ocupa, na sua reflexão, um lugar central.

Continuação da pág. 16

Marilena: “Sartre é o teórico da violência”

Sartre marcou mais que uma geração em termos filosóficos e políticos. Na produção teórico-política atual ele é profundamente conhecido, a ponto de trechos imensos de sua obra virem sem aspas em discursos de autores modernos. É fantástico esse silêncio sobre o homem e a obra, um silêncio que se deve à própria incorporação de suas idéias! Hoje, nas universidades, num curso de filosofia, não se ensina Sartre, (nem Merleau-Ponty, e, raramente, Heidegger). Isto não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Em termos da minha geração, para a classe média católica e para o fim da adolescência, Sartre trouxe uma visão do homem sem traços religiosos. Lembrome de grupos na Biblioteca Municipal daqui de São Paulo discutindo o “existencialismo” — e nesses grupos cabiam os “beatniks”, os anarquistas à la Quartier-Latin —, discutindo a morte de Deus, a responsabilidade do homem.

Se ele marcou mais os teóricos políticos os filósofos ou os literatos, isto eu não sei, mas para quem contestava os valores estabelecidos ele foi essencial. Esse silêncio sobre a obra e o homem de que falei não é casual. Sartre ressurge na Anti-Psiquiatria. Nessa contestação das instituições na década 60/70, os pontos de partida são definidos a partir de Sartre explicitamente: Cooper e Lang citam-no nominalmente. Isso dá a medida de como Sartre “balança” a organização institucional das relações pessoais, familiares. A Anti-Psiquiatria estaria mais ligada a Foucault? Não. O teórico da violência é Sartre.

Revolucionário? Não, ele é um contestador, um dos mais poderosos denunciantes da ordem burguesa. Apoiou todos os movimentos contestatórios e revolucionários. Todos: maio/68, Hungria, Tchecoslováquia, Mao, Argélia, etc. Foi o primeiro a denunciar a guerra do Vietnã como genocídio e escrever no “Temps Modernes” a respeito. Ele se aproxima de Marcuse nesse nível. É aquele que se interessa em por em questão toda a ordem vigente, aposta numa transformação. Ele não é um Lênin, um Trotsky, um Guevara...

O que é digno de nota é a mudança de posição política de Sartre, por várias vezes, sem nenhum problema. E assim fez a vida inteira, o que é fascinante. Um intelectual que não é dogmático, no Brasil, tem o sabor de um “marciano”... Pessoalmente, a obra que mais me marcou foi o seu “Flaubert”, uma obra que me ajuda a pensar e que me impressiona porque é uma das poucas em que um pensador resumiu sua obra inteira. Flaubert é a síntese de Sartre como filósofo, romancista, político. É uma análise de um indivíduo que produz arte no interior de uma ordem burguesa. Quando eu lia, ia pensando que o Flaubert místico, o Flaubert filistino, o Flaubert dogmático me eram conhecidos em demasia! Eu podia identificar nessas figuras as pessoas que eu conhecia e eu mesma. É uma pena que com a moda estruturalista essa obra tenha passado tão rapidamente por aqui. E sequer foi traduzida até hoje.

A luta (comum) de negros e palestinos

Milton Barbosa, é integrante da Cordenadoria Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU) e fez parte da comitiva formada por parlamentares e sindicalistas que visitou o Oriente Médio a convite da OLP. Na entrevista exclusiva que concedeu ao EM TEMPO, Milton Barbosa aborda questões relativas à luta do povo palestino e o apoio do movimento negro brasileiro à causa palestina.

Por Vanderlei José Maria

Como estava composta a comitiva e o que ocorreu no Líbano que não permitiu a entrada de vocês?

— A comitiva estava composta por 13 parlamentares de todos os partidos, líderes sindicais, um representante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e representantes da comunidade negra — eu e o Orlando Fernandes, do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra do Rio de Janeiro. O embaixador libanês nos recusou o visto de entrada, mas nós entramos através da Síria, na região controlada pelas Forças Unificadas da Síria e pelas forças da OLP. Foi uma viagem segura, normal.

— O que existe de comum entre a luta do povo palestino e a luta contra a discriminação racial do negro brasileiro?

— O programa de ação do Movimento Negro Unificado (aprovado no I Congresso do Movimento Negro Unificado, realizado em Dezembro de 1979 no Rio de Janeiro) deixa claro o apoio do MNU à luta de todos os povos oprimidos. Isto já é um motivo fundamental para apoiarmos a luta da Organização para a Libertação de Palestina — OLP, e que se combina com a criação no Brasil de “Comitês anti-apartheid”, ou seja a luta anti-racista na África do Sul. A OLP possui uma visão internacionalista de sua luta e da opressão do seu povo. O imperialismo desenvolve um processo de exploração internacional que atinge todos os povos sob diversas formas, como por exemplo o racismo e a exploração econômica e sexual da mulher. O grande aliado do imperialismo no Oriente Médio é o sionismo. A forma como o sionismo age com o povo palestino é uma forma racista que se reflete principalmente no apoio israelense à África do Sul. É Israel que dá apoio militar, econômico e diplomático ao regime do apartheid. Assim como a OLP, o MNU possui esta visão internacional da exploração capitalista e, logicamente, nós e a OLP teríamos de cruzar os mesmos caminhos.

— Como o MNU analisa a origem do conflito no Oriente Médio?

— Existiam 91% de palestinos na região hoje dominada por Israel e apenas 9% de judeus. A partir de um pacto dos sionistas com o imperialismo britânico (a “Declaração Balfour” de 02/11/1917) começaram a emigrar para a região judeus europeus e de toda a parte do mundo. Em 1948 os judeus chegam a 33%, quando então os judeus sionistas começam ações terroristas em larga escala expulsando os palestinos de suas terras. O sionismo explica o seu direito à região a partir de conceitos como o “direito divino do povo judeu.” Os conflitos se acirram com a guerra de 1967 e 1973.

— Como foi o contato com o presidente do Comitê Executivo da OLP, Yasser Arafat?

— Yasser Arafat nos fez toda uma exposição do que era a luta do povo palestino. Fiz uma intervenção denun-



Milton, Arafat e Orlando

ciando a situação do negro brasileiro, sua situação de desemprego, de marginalizado do processo social brasileiro e que foi muito bem entendido pelo irmão e companheiro Yasser Arafat. Como os negros, os refugiados palestinos vivem sob estas mesmas condições de desemprego, exercendo as mais baixas funções nos países onde se encontram refugiados. Após abraçar-me e a Orlando Fernandes, Yasser Arafat afirmou que o único caminho é a luta contra o imperialismo. Com o que nós concordamos plenamente.

— Há igualdade, portanto, entre a marginalização do povo palestino e do negro brasileiro?

— Nós visitamos uma cidade na Síria chamada Kuneitra, onde em 1967 as casas foram dinamitadas por este processo chamado de “implosão” que é muito usado no Brasil. Quando a casa explode, ela desce com teto e tudo, facilitando o trabalho de limpeza e em cima destas casas, Israel construiu outras. Com isto Israel não deseja apenas eliminar fisicamente o árabe-palestino, mas eliminar sua presença cultural, tudo aquilo que ele construiu durante anos a fio é simplesmente eliminado. Isto é muito parecido com o que foi feito com o negro, sendo dominado em suas terras, trazido em navios negreiros e depois a eliminação do que foi o negro na África, e sua contribuição histórica e econômica no Brasil. Atualmente a semelhança é maior entre negros e palestinos. Ambos sofrem discriminações sociais, desemprego, marginalidade, opressão e perseguição policial constante com o objetivo de humilhar a população negra ou de dominar os palestinos como faz Israel. A perseguição policial de Israel aos palestinos impede que eles reivindiquem suas terras, de se organizarem para exigir sua autonomia. Suas casas são barbaramente violentadas, os soldados israelenses invadem para revistar, para ver se não apoiam a OLP; até judeus nascidos na Palestina sofrem discriminações por parte de Israel. Aqui no Brasil o proces-

so é o mesmo para o negro: a polícia invade as favelas e todo negro é considerado um marginal.

— Vocês visitaram os acampamentos palestinos, viram os treinamentos militares?

— Nós vimos vários aspectos da luta palestina. Visitamos rapidamente os campos militares já que eles são também acampamentos de refugiados. Porém, o mais importante foi ver o esforço da OLP, do povo palestino no sentido de criar um estado democrático quando eles conseguirem voltar para a sua terra.

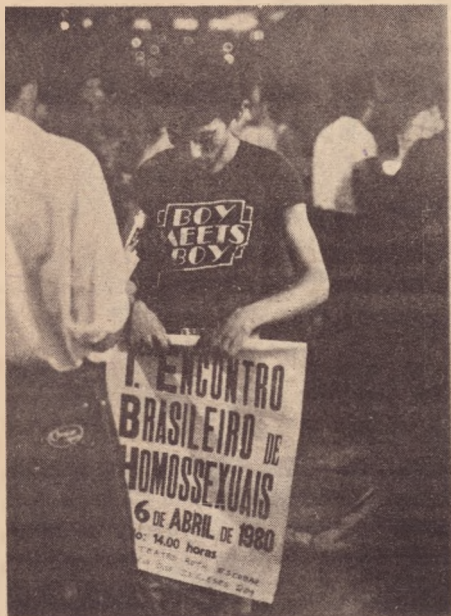
Existem 40 mil mártires de guerra, 7 mil prisioneiros condenados em Israel e o dóbro sem culpa formada. Há toda uma preocupação de dar assistência como saúde, educação e trabalho, às famílias dos soldados. Realmente o tempo é o grande aliado dos palestinos.

— O MNU ao apoiar a luta da OLP não está se esquecendo que os judeus foram vítimas do racismo durante a II Guerra e que são as primeiras vítimas de grupos neo-nazifascistas?

— O MNU repudia o racismo não só no Brasil como a nível internacional, não aceitamos qualquer forma de racismo que sofre o povo judeu. Em contrapartida, não aceitamos o sionismo que se baseia num “direito divino” para ocupar uma terra onde um povo construiu toda uma vida em cima de muito trabalho e sacrifícios. Os judeus progressistas, os judeus não sionistas, devem colocar a verdade do que está acontecendo no Oriente Médio. O sionismo tem um grande poder de articulação e possui todo um aparelho ideológico que faz uma falsa propaganda da causa palestina. Não faz pouco tempo, nós acreditávamos que os palestinos jogavam bombas em todos os lugares. Hoje graças às denúncias da OLP está se desmascarando o seu poder político e econômico que massacra o povo palestino. Se os judeus brasileiros assumirem com clareza e sinceridade a questão palestina, nós estaremos abertos ao diálogo.

“Agora, é fortalecer o nosso movimento”

EM TEMPO promove aqui um debate com o grupo homossexual *Somos*, que nasceu em maio de 1978, e com seu sub-grupo de mulheres, o grupo *Lésbico Feminista*. Em pauta, a questão da organização dos homossexuais hoje e o que seria uma sexualidade não reprimida. E mais, a relação dos homossexuais com a esquerda: uma relação preconceituosa onde o preconceito partiu, sem dúvida, da esquerda.



Qual é a dinâmica dos grupos homossexuais?

Teca — A primeira fase é a do reconhecimento: as pessoas chegam, se colocam e conseguem seu espaço no grupo. Vindos da repressão do mundo exterior a primeira tarefa é recuperar a auto-estima. Depois é começar a discussão da organização, que lutas levar. Eventualmente o grupo de reconhecimento se dilui nos grupos de trabalho.

— **O que é exatamente este estágio de recuperação da auto-estima?**

Teca — É um processo de desrepressão. Ao contrário do que se imagina somos todos muito diferentes. O que nos une enquanto homossexuais é a repressão: as experiências são várias, desde repressão pela psicanálise, no trabalho, na família. No grupo de reconhecimento estas experiências são passadas e vão se homogeneizar. Cria-se um canal para a transformação dos valores.

Evaristo — Precisamos desse espaço para conversar. Na discussão descobrimos que a experiência de cada um é diferente. Um rapaz de 16 anos era homossexual e não sabia o que queria dizer homossexual, ele tinha para si que era um prostituto.

Prá voce ver as fantasias e os terrores.

“Ao contrário do que se pensa, somos todos muito diferentes.

O que nos une enquanto homossexuais é a repressão.

Um rapaz de 16 anos era homossexual e não sabia o que queria dizer homossexual. Ele tinha para si que era um prostituto.”

— **E os heterossexuais? O grupo é ou não fechado para eles?**

Evaristo — Os grupos são de homossexuais que discutem a experiência deles enquanto homossexuais. Como é que um heterossexual pode passar para nós uma experiência que ele não tem?

Wilma — Mas mesmo com as feministas que junto com as bichas são as aliadas mais próximas das lésbicas, há discriminação, às vezes até nos olhares.

Miriam — Por que nós temos que abrir o nosso espaço? Eles tem que respeitar a nossa sexualidade e nós a deles.

— **Por que o grupo de lésbicas se constituiu em grupo à parte?**

Teca — A gente se reuniu para fazer um artigo e em seguida resolvemos fazer um grupo separado. Foi aquela discussão: separa, não separa, vai dividir o movimento... A coisa principal que a gente levantou é que as bichas são machistas. E que as lésbicas são duplamente discriminadas: enquanto mulheres e en-

quanto homossexuais. Por isso a gente faz questão do nome: lésbico-feminista. A gente não falava, eles nos chamavam de rachadas e havia muita discriminação. Sempre que a gente tentava se posicionar levava paulada. Mesmo entre as bichas cada vez que uma está mais perto de ser mulher, mais “fervida”, ela é discriminada. Por isto ampliamos nossa proposta para que todos os tipos de homossexuais possam discutir seus problemas particulares entre si: lésbicas, travestis, homossexuais negros, etc.

— **Vocês falam do machismo entre as bichas mas este machismo existe também entre as lésbicas como existe a passividade dos dois lados. Como fica a questão dos papéis?**

Wilma — É claro que não somos perfeitas. Temos que trabalhar contra o nosso machismo.

Teca — A gente teve a experiência de ir ao ghetto tentar estudar a reprodução de papéis mas não fomos muito além da nossa reflexão. Nos grupos cada vez que alguém tenta quebrar a estrutura de casos, deslindar casos antigos, as pessoas piram. Nem todas as pessoas jogam o seu mundo afetivo no grupo e quando o fazem são cobradas. Se voce assume que vai abrir sua relação, há gente que diz que você assumiu o padrão machista de querer trepar com todo o mundo.

A. Carlos — A proposta é chegar a um outro tipo de relacionamento. Mas é preciso considerar que toda a nossa cultura ocidental está em cima da família. Na relação entre os homens também há machismo.

— **E a bissexualidade?**

Teca — A bissexualidade só é possível na classe média, que é onde aparece o homossexual assumido, o homem feminista, etc. É uma evolução alguém que vê que sexo não é uma questão de penis, ou de dedo, ou de qualquer outra coisa. É uma evolução a mulher que transa com homens colocar para si a necessidade de transar com o mesmo sexo.

Wilma — Não concordo. Assim como as heterossexuais vêm que não podem transar com mulheres, eu também tenho o direito de não transar com os homens. De repente o homem é isso o homem é aquilo e, quando se faz sexo acaba se pensando em transar com o homem. É viver a vida toda cuidando do marido, dividindo os trabalhos domésticos com ele, dividir o cuidado das crianças, enquanto ela vai numa reunião feminista. Neste ponto eu sou radical. Não que eu não vá transar nunca com um homem. Mas fico perguntando se não é uma paranóia pra quem tá falando uma coisa e fazendo outra.

Teca — Eu não estou colocando neste sentido. Eu estou colocando que de acordo com as experiências que você tem, quanto mais satisfatórias são essas experiências mais você passa a exigir da tran-

sação. Eu acho que uma mulher da classe média, uma mulher que lê, que tem oportunidades de ocupar espaços, para ela, isso pinta como uma coisa a fazer. Mas uma mulher bissexual nunca vai se identificar com a luta homossexual porque ela não é reprimida como uma homossexual. Inclusive dá status a bissexualidade em alguns campos por aí. É você ter seu corpo transado.

“Em 71, quando o momento era de refluxo, eu participava do movimento estudantil.

Havia pouca gente, tudo bem.

Mas quando começou a pintar gente, me pediram encarecidamente para sair porque não pegava bem um homossexual no ME!”

Miriam — Se as pessoas não tivessem toda aquela educação que tem desde pequeno, tem que ser homem ou tem que ser mulher, se as pessoas naturalmente não fossem reprimidas, não tivessem que sentir atração por um homem ou por uma mulher, se a educação não fosse tão preconceituosa, as pessoas seriam levadas naturalmente a transar com um ou com o outro sexo ou com ambos os sexos.

Teca — Ainda com relação a bissexualidade, eu acho que ela é impossível numa sociedade em que todo mundo é reprimido e condicionado a assumir um papel. Que bissexual é esse? De fim de semana? Porque é claro que você tem que assumir um papel diante da família, diante do trabalho, nas suas relações. E é mais fácil assumir o de heterossexual, é o que todo mundo faz.

Wilma — A minha vida inteira eu ouvi as pessoas dizerem assim: é lésbica. É lésbica e pronto, acabou aí. Eu recebo críticas 24 horas por dia de heterossexuais sobre a minha sexualidade, no único ponto em que eu sou diferente do resto das pessoas: quando eu vou pra cama. E nisso eu sou reprimida. Então porque eu vou ser condescendente com os heterossexuais?

A. Carlos — Eu acho que o movimento homossexual, assim como o das feministas, vai aperfeiçoar a relação da sexualidade das pessoas. O movimento feminista contesta o machismo e as coisas ligadas ao homem. Nesse sentido ele abre um espaço para nós, no momento em que contestamos os heterossexuais. Tudo caminha para um processo que é a liberdade sexual. Estamos contribuindo para que as pessoas não sejam determinadas a transar com o outro sexo, mas para que possam escolher com quem desejam transar. É uma quebra de valores que caminha para a revolução sexual.

— **Como é que vocês estabelecem uma relação do movimento com a “grande” política no Brasil?**

Jimmy — Eu acho que esse debate sobre a questão da luta menor com a luta maior é um debate falso. Eu não acho que a luta pela nossa libertação é menor que a luta dos metalúrgicos. A questão que se coloca, isso sim, é ver quais as forças vão transformar a sociedade, qual é o nosso papel na transformação dessa sociedade.

Evaristo — Os homossexuais normalmente tem experiências muito ruins com os partidos de esquerda. Para se ter uma idéia, em 71 eu participava do movimento estudantil na universidade. Enquanto o momento era de refluxo, havia pouca gente, tudo bem, mas quando começou a pintar gente, e eu sempre me assumi como homossexual, me pediram encarecidamente para sair do ME porque não pegava bem um homossexual no movimento estudantil.

Jimmy — O que eu acho é que muitas pessoas olharam para a esquerda esperando uma abertura sobre a questão da sexualidade. Mas para mim o problema é a traição da esquerda a uma conquista. Num determinado momento a esquerda começa a reprimir o homossexual. Na URSS nos anos 35/40 isso acontece. Antes tinha maior liberdade. A mesma coisa com as mulheres. O aborto era legal em 35. Com Stalin deixou de ser legal, a mulher recomeça a ser oprimida. A gente olha para a esquerda pensando que ela vai ser progressista mas não é. Se a esquerda fosse menos preconceituosa hoje ela estaria mais esclarecida. Eu acho que o mais importante agora é a gente fortalecer o nosso movimento. Ele tem que ser muito forte para ser ouvido e respeitado. E para isso precisamos pensar quais serão os nossos aliados e como vai ser o nosso diálogo com eles. Mas precisamos entender que a nossa revolução é uma revolução permanente, que vai continuar depois da revolução. Porque a opressão das mulheres e homossexuais vem de milhares de séculos e não vai mudar em dois minutos, porque precisa mudar a consciência e o preconceito das pessoas.

Caca — O primeiro Encontro de Homossexuais demonstrou que estamos

“A gente olha para a esquerda pensando que ela vai ser progressista, mas não é. Num determinado momento ela começa a reprimir o homossexual. Na URSS nos anos 35/40 isso acontece. Antes tinha maior liberdade.”

muito embrionários para se falar em tendências definidas. Mas acho que há ameaças de tendências: uma que pensa a possibilidade de fazer alianças com outros grupos e outra que se questiona se realmente é nosso objetivo a tomada do poder.

— **Você ficaria num partido em que não pudesse assumir sua condição de homossexual?**

A. Carlos — Ficaria. A nossa posição é esta de estar lá e perguntar porque nos discriminam. É lutar.

Teca — Temos que ultrapassar os cães de guarda do proletariado. O que a gente sentiu no Congresso das Mulheres é que o problema não era falar com as donas de casa, mas ultrapassar as falsas líderes que parecem ter um código de ética que diz isto aqui fala, isto aqui não. É um discurso já pronto e não há espaço para se colocar outra coisa.

A Iugoslávia sem Tito: O que virá agora?

A morte de Tito deixa a Iugoslávia numa situação difícil. No país existe tanto a tendência de aprofundar a autonomia dos trabalhadores, como a de aumentar a burocratização ou a de restaurar o capitalismo. Por outro lado, tanto a burocracia soviética quanto o imperialismo americano podem tentar intervir ali para mudar a correlação de forças no mediterrâneo

Por Ernest Mandel

Tito é o último representante da primeira geração de líderes stalinistas que veio do movimento comunista pró-Stalin. Uma geração que viveu durante a transformação da Internacional Comunista — que incorporava o programa e a esperança da revolução socialista mundial — em partidos comunistas reduzidos ao papel de instrumentos da diplomacia do Kremlin.

Tito estava genuinamente vinculado à causa do comunismo tal como ele a compreendia. Desejava conquistar o poder político em seu país através da derrubada do poder da burguesia. Mas ao mesmo tempo, acreditava inabalavelmente na liderança da URSS com a qual identificava o comunismo internacional. Essa contradição resultou em duplicidade e cinismo.

Quando Stalin assassinou a liderança do PC iugoslavo — o qual vivia uma situação de lutas fracionais — Tito aceitou a direção oferecida a ele por Stalin com o objetivo de enquadrar aquele partido. E pagou caro por esse presente, aprovando tacitamente o assassinato de inúmeros de seus mais próximos camaradas, algumas das mais prestigiadas figuras do comunismo iugoslavo, tais como Milan Gorkic, o primeiro secretário geral do PC iugoslavo.

Nem lacaios, nem executor do Kremlin

Mas Tito não se tornou nem um lacaios servil, nem um mero executor de ordens do Kremlin. Quando a Iugoslávia foi dividida pelos exércitos do imperialismo alemão e italiano em 1941, Tito tirou vantagem do estágio avançado de decadência do estado burguês monárquico, da confusão política da pequena burguesia e do desejo da vanguarda dos trabalhadores e estudantes de pôr fim às torturas que haviam introduzido a bárbara super exploração em seu país. Desencadeou uma massiva insurreição anti-imperialista.



Josip Broz Tito

O que teve início como resistência armada de milhares de comunistas tornou-se, depois de anos de heróicas lutas contra o mais poderoso exército do mundo, numa insurreição de mais de 300 mil combatentes que envolveu o conjunto das massas trabalhadoras. A despeito da inegável manipulação burocrática e do uso demagógico de um nacionalismo desenfreado, o caráter de classe dessa guerra de libertação foi ficando cada vez mais claro.

A insurreição anti-imperialista foi ao mesmo tempo uma guerra civil que dividiu cada cidade e vila em dois campos irreconciliáveis: o campo da classe exploradora e o campo dos explorados.

Assim, Tito e o PC iugoslavo foram os únicos em toda a Europa ocupada a cumprir o que deveria ter sido a tarefa de todos os comunistas e revolucionários marxistas: transformar o movimento de resistência das massas contra a opressão e superexploração introduzida pela ocupação imperialista numa revolução socialista, destruindo o poder de classe da burguesia, a propriedade privada e o estado.

Stalin não deixou passar este fato. Crítico duramente a criação de brigadas proletárias no exército rebelde iugoslavo. Crítico o recrutamento massivo de prisioneiros de guerra e desertores dos exércitos italiano, alemão, búlgaro e húngaro. Crítico Tito por estar colocando em risco a solidez da aliança com os imperialistas ingleses e americanos através de suas políticas "extremistas". Reduziu a ajuda material aos combatentes iugoslavos a um mínimo. Tentou dar suporte à oposição no interior da direção iugoslava mais fiel ao Kremlin. Para ajudar Roosevelt e Churchill, Stalin pressionou Tito para que aceitasse um compromisso político temporário com a presença de ministros burgueses num governo de coalizão. Também forçou Tito a concordar com um referendun sobre a questão da monarquia.

Mas nada adiantou. A guerra civil era muito profunda, as mobilizações de massa muito amplas e o dinamismo revolucionário dos rebeldes muito sólido para permitir uma restauração da ordem burguesa. Depois do referendun de 1945, o que restava do estado burgues, foi varrido para longe. A propriedade capitalista foi rapidamente eliminada. A revolução socialista triunfou na Iugoslávia. Um estado operário burocraticamente formado foi estabelecido no país.

Com Stalin, o conflito inevitável

Por esta razão, o conflito com a burocracia soviética tornou-se inevitável. Um partido comunista que escapou do controle do Kremlin, mesmo que stalinizado em sua ideologia e métodos, era uma fenda aberta no conjunto da fortaleza burocrática. Uma fenda através da qual todas as espécies de "monstros" poderiam se infiltrar. Assim, o hereje tinha de ser tratado e eliminado. O Cominform fora criado com esse objetivo. Em 1948 a excomunhão tem lugar.

Mas, detendo o próprio poder de estado, Tito e os comunistas iugoslavos tinham uma base material que os habilitavam a resistir com chances de sucesso. Eles se tornam os primeiros oponentes bem sucedidos de Stalin não apenas no domínio das idéias mas também a nível de poder.

A despeito do bloqueio econômico, a despeito das tentativas de incitar um movimento insurrecional, a despeito das tentativas de assassinatos e a despeito de massivas tropas soviéticas em sua fronteira, a segunda resistência da Iugoslávia, como a primeira, foi levada com sucesso.



Tito beija Kruchev em sua última viagem à Iugoslávia em 1963.

Em 1955 quando Kruchev desceu no aeroporto de Belgrado e publicamente pediu desculpas pelos sete anos da campanha de insultos e calúnias contra Tito, orquestrada pela incrível máquina de propaganda de Moscou, ele premiava o velho líder comunista com um grau de justificação e triunfo políticos sem precedentes na história soviética.

Com o objetivo de organizar sua resistência contra Stalin — a qual era eminentemente progressiva e a qual abriu oficialmente a crise do stalinismo — Tito e seus companheiros desenvolveram simultaneamente a mais ampla base popular possível e uma base política e teórica que funcionasse para além daquela situação conjuntural. Neste sentido, eles revertem a coletivização forçada na agricultura que havia sido feita anteriormente e adotaram um sistema de auto-gestão dos trabalhadores. O comunismo iugoslavo passou a ser identificado pela palavra de ordem: "As fábricas para os trabalhadores, a terra para os camponeses".

Uma correção parcial da burocracia

O sistema iugoslavo de auto-gestão demonstra, de modo contundente que a revolução socialista tem uma tendência histórica de auto-criticar-se a longo prazo. Esta tendência foi profeticamente anunciada por Marx em seu prefácio ao 18 Brumário de Luiz Bonaparte. O sistema iugoslavo representa uma correção do sistema burocrático de gestão consolidada na URSS desde a ditadura stalinista. Mas ele representa apenas uma correção parcial.

Em primeiro lugar, porque ele foi implantado de cima para baixo, através de um braço da própria burocracia. As mudanças e transformações sucessivas no sistema foram basicamente o resultado de iniciativas de cúpula, apesar da interação crescente entre tais iniciativas e os movimentos no interior da classe trabalhadora.

Por outro lado, o sistema contém uma contradição fundamental. A autogestão limitada apenas à esfera econômica e basicamente a algumas empresas perde muito de seu potencial porque o monopólio do poder político permanece ainda nas mãos do Partido Comunista Iugoslavo. Enfraquecida a nível econômico, a burocracia vinga-se a nível político. De acordo com a tese de Edvard Kardelj, o mais importante teórico titoista, os partidos políticos são "em germe" incompatíveis com um sistema de auto-gestão. Isto nada mais é do que um sofisma apoloético para justificar a existência do regime de partido único, mesmo que ele se chame Liga dos comunistas iugoslavos e não Partido.

A experiência iugoslava confirma que sem poder político real nas mãos de conselho de trabalhadores eleitos democraticamente, não pode haver um real exercício do poder econômico ou político pela classe trabalhadora. Por outro lado, sem um sistema pluripartidário e sem direitos democráticos reais para toda a classe trabalhadora, os conselhos dos trabalhadores não podem ter um poder real.

O mito do «socialismo de mercado»

Mesmo ao nível econômico, as limitações da auto-gestão iugoslava tornam-se logo evidentes. Existe uma clara necessidade de centralizar as decisões econômicas dado o atual nível de desenvolvimento das forças produtivas. Mas os líderes iugoslavos rejeitam a centralização democrática e consciente através de um congresso dos conselhos de trabalhadores que poderiam efetivamente exercer o poder supremo. Ou seja, rejeitam a auto-ges-

tão precisamente ao nível em que as decisões poderiam ser efetivamente tomadas.

Eles a rejeitam, não com base numa consistência doutrinária, mas porque, como facção da burocracia, eles desejam evitar, a todo custo, que o poder esteja em mãos da classe trabalhadora. A fragmentação e divisão da classe trabalhadora continua sendo a pré-condição para que o poder se mantenha nas mãos da burocracia.

Por causa disso, a centralização que eles querem evitar pela cúpula aparece mais ou menos espontaneamente pela base: através do mercado e da concorrência. A auto-gestão iugoslava incorporou crescentemente o mito do "socialismo de mercado" com todas as suas flagrantes contradições econômicas, políticas e sociais. A crise de 1968-72 trouxe à tona, por um momento, tais contradições, expressas em particular pela real "explosão" do desemprego em massa e da desigualdade social, e por um retorno à acumulação primitiva de capital nos poros da economia socializada.

A despeito do fato de que a auto-gestão iugoslava é um produto da burocracia, e está minada por uma série de imperfeições e contradições, ela não deixa de ser um passo à frente em relação ao sistema de gestão burocrática instalado na URSS sob Stalin e transplantando de lá para muitos dos estados operários.

Seu mérito principal consiste em que ele provê a classe operária de uma margem qualitativamente muito maior de auto-defesa. O número de greves, demonstrações de oposição e a extensão da democracia operária são quantitativamente muito maiores do que em qualquer outro estado operário. Naturalmente, essa margem está longe de ser suficiente. A repressão política continua a ser usada contra as tendências de oposição, inclusive aquelas em que há marxistas e comunistas. Mas a margem é real. Os trabalhadores iugoslavos dizem frequentemente com orgulho que seu país é o único país no mundo em que os chefes não podem despedir os trabalhadores, mas os trabalhadores podem despedir os chefes. Isto ainda não é socialismo e nem mesmo a democracia socialista. Mas, mesmo assim, é uma grande conquista.

A Iugoslávia depois de Tito

A morte de Tito deixa o governo do PC iugoslavo profundamente abalado exatamente por causa das contradições do sistema iugoslavo de auto-gestão. Muitas forças estão em movimento, atuando com relativa autonomia. Muitos interesses sociais e políticos contraditórios já estão se manifestando abertamente.

Nesse país de muitas nacionalidades, o aprofundamento das desigualdades sociais, piora o conflito entre elas. A direção do partido assim como a burocracia já aparece dividida pelas clivagens nacionais. Nos últimos tempos, apenas o exército esteve relativamente unido sob a autoridade bonapartista de Tito. Com a sua morte, a tentação para algumas forças de acentuar o curso autonomista e o risco de que outras respondam pela tentativa de aprofundar o centralismo, pode dar lugar a uma intervenção externa. Tanto a burocracia soviética quanto o imperialismo americano (especialmente através das tropas da OTAN na Itália), podem tentar tirar proveito da crise do regime iugoslavo para mudar a correlação de forças no mediterrâneo. E mais. O desaparecimento do árbitro supremo aprofunda o conflito entre a classe trabalhadora e as forças no interior da burocracia que questiona a manutenção do planejamento e do pleno-emprego, forças que ultimamente geraram tendências a restaurar o capitalismo.

Nicarágua

Burguesia deixa o governo

Com a saída dos seus representantes do governo, a burguesia "democrática" nicaraguense se coloca claramente contra a revolução

Por João Machado

A saída, com poucos dias de diferença, de Violeta Chamorro e Alfonso Robelo da Junta de Governo da Nicarágua marca um passo fundamental no processo da revolução: eram os principais representantes burgueses no governo. Violeta Chamorro saiu no dia 19; Robelo saiu no dia 22, com mais 30 membros do seu partido, o Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), dizendo que os sandinistas haviam rompido os acordos firmados, e estavam «impondo mudanças profundas sem o necessário consenso», «rompendo a unidade nacional».

O móvel imediato da crise foi a mudança dos critérios na formação do Conselho de Estado, órgão que terá poderes semelhantes aos de um parlamento. Nos acordos firmados antes da queda de Somoza ele teria 33 membros e maioria burguesa (ver matéria pág. 21); agora, os sandinistas mudaram para 47 membros, com ampla maioria dos representantes das organizações de massa, dirigidas pela FSLN. Segundo Sérgio Ramirez, um dos membros da Junta, a mudança foi necessária para dar conta das «profundas transformações ocorridas no esquema sócio-político do país depois do triunfo da revolução». O fato de que a FSLN e suas organizações têm agora a maioria «obedece à nova realidade concreta e efetiva do país».

Realmente, esta mudança termina com qualquer ambiguidade: quem exerce o governo é a Frente Sandinista, e a burguesia está de fora, mesmo a burguesia «democrática» que fizera oposição a Somoza.

No início de 1980, os sandinistas reforçaram o seu poder político, com uma reformulação ministerial na qual representantes burgueses ainda em cargos importantes nos ministérios do planejamento econômico, agricultura e defesa foram substituídos por comandantes sandinistas.

O Plano de Reativação Econômica prosseguia na política anterior: por um lado, previa um grande aumento nos gastos com saúde, educação e habitação (passariam de 17% com Somoza a 67%). Mas, por outro lado, exigia a colaboração da burguesia que ainda controla setores-chaves da indústria e da agricultura. Como explicou Sérgio Ramirez na época, «não teremos mais o que costuma ser chamado de 'iniciativa privada, a qualidade de 'iniciativa' que significa que os investimentos vão se fazer no que dá mais lucro e não no que atende às necessidades econômicas e sociais».

Uma grande ofensiva popular

Não se abandonava por isso a tentativa de conseguir acordos econômicos com burguesias latino-americanas, européias, e com o próprio imperialismo americano. Durante o mês de fevereiro e no início de março, este precário equilíbrio foi rompido.

A burguesia reagia com a «descapitalização»: liquidação de empresas ou redução da produção, venda ou transferência ao estrangeiro de máquinas ou equipamentos, exportação de capitais ou repatriação através de vários subterfúgios. Isto atingiu tanto a produção agrícola como a industrial.

Também ocorreu uma ofensiva popular. A ATC (Associação dos Trabalhadores do Campo), dirigida pelos sandi-

nistas, realizou a 17 de fevereiro, em Manágua, uma manifestação de 30 mil pessoas exigindo que «nem uma polegada de terra seja restituída ao seu proprietário». Trata-se das terras das quais o INRA (Instituto da Reforma Agrária) havia tomado o controle devido à sabotagem dos proprietários nas colheitas (alegando que os lucros estavam baixos, os salários altos, etc). Não eram terras de Somozistas. Um «plano de luta» adotado pela ATC previa também um maior controle dos trabalhadores sobre as empresas nas mãos do Estado, administradas pelo INRA. Prosseguiram as tomadas de terras.

A ofensiva popular também se intensificou nas cidades. No fim de fevereiro, houve uma onda de greves e de mobilizações, sem paralelo desde a queda de Somoza. Os trabalhadores assumiram o controle de diversas empresas. Houve tomadas de empresas motivadas por reivindicações de aumentos salariais, e por sabotagem da produção por parte dos capitalistas. Neste último caso, a FSLN descreveu a iniciativa dos trabalhadores como exemplos importantes de controle operário da produção.

Em 2 de março, ocorreram duas medidas decisivas por parte da FSLN. Em primeiro lugar, um decreto expropriando toda a agricultura privada previamente sob a intervenção do INRA (primeira expropriação oficial de terras de não somozistas). Um segundo decreto dava ao governo o poder legal para atender às demandas de trabalhadores de intervenção ou investigação de empresas suspeitas de «descapitalização».

Em uma conferência no 2 de março, o Ministro da Justiça declarou que «a me-



Reunião de jovens sandinistas para formar brigadas de alfabetização

lhor garantia de que a lei vai ser cumprida são os próprios companheiros operários». Esta declaração vinha na linha de enfatizar a importância do controle operário da produção: um artigo publicado um pouco antes no semanário «Poder Sandinista» dizia que o controle operário é «mais importante que medidas legais tomadas para controlar a prática ilegal de muitos homens de negócios impatriotas».

Completando a ofensiva popular, uma série de manifestações de massa, a campanha pela reorganização das milícias (com o desfile de 1200 novos milicianos e milicianas no 40º aniversário do assassinato de Sandino), e uma muito ambiciosa campanha de alfabetização. Um dos dirigentes da campanha, Carlos Nunez, explicou que «a cruzada nacional pela alfabetização é um projeto político, não apenas porque se trata de atacar o obscurantismo semeado com sangue e fogo pelo regime precedente, mas também porque nós tentamos integrar de um modo consciente na revolução milhares de trabalhadores e camponeses, fornecendo-lhes os instrumentos necessários para que eles despertem e vivam sua própria história, que eles compreendem o alcance das transformações e gozem seus benefícios».

O acirramento da luta política

A burguesia compreendeu que estava perdendo terreno, e que tinha de lutar. A 5 de março, o Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP), principal organização dos capitalistas e donos de terra, declarou que com seus decretos o governo «prejudicava seriamente a sua própria credibilidade», e estimulava a «atmosfera de anarquia e desordem social evidenciada pelas tomadas de fábricas e fazendas, as agressões gratuitas...». Criadores de gado, plantadores de algodão e de café começaram a fazer um grande número de reuniões denunciando a «insegurança» em que viviam os proprietários, sujeitos a qualquer momento à expropriação.

Mas a grande ofensiva burguesa foi conduzida por Alfonso Robelo, — coincidentemente, voltando de uma viagem privada aos EUA — que se beneficiava de seu prestígio como membro da Junta e opositor a Somoza. Numa série de comícios que culminaram no 16 de março, com o lançamento do MDN (paralisado desde a queda de Somoza), Robelo defendeu o que se pode chamar de pla-

taforma burguesa para o momento na Nicarágua: a necessidade de salvar o quadro da «economia mista» (isto é, de garantir o quinhão da burguesia); a convocação efetiva do Conselho de Estado, na forma original; e a realização de «eleições livres», que levassem à «conquista do poder pelo voto popular».

Ao mesmo tempo, as relações com os EUA se deterioraram. O crédito de 75 milhões de dólares prometido foi congelado, com base em um relatório da CIA, que apontava que «poderia ser utilizado para a subversão na própria Nicarágua ou na América Latina».

Além das chantagens econômicas, começaram chantagens militares, com a intermediação da Colômbia. Sob o pretexto de um litígio entre a Nicarágua e seu país, a respeito do arquipélago de San Andrés, o presidente Turbay começou a montar na região um dispositivo militar agressivo.

'Nenhum grupo burguês deterá a revolução'

A FSLN não deixou por menos. O Ministro do Interior, Tomas Borge, disse que «preferimos morrer de fome a cair de joelhos diante do imperialismo americano». Em 14 de março, o órgão oficial da Frente, **Barricada**, publicou uma longa declaração contra as campanhas burguesas, sob o título bastante expressivo «Sandinismo não é democratismo» (ver matéria pg. 22, nesta edição). Alguns dias depois, uma manchete de primeira página do mesmo jornal estampava: «nenhum grupo burguês deterá a revolução».

A medida decisiva foi a convocação do Conselho de Estado com a composição modificada, que provocou a partida dos burgueses da Junta e de outros cargos do governo.

Termina uma fase da revolução nicaraguense e tem início outra, com um confronto mais aberto (ver matéria ao lado). O imperialismo americano não se conformará com um segundo estado operário no seu antigo quintal. A campanha sobre Cuba é claramente uma maneira de preparar uma futura intervenção, tanto na Nicarágua como em El Salvador ou em toda a América Central. Uma campanha internacional de solidariedade à revolução deve ficar à altura da luta heróica dos trabalhadores nicaraguenses.

ESCRITOR

A Editora História publica, promove e distribui o seu livro.
Consulte nossa assessoria editorial.

Av. Prudente de Moraes, nº 15 — apto. 201 —
Cidade Jardim — Belo Horizonte — Minas Gerais.
CEP 30.000

A dinâmica da revolução sandinista

Uma comparação entre o desenvolvimento da revolução na Nicarágua e a revolução russa de 1917



El Caracol, uma fábrica em mãos dos trabalhadores

Apresentamos uma tentativa de explicar a dinâmica da revolução nicaraguense, suas dificuldades e seus problemas, a partir de um comparação com a revolução russa de 1917. Como então na Rússia, a impetuosidade do movimento de massas na Nicarágua, o processo de desmoronamento do estado burguês, deram origem a uma situação complexa, a uma combinação de ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado.

Esta análise foi feita com base no artigo de Daniel Bensaid, Managua et Petrograd, et retour, publicado no número 29 da revista «Critique Communiste», de outubro/dezembro de 1979.

Há aparentemente poucos pontos em comum entre a Rússia de 1917 e a Nicarágua de 1980. A Revolução Russa acontecia em um imenso país em guerra, nos confins de uma Europa desmantelada por três anos de combate. Ela dispunha de um reservatório humano inesgotável, de milhões de operários e camponeses. Ela se beneficiava da própria extensão de seu território e da possibilidade decorrente de "ceder espaço para ganhar tempo".

Nada disso ocorre na Nicarágua: um país muito pequeno, de apenas dois milhões de habitantes, encurralado entre o Atlântico e o Pacífico, já submetido a uma sangria feroz pela guerra civil, e sob a vigilância direta do colosso do imperialismo.

Contudo, mais além das diferenças evidentes do contexto político e da geografia, o paralelo não deixa de apresentar interesse. A dinâmica da revolução sandinista se aproxima paradoxalmente das grandes linhas do esquema estratégico de Outubro. Preparada por diversas greves gerais e insurreições parciais, a derrubada da ditadura começou, na sua fase final, pelo chamamento à greve geral, lançado pela Frente Sandinista a 4 de junho de 1979. Em junho e julho, a greve geral se transformou em insurreição urbana de massa, onde a ação da vanguarda militar sandinista se combina com o levantamento espontâneo da população.

Este processo de greve geral insurrecional foi acompanhado de um ascenso da auto-organização sob todas as suas formas: aparecimento dos comitês de defesa cívica, formação de milícias, mobilização de mulheres organizadas pela AMPRONAC; paralelamente, a Guarda Nacional se desagregava; quando o interino Urcuyo pretendia se agarrar no poder depois da partida de Somoza, não tinha mais nas mãos um aparelho de estado digno deste nome.

Como na Rússia, a impetuosidade do processo de auto-organização resulta no desmoronamento de um aparelho de estado militar-burocrático e da fraca organização da sociedade civil atomizada pela ditadura.

Desde a sua volta a Petrogrado em abril de 1917, Lênin analisava a situação como uma dualidade de poderes: existiam desde então na Rússia dois poderes antagônicos, a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado. Mas a oposição entre estes dois poderes não adotava ainda uma forma límpida e bem delimitada. Havia pelo contrário "entrelaçamento" e confusão na medida em que o poder soviético se desfazia do poder real e transferia sua legitimidade revolucionária a um governo de coalizão entre os socialistas-revolucionários, os mencheviques, e sobretudo o partido "cadete" que não era senão o partido da burguesia reformista.

Uma situação específica de dualidade de poder

Em Manágua, como em Petrogrado, há desde a derrubada de Somoza uma forma específica e instável de dualidade de poder. A ditadura foi abatida e seu aparelho repressivo aniquilado. Mas a burguesia conserva a propriedade privada dos principais meios de produção e das culturas de exportação mais rentáveis. Ela dispõe ainda de certas instituições estatais. Ela ocupa um lugar importante no seio do governo de reconstrução nacional, embora a Frente Sandinista tenha ocupado todos os cargos chave por ocasião do remanejamento ministerial de janeiro último. Ela se beneficia sobretudo de importantes apoios internacionais.

Na Nicarágua, o desmantelamento do aparelho repressivo já foi muito mais longe do que entre fevereiro e outubro de 1917 na Rússia, onde o essencial do aparelho, começando pela hierarquia do exército czarista e seus regimes especiais de cossacos, continuavam de pé. Na Rússia, a burguesia dispunha de sua própria representação política sob a forma de partidos de tipo parlamentar, como o partido cadete, assim como de seus próprios agentes políticos no seio do movimento operário e camponês, através dos socialistas revolucionários e dos mencheviques.

Na Nicarágua, ao contrário, a única força armada depois da queda de Somoza é a do exército rebelde sandinista,

forjado pelos trabalhadores através da guerrilha e da insurreição. A burguesia começou a criar a sua rede de organização, mas ela não tem ainda um partido político capaz de preencher o vazio deixado pela derrocada da ditadura, comparável ao partido cadete, ou mesmo ao que foi o PPD em Portugal depois da queda de Caetano. A tentativa da parte de Robelo, principal representante burguês no seio da Junta, para dar um passo neste sentido, se chocou com a viva reação da Frente Sandinista e deixou clara a lógica de ruptura e de enfrentamento no seio do governo, como foi o caso de Cuba em 1960-61.

A FSLN não desempenha o papel do partido bolchevique: não tem nem o seu programa, nem a sua tradição. É, entretanto, a direção que não foi conduzida como uma rolha numa corrente de água, mas que impulsionou e dirigiu o processo revolucionário, com obstinação, até a derrocada da ditadura. É por meio deste longo combate que a Frente Sandinista se tornou a vanguarda reconhecida das massas nicaraguenses.

Por todas estas razões a dualidade de poder foi ainda mais complexa e "entrelaçada" na Nicarágua do que ela era em 1917 na Rússia. A revolução sandinista se encontra na situação caracterizada por Engels, a propósito da revolução alemã de 1948, como uma dialética do "já não mais" e do "ainda não". A burguesia já não é mais bastante forte para assumir o poder. O outro poder, o dos operários e camponeses, ainda não tem uma consciência e uma organização suficientes para se desembaraçar das frações da burguesia que souberam acompanhar até agora o movimento e se adaptar. As molas mais importantes da mobilização contra a ditadura foram de ordem democrática, pela terra e pelas liberdades, muito mais do que diretamente socialistas. A consciência de amplas camadas do proletariado ainda está impregnada de preconceitos religiosos e anti-comunistas, que a Frente Sandinista tenta extirpar pela mobilização e pela campanha de alfabetização. A revolução continua antes de tudo "sandinista", mas por detrás da bandeira nacional amadurece e se aprofunda um processo de revolução permanente.

O centro de gravidade do poder real

Os setores da burguesia nicaraguense que se associaram à luta contra a ditadura tentaram, aconselhados pelo imperialismo, negociar com a FSLN a salvaguarda de seu poder de Estado. Os acordos concluídos na véspera da insur-

reção lhes ofereciam uma garantia tripla. Eles previam:

- a formação de uma Junta de Reconstrução de cinco membros e de um Governo de Reconstrução Nacional;
- a fusão do Exército Sandinista e dos restos da Guarda Nacional;
- a constituição de um Conselho de Estado composto por representantes da frente anti-somozista, com uma maioria da burguesia.

O furacão da revolução varreu este castelo de cartas.

A desajeitada obstinação de Urcuyo, em 17 e 18 de julho, desencadeou o último assalto que dispersou o que restava da Guarda Nacional.

A Frente Sandinista, inicialmente, assegurou-se de uma representação preponderante no seio da Junta de Reconstrução, e depois ocupou os ministérios estratégicos (Interior, Defesa, Economia, Reforma Agrária) no seio do Governo.

Enfim, o Conselho do Estado não viu a luz do dia, apesar de os porta-vozes da burguesia terem exigido várias vezes sua rápida formação. Pelo contrário, vários dirigentes sandinistas fizeram pronunciamentos favoráveis a um Conselho de Estado apoiado sobre os órgãos de mobilização nascidos do processo revolucionário. Foi o que aconteceu agora.

Assim é a Frente Sandinista que detém o poder real. Até agora o governo vinha aceitando as medidas sociais e políticas da Frente, de sorte que sua legitimidade revolucionária ainda não tinha sido diminuída aos olhos das massas. Na medida em que setores significativos da burguesia continuavam representados no seu seio, conflitos e rupturas eram inevitáveis, e era necessário preparar para isto os trabalhadores. Mas não era indiferente, tanto para a educação das massas nicaraguenses, como para a defesa internacional da revolução, que a burguesia fosse obrigada a se desmascarar, se opondo abertamente ao aprofundamento da revolução, que fosse dela a iniciativa da ruptura.

A melhor garantia para o futuro da revolução nicaraguense continua sendo a extensão e a centralização da rede de comitês e milícias, que devem ser não apenas "os olhos e as orelhas da revolução", segundo a fórmula da Frente Sandinista, mas igualmente a cabeça e o braço da revolução. A melhor garantia continua sendo também o próprio desenvolvimento da revolução na América Central e sua capacidade de romper o isolamento da pequena Nicarágua.

O futuro da revolução nicaraguense se joga hoje, em uma grande medida, em El Salvador e na Guatemala.



“Sandinismo não é democratismos”

Neste texto, os sandinistas orientam a luta ideológica e política contra os setores burgueses na Nicarágua. Foi publicado originalmente no “Barricada”, diário da FSLN, em 14 de março e aqui reproduzimos partes.

Quarenta e seis anos depois de Sandino, o sandinismo revolucionário - agora no poder - reafirma sem compromissos os princípios da Revolução Popular Sandinista. A luta ideológica é uma tarefa permanente de uma organização revolucionária. Ela se torna mais urgente quando correntes ideológicas rejuvenescidas tentam “revisar” Sandino em detrimento do nosso legado histórico. “Democratismos” é justamente isso - os esforços mais recentes para revisar Sandino e apresentá-lo nos termos da ideologia liberal burguesa, fazendo abstração do caráter de classe e anti-imperialista do Sandinismo, da essência que é expressa na luta revolucionária das massas e da sua vanguarda, a FSLN.

Os militantes sandinistas e todo o povo de Sandino devem renovar continuamente a batalha ideológica sem ceder uma polegada sequer às pretensões do “democratismos” e de outras correntes ideológicas.

Como uma contribuição para forjar as armas das massas nesta luta, o Secretariado Nacional de Propaganda e Educação Política retoma aqui vários aspectos de nossas posições.

“Não é apenas uma questão de mudar os homens no poder, mas de mudar o sistema, derrotar as classes exploradoras e conduzir as classes exploradas até a vitória”. (Comandante Carlos Fonseca, chefe da revolução).

A FSLN Vanguarda da Revolução

A hegemonia do sandinismo que se estende agora por todos os cantos da nossa pátria e que representa a força política dominante no processo revolucionário não pode ser explicada tomando o sandinismo como uma idéia abstrata ou retirando o movimento sandinista de 1927/34 do processo revolucionário como um todo.

A FSLN é a vanguarda porque retira suas raízes da pátria - o exército camponês de Sandino, a guerra popular anti-imperialista, a consciência de classe do movimento sandinista e sua estratégia armada revolucionária. A FSLN é a continuação da linha histórica das lutas anti-intervencionistas e anti-oligárquicas do século passado... Em resumo, a FSLN é a continuidade histórica das lutas do nosso povo.

Sandino não é uma herança de um grupo mas a herança de todos. Entretanto, ele foi empunhado como um símbolo e uma bandeira de luta apenas pelos operários e camponeses. Apenas a sua vanguarda, a FSLN, converteu-o no caminho para a vitória.

A vanguarda, os trabalhadores e seus aliados na luta contra a ditadura

“Vanguarda” é o título honroso que uma organização revolucionária ganha na luta através de um longo processo, conduzindo as forças que ela representa primeiro até a tomada do poder e então consolidando-o.

Só houve uma vanguarda na luta contra a ditadura - a FSLN. Esta posição foi conquistada durante vinte anos de luta ininterrupta pelos interesses dos trabalhadores das cidades e do campo. O poder irrefutável dos fatos fala por si próprio.

Enquanto os “opositores” tradicionais de Somoza estavam enganando o povo com falsos slogans para obter - exclusivamente para o seu benefício - uma parcela de poder ao lado do ditador, a ainda embrionária FSLN - armada fundamentalmente com a confiança dos trabalhadores e com o poder que vem da razão, do direito, da justiça e dos princípios revolucionários - indicava o caminho da libertação nacional.

Os aliados chegaram depois. Logo, os aliados que decidiram acompanhar os trabalhadores na última etapa do caminho desempenharam um papel importante - mas não o papel decisivo. Este foi reservado para as forças fundamentais - aquelas que derramaram seu sangue nas barricadas, nas trincheiras, nas montanhas - os trabalhadores do campo e da cidade.

Nacionalismo e anti-imperialismo

Nacionalismo é outro dos valores do sandinismo. Mas na época do imperialismo, um nacionalismo que não seja também anti-imperialista não pode favorecer os interesses do povo.

Como nosso General dos Homens Livres disse, a soberania do povo não pode ser discutida, mas deve ser conquistada de armas na mão. Entretanto, na história da Nicarágua houve muitos cidadãos e organizações que discutiram nossa soberania em várias mesas de negociação.

Queremos deixar claro que não existem situações intermediárias. Ou se é um nacionalista anti-imperialista, favorável aos interesses do povo, ou um “nacionalista” favorável ao imperialismo, e então contrário aos interesses do povo. Neste caso, não se pode chamar de sandinista.

O fantasma da propriedade privada

Independentemente das diferenças ideológicas e das formas políticas assumidas no curso da luta histórica das classes oprimidas pela sua libertação, todos os movimentos progressistas e revolucionários se confrontam inevitavelmente com o dilema reforma ou revolução. Entre os dois se levanta o fantasma da propriedade privada.

Este fantasma é mais uma vez brandido demagogicamente para espalhar terror e incerteza com o fim de ganhar base política nas classes médias e na pequena burguesia.

Afirmar a necessidade de defender a propriedade privada dos meios de consumo - móveis, moradia, refrigeradores ou utensílios de cozinha - não leva a mais do que a um intento ridículo de levantar este velho fantasma. Como todas as revoluções, esta não apenas defende a propriedade privada destes bens mas está tornando possível o acesso a eles, não apenas para a pequena burguesia, mas também para os trabalhadores e camponeses.

Liberdade burguesa ou liberdade do povo?

Quando Somoza estava explorando e massacrando o povo, ele sempre o fez em nome dos “princípios sagrados da liberdade”.

Os camponeses eram expropriados, para que tivessem a “liberdade” de defender sua força de trabalho para quem quisesse comprar. Todo o povo era mantido na ignorância, para preservar a “liberdade” de decidir se queria educação ou não. “Liberdade” era dada aos capitalistas e donos de terra para poderem explorar o povo como quisessem.

Logo, nosso povo sempre ouviu falar de “liberdade”, como se fosse alguma coisa pura e abstrata que sempre tivesse existido da mesma forma - justamente para esconder o caráter de classe deste conceito. Com a revolução popular sandinista, isto acabou. Hoje as massas compreendem que não basta pronunciar a palavra “liberdade” para que ela exista, mas que há duas maneiras totalmente opostas de entendê-la, dependendo do ponto de vista de qual classe que seja adotada. Uma liberdade abstrata, sagrada, não existe para as massas, porque a única coisa sagrada para elas são seus próprios interesses de classe e os princípios da revolução popular.

A liberdade burguesa não tem nada que ver com a liberdade popular que reflete os interesses objetivos do próprio povo - seu direito de se organizar e armar como classe (politicamente, militarmente, ideologicamente), de levar adiante seu projeto social histórico que corresponde à sua natureza como classe majoritária.

Educação é libertação, não domesticação

Antes do triunfo da revolução, a educação na Nicarágua era um privilégio de classe, que mantinha as grandes massas exploradas do país à mercê da mais criminoso domesticação e manipulação política e ideológica. A educação era um privilégio de classe, não apenas porque as grandes massas, pela sua situação econômica, tinham um acesso muito limitado à educação, mas também devido ao próprio conteúdo do sistema educacional, que era orientado para reproduzir a ideologia das classes dominantes e garantir as bases da reprodução das relações econômicas de exploração. Como em todos os países capitalistas, é este o papel cumprido pelo sistema educacional ao lado de outras instituições ideológicas do estado burguês (meios de comunicação de massas, aparelho cultural, etc).

Com a vitória revolucionária e o acesso das classes exploradas ao poder, esta situação muda radicalmente. A nova realidade sócio-econômica, as necessidades objetivas do processo revolucionário, e os interesses de classe da maioria exigem um novo tipo de educação - não mais para encobrir a exploração e fazê-la aparecer como coisa normal, mas justamente para expor a exploração diante dos olhos dos explorados para libertá-los e armá-los com os instrumentos para que se tornem sujeitos ativos na sua própria história.

A campanha de alfabetização que está começando é nada mais que o primeiro e firme passo nesta direção.

Uma única classe trabalhadora, uma única central sindical

A classe trabalhadora nicaraguense, como todo o resto do mundo, é uma única classe trabalhadora. Os interesses dos trabalhadores de nosso país são os mesmos, qualquer que seja seu lugar particular na produção, independentemente de trabalharem na Fabritex, em El Caracol, na Standard Steel, ou numa unidade agrícola. Sua ideologia é a mesma e sua organização sindical como um instrumento da luta de classe é a mesma.

Valores como “democracia sindical” e “pluralismo ideológico” estão portanto fora do lugar aqui - pela contraposição da liberdade de organização sindical à plataforma de unidade dos trabalhadores que a revolução encoraja - seu fim é fragmentar a classe e dividi-la em quantas partes quantas sejam as organizações sindicais que seja possível criar.

Redistribuição ou revolução?

O capitalismo lança mão do truque de dividir uma parte dos lucros das empresas entre os trabalhadores como um meio de sustar a luta de classes.

Tanto a redistribuição, como as reformas - por mais radicais que possam ser (como as de El Salvador) - não podem substituir o poder revolucionário das massas populares. E ouçam bem - quando falamos de revolução, estamos falando da participação organizada dos trabalhadores para construir uma sociedade que ponha um fim à desigualdade e à exploração.

Mesmo o mais avançado modelo de desenvolvimento capitalista requer que os trabalhadores deixem a democracia do lado de fora das fábricas e das empresas. Ele diz respeito à regularização da exploração para manter a exploração.

A revolução sandinista garante os valores individuais

Nós dissemos em muitas ocasiões, e voltamos a dizer agora como dissemos durante a dura batalha contra a ditadura: A FSLN, vanguarda inquestionável desta revolução, garante a prática individual de todos os valores e crenças de todos os credos. Tivemos e sempre teremos respeito por estas crenças. A liberdade existe na Nicarágua, mas uma liberdade que não fere os interesses do povo, os interesses de nossa revolução. O que a revolução sandinista não vai jamais aceitar, entretanto, é a organização política prática destas crenças contra a revolução.

Pátria livre o morir!

“Patria libre o morir” significa “liberdade ou morte” na luta da FSLN e de nossos trabalhadores para exercer o coletivo direito à emancipação política, econômica e social sem restrições dos imperialistas e dos seus aliados locais.

Na linguagem de nossos trabalhadores e camponeses, esta pátria que estamos construindo é livre de toda exploração e dominação imperialista, com um curso popular e internacionalista; uma pátria na qual nossos trabalhadores e camponeses recuperam nossa riqueza e recursos naturais para beneficiar a ampla maioria despojada; onde os trabalhadores defendem, de armas na mão, a riqueza social produzida por seus esforços; em resumo, a pátria que restaura o legado programático de Sandino.

Sandino nunca emprestou seus slogans para a burguesia, porque “apenas os trabalhadores e camponeses caminharão até o fim; só suas forças organizadas trarão a vitória”.

Pátria livre o morir!



Manifestação anti-imperialista em Manágua. Os balões tem a forma de porcos com o nome da CIA.

Agora, um governo operário e camponês

A partida dos representantes burgueses na Junta de Reconstrução Nacional e nos ministérios abre uma nova fase na revolução nicaraguense: agora, podemos falar de um “governo operário e camponês”.

Ao dizer isto, estamos nos referindo a um governo onde a burguesia foi eliminada do poder político. Isto supõe fundamentalmente três coisas: que o exército burguês seja destruído e que as forças armadas estejam nas mãos das massas (o que acontece na Nicarágua desde a derrubada de Somoza e a destruição da Guarda Nacional); que haja grandes transformações nas relações de propriedade em favor das massas (o que houve também desde a queda da ditadura e se acentuou nos primeiros meses de 1980); e finalmente, uma clara ruptura do governo com a burguesia (o que veio sendo preparado desde o início, se aprofundou nos últimos meses, e deu um passo decisivo agora).

Falar em “governo operário e camponês” não significa dizer que já há um estado operário: a situação ainda é de transição para este estado. Significa menos ainda que a caminhada rumo ao socialismo esteja garantida. Pelo contrário, agora ela se faz mais dura. A burguesia “democrática”, representada principalmente por Robelo, desistiu de tentar acompanhar o processo para poder controlá-lo desde dentro, e escolheu o caminho da luta aberta. Do mesmo modo, o imperialismo não vai aceitar tranquilamente (como sua história deixa evidente) que se forme um segundo estado operário na América Latina.

As ameaças contra a revolução nicaraguense, as chantagens, serão cada vez maiores. Nossa solidariedade é mais importante que nunca. Neste conflito, o governo sandinista é um instrumento das massas nicaraguenses, e deve ser apoiado. Este é o significado da caracterização de “governo operário e camponês”. (J. Machado)

As mulheres na cabeça do Pró-Reitor



Os moradores da Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEU-UFRGS), desde a fundação desta, têm enfrentado um problema constrangedor: suas mães, irmãs e amigas são barradas na portaria, situada no 1º andar. Baseados num Regimento Interno medieval, guardas a mando da reitoria - sob o disfarce de porteiros - impedem que qualquer pessoa do sexo feminino tenha acesso aos demais andares.

Várias vezes foi tentado o diálogo com a reitoria, sem que nada fosse conseguido no sentido de resolver o problema. Em nome de uma falsa moral, sem admitir discussão de qualquer espécie, o Pró-Reitor Jorge Honório Brito declarou que "enquanto eu for Pró-Reitor não permitirei a entrada de mulheres na CEU".

Contraditoriamente, mulheres encarregadas da limpeza circulam diariamente pelos andares. O autoritário Pró-Reitor não considera como mulheres as trabalhadoras.

Buscando uma resolução imediata para o problema, os moradores em Assembléia Geral, realizada no dia 17 último, aprovaram por unanimidade uma resolução de livre acesso de mulheres a CEU-UFRGS. Nesta assembléia foi decidido que no dia 29/04, às 12h30min, haveria uma "entrada coletiva de mulheres", com a realização de debates nos diversos andares da casa, sobre a questão da mulher, do homossexualismo, da prostituição e da família.

Imediatamente após a assembléia, para impedir a deflagração do movimento, a PRUNI (Pró-Reitoria de Assistência a Comunidade Universitária), sob a responsabilidade do Pró-Reitor Jorge Honório Brito, tenta intimidar moradores. Lança mão de memorandos cancelando Bolsas de Estudo (isenção de taxas de matrícula) de aproximadamente 40 moradores.

Na quinta-feira, 24 de abril, o Reitor Homero Só Jobim convoca 3 dos 360 moradores da casa para uma reunião em seu gabinete. Depois de ter impedido a participação da imprensa inicia o papo entre o Reitor e os 14 moradores que se fizeram presentes. A conversa transcorre no mais alto nível. Diz o Magnífico que quando era jovem também se portava assim, por certo não estava brabo com os moradores da CEU, apenas sugeria a eles que para resolver o problema "quando vocês quiserem preparar alguma mulher utilizem o Parque Farroupilha". Os estudantes responderam indignados questionando se o Reitor encarava as mulheres de sua família da mesma forma. Quando alguém comentou que o Regimento legitimando a discriminação sexual feria a Constituição Federal, Jobim respondeu ironicamente: "Ah! Todo mundo sabe como é que é com a Constituição. Não liguem para isso".

Enfim, como resultado deste amigável bate-papo, foram feitas as seguintes ameaças: Intervenção de tropas federais para impedir a concretização da entrada coletiva programada para o dia 29/4, Identificação dos líderes do movimento e expulsão dos mesmos da Universidade e Fechamento da Casa do Estudante caso não fosse possível individualizar lideranças.

Ao contrário do que pensavam os representantes da ditadura na universidade, a repressão aos moradores da CEU só serviu para reforçar o movimento. Cartazes e panfletos convocatórios foram distribuídos por todo o Campus Universitário da UFRGS e em outras escolas como a PUC e a Unisinos. A receptividade dos estudantes (principalmente as mulheres) foi surpreendente.

À CEU foi tomada por cartazes, caricaturas, desenhos e poemas. A entrada de mulheres na casa coloca o rompimento, na prática, com uma moral que tolhe o comportamento de todos, e castra a afetividade e sensibilidade servindo como mais um instrumento de dominação e opressão. Os moradores sabem disso e expressam sua combatividade nos murais com frases do tipo: "É o fim do Hospício!", "Nossa solidariedade começa a ser menos amedrontada", "Temos toda a morte para dormir". Dia 29, sob uma chuva de papel picado, as mulheres finalmente entraram em massa na CEU e realizaram toda a programação.

(Da Sucursal).

É hora de lutar contra o Estado

A luta contra o capital passa pela luta contra o Estado. Obvio ululante mas que na hora do vamos ver a coisa não é encarada. Vejamos.

A luta sindical atual, bate em duas teclas fundamentais: liberdade sindical e negociação direta com os patrões, questões que colocam em cheque a presença e ingerência do Estado na economia. Porém não há uma luta contra a fortaleza do Estado ou a chamada "estaticação que seria uma consequência lógica destas reivindicações.

Não sei como se pode pretender que o Estado fique fora das negociações se ele leva uma porcentagem altíssima em cada carro fabricado. A imprensa burguesa que luta contra a estatização não aponta este problema; os empresários que reclamam da presença asfixiante do Estado na economia não pressionam para acabar com as altas taxas de impostos. Porém, o mais engraçado é que boa parte da esquerda também o faz. Será que eles acham que o problema é o mau uso do Estado? Ou seja é lutar para tomá-lo, deixando como está porque precisamos de um forte Estado para dirigir a economia, a sociedade revolucionária?

A luta pelo enfraquecimento do Estado aqui e agora é uma questão que se impõe neste momento. Aquela negação de deixar para depois da tomada do poder é uma versão pre-

tensamente revolucionária da fórmula delfiniana de dividir sim, mas depois de crescido o bolo. A presença terrível do Estado no Brasil ao longo dos séculos, sugere que este é o nó górdio. Estamos falando de um Estado Capitalista, é claro. Mas se queremos uma sociedade justa e livre e portanto sem Estado, a luta contra ele é primordial.

Além do mais, é através dele que o governo consegue manipular os fundos públicos e beneficiar os grupos hegemônicos e/ou protegidos. Não adianta pregar a democratização do Estado, no sentido de controle dos trabalhadores, se o seu fortalecimento, que historicamente é fruto da monopolização econômica e da tentativa de dominar cada vez mais a classe trabalhadora e os seus desafios, não for contestado.

Um exemplo recente do potencial desta luta foi dado pelos produtores de soja que conseguiram o fim do confisco. A luta contra o imenso poder do Estado une porque ele asfixia a maioria e mesmo seus protegidos se sentem limitados por ele. Evidentemente que a forma da luta será diferente conforme os setores nela envolvidos. Cabe àqueles que querem uma sociedade livre e justa, sem burocracia, dirigida por trabalhadores, imprimirem nesta campanha a sua marca.

Taso Monteiro de Castro

Sindiquimica contra Hora do Povo

Sr. Editor:

A Diretoria deste Sindicato ficou muito consternada com as atitudes que atribuímos de vandalísticas fascistas e policiaescas, do indivíduo Nathaniel Braia, representante do Jornal "Hora do Povo", membro da ala trabalhista do PMDB na Bahia, ex-funcionário da CEMAN-Central de Manutenção de Camaçari. Estas atitudes foram demonstradas quando se realizava nesta entidade uma reunião plenária no dia 27/03/80, quinta-feira passada, com o objetivo de organizarmos o 1º de maio unificado e independente, o fato foi presenciado por mais de 100 trabalhadores e dirigentes sindicais de diversas categorias.

Ficamos pasmos, por não entendermos o comportamento desse indivíduo que inclusive já pertenceu ao nosso quadro social, e hoje nocivamente destroi o nosso patrimônio, quebrando cadeiras, mesas e outros objetos, como também usou e abusou das palavras de baixo calão, que é muito comum no ambiente que ele milita...

E essa não é a primeira vez que membros desse jornal, "HORA DO POVO", praticam atos de vandalismos...

A atitude que esta Diretoria assumiu é de excluir definitivamente a possibilidade desse indivíduo voltar a qualquer tempo a fazer parte do nosso quadro social, como também excluir seus cachinhos do nosso quadro, quando vierem a praticar atos semelhantes.

Achamos convenientes citar nomes de alguns operários petroquímicos que estimularam as atitudes daquele indivíduo, para que eles fiquem conhecidos, e possamos acompanhá-los de perto.

Humberto Froes Moreira - Instrumentista II da CEMAN

Ariosvaldo Ribeiro Filho - conhecido como Boca, ex-operador I da COPENE

Salvador, 28 de março de 1980
(P/Diretoria)

As autoridades argentinas no Brasil



Fundamentados na exigência da plena vigência dos mais elementares Direitos Democráticos e de Liberdades para os Povos, os abaixo assinados, solicitamos que se faça chegar os pedidos seguintes:

- 1) que apareçam com vida os detidos-desaparecidos
- 2) que sejam liberados todos os detidos por razões políticas sem causa nem processo
- 3) que sejam julgados aqueles que têm causa e/ou processo de acordo com a Constituição Nacional com garantia de defesa no julgamento
- 4) que seja concedido o uso do direito de opção segundo o estabelecido na

Constituição Nacional, sem restrições nem regulamentações que o deturpem

5) que finalizem as ações que ainda continuam e motivam este documento

6) que seja revogada a lei nº 22068

7) que reapareçam, vivos, os cidadãos brasileiros que se encontram desaparecidos na argentina, tais como, entre outros: Sidney Fin Marques dos Santos; Maria Regina Marcondes Pinto; Jorge Luis Basso.

8) que cesse toda perseguição e cerceamento das atividades do movimento dos "Familiares de presos y desaparecidos por razones políticas" e a de todos os organismos que lutam pelos direitos humanos na Argentina.

Nome:

Assinatura:

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robison Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robison Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiro — São Paulo — CEP: 05414 — Fone: 852-8880

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Pappi.

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 • PORTO ALEGRE: — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE JANEIRO: — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR: — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA: — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

Associação dos Sociólogos do ABC — ASABC

Edital

Ficam convocados todos os associados para a Assembléia Geral Ordinária que será realizada em sua sede social, situada à Av. Senador Vergueiro, 4230, 2º andar, sala 25, em Rudge Ramos, São Bernardo do Campo, das 13 às 17 horas do dia 10 de maio de 1980, para:

- a) leitura do relatório anual;
- b) apresentação do balanço do ano encerrado;
- c) aprovação do orçamento e do programa de atividades para o exercício seguinte.

Conforme o artigo 14, parágrafo 1º, inciso II dos Estatutos.

São Paulo, 24 de abril de 1980

Diego Antonio Arsênio Brea Fernandez (Presidente)

A volta ao trabalho na Volks era pura mentira.

A Volkswagen anunciou que suas linhas de montagem voltavam a se movimentar. A imprensa forçou a barra, entrou na fábrica e, para desespero da direção da multinacional alemã, constatou que era conversa fiada: a imensa fábrica estava às moscas, fura-greves (poucos) dormiam sobre as máquinas paradas.

Por Vânia Almeida

Er am cerca de 11 horas, da terça-feira, 29 de abril, quando os jornalistas que cobriam a assembléia dos Metalúrgicos, no Largo da Matriz, em São Bernardo, foram avisados: às 13 h 30 desse dia (29), haveria na Volkswagen mais uma reunião entre os ferramenteiros e a direção da empresa sobre uma proposta verbal de cinco anos de estabilidade. Os ferramenteiros — dizia-se, foram procurados em casa por elementos da chefia convidando-os para uma reunião na Volks, e tinham recebido com gargalhadas uma proposta de estabilidade por cinco anos. Explica-se: essa proposta, antes de ser assinada ou discutida em assembléia, incluía a volta imediata ao trabalho.

Nesse dia, às 14h30, depois de um lauto almoço no restaurante São Judas, próximo à Volks (o mesmo onde almoçou o presidente Figueiredo quando visitou São Bernardo) os jornalistas começaram a se dirigir ao clube da Volks, local para onde — estranhamente — tinha sido transferida a reunião. No caminho, alguns grevistas fizeram uma espécie de "piquete" para avisar à Imprensa, que seguia para o clube em uma imensa caravana, que não haveria reunião nenhuma, "era tudo cascata". Reunião, tinha sim. Mas era no Largo da Matriz com os ferramenteiros, sem os representantes da Volks (os ferramenteiros acusavam a direção da empresa de "cascateira" e preferiam continuar discutindo entre si o encaminhamento da greve).

Os jornalistas decidiram então dirigir-se à Volkswagen. E por que não? Se a empresa um dia antes tinha se recusado a mostrar o pátio de estacionamento de veículos novos, muito embora tivesse anunciado a fabricação de 104 carros (um deles, um Passat, vindo da fábrica de Taubaté)?

A surpresa

Nesse dia, a Volkswagen anunciava ainda, um comparecimento de 46 por cento de seus funcionários (o 29º foi um dos dias mais cruciais da greve dos metalúrgicos, véspera do trigésimo dia, quando muitos trabalhadores poderiam ser dispensados por abandono de emprego). Mas qual não foi a surpresa de mais de duas dezenas de jornalistas, repórteres e fotógrafos dos principais órgãos de Imprensa do país, além de correspondentes internacionais, quando diante de si aparece a funilaria da Volks e o setor de montagens de motor inteiramente parados, literalmente às moscas, com alguns fura-greves até dormindo em cima das máquinas, como foi registrado por um fotógrafo?

Onde estavam os 46 por cento de trabalhadores que, segundo a empresa trabalhavam regularmente? Bem, as coisas ocorreram assim: eram 15h 20 minutos. Os jornalistas tinham chegado às 15 horas e esperados uns quinze minutos na portaria da empresa. Depois de convenientemente identificados e fotografados, como é de praxe na empresa, foram conduzidos ao Departamento da Imprensa da Volks. Mas,



Fura greve dorme na fábrica parada

como diria um assessor desesperado "jornalista é bicho intrometido mesmo", não se contentaram em ficar trancados na salinha da Imprensa e, como abelhudos, se espalharam por várias alas da empresa, boquiabertos: a Volkswagen estava mesmo parada.

Um assessor corria como louco tentando reunir o rebanho tresmalhado, dizendo: Colegas, vocês chegaram numa hora ingrata. Agora é troca de turno. Por isso a fábrica está vazia".

A troca de turno, no entanto, era às 16h45 e não às 15h20. A indústria estava mesmo paralisada, apesar dos anúncios em contrário. Mas os assessores não queriam admitir. Um deles mais exaltado, chegou a dizer — "Foi a assessoria do Tito Costa (prefeito de São Bernardo) que preparou isso. Vocês invadiram a Volkswagen".

Quem fala a verdade

O certo é que assessoria nenhuma tinha preparado a "invasão". Simplesmente os jornalistas tinham ido checar as informações contraditórias dadas pela indústria e pelos operários e chegaram à conclusão de que lado estava a verdade.

Mauro Forjaz, um dos chefes da assessoria ainda tentava conter a massa de jornalistas nos estreitos limites da sala de Imprensa, mas já não era possível, a menos que fosse usar de violência, o que estava fora de cogitação.

Foram os fura-greves que deram as melhores informações. Na ala 2, setor 1261, de 600 operários que trabalham nos três turnos, havia um total de 70 pessoas trabalhando (somados os três turnos).

No setor 1267, montagem lateral da carroceria Brasília, de um total de 2000, vinham trabalhar, 200. No setor de montagem de motor, de 152 operários nos dois turnos, menos de vinte trabalhavam.

O setor de exportação (embalagem) estava totalmente paralisado. Não ha-



via ninguém trabalhando.

Num setor em que trabalhavam normalmente 23 pessoas, um feitor de produção informou que estavam vindo trabalhar quatro metalúrgicos.

No setor 1181, estava sendo montado um lado da linha 1300 outro lado, nada. E assim, por diante — em todos os setores de produção não havia mais que dez por cento de trabalhadores e, muitos de braços cruzados, pois não havia o que fazer, com a maior parte da fábrica paralisada.

Para fabricar 103 carros, confessava um assessor, a indústria levou vários dias, juntando todos os pedaços de um veículo. Assim esse número divulgado como um início de que a greve se esvaziava, era, na verdade, um dado falso, pois representava produção acumulada de vários dias. Além disso, o índice normal de produção é de 2200 carros por dia, sendo que os 103 representavam menos de cinco por cento desse total.

No setor de câmbio, informava um fura-greve, de um total de 1220 que normalmente são fabricados por dia, o índice caiu para cem.

Pressão psicológica

No meio da confusão, um assessor apavorado, dizia: "de fato, o índice de produção" é insignificante." E completava: "a empresa divulga esses dados para fazer pressão psicológica".

No interior da Volks, além dos fura-greves, uma outra categoria de trabalhadores, espiava o movimento: eram os "olheiros do Sindicato", que diariamente entram na empresa para analisar o índice de paralisação. Estes falavam: "Não tá vendo, não? Tá tudo parado, a greve vai continuar."

Uns poucos tinham ido bater o cartão de ponto, para não completar 30 dias e serem acusados de abandono de emprego. Eram, em geral, trabalhadores não especializados que temiam ser substituídos por outros, que diariamente fi-

cam nas filas para preencher vagas abertas pela empresa (cerca de quatro mil. Desempregados ficam desde manhã na fila até a tarde, esperando uma chance que não virá, pois a maioria vem do campo e não entende nada de indústria metalúrgica).

Esses trabalhadores, que foram bater o cartão, disseram que vão continuar parados, não voltando ao serviço no dia seguinte.

Golpe baixo

A Volkswagen está levando trabalhadores de um setor para outro, a fim de manter a produção de algumas áreas. Interrogado sobre a diferença salarial de um setor para outro, um dos assessores disse que não havia nenhuma, o que deixou os jornalistas incrédulos, pois todos sabem que existem mais de dez faixas salariais em alguns setores.

O mesmo assessor insistia em que os jornalistas voltassem as oito horas do dia seguinte, que seriam prontamente atendidos. Já eram quase 16 horas e nenhum diretor da empresa tinha descido para atender aos repórteres.

Um jornalista respondeu — "Amanhã de manhã não dá, porque tem assembléia dos metalúrgicos. Nós vamos cobrir a assembléia".

— E que tal, às 11, 12, uma hora, duas? (o assessor estava fazendo qualquer negócio para se ver livre da Imprensa que percorria como formiga as diversas alas da indústria).

"Qual a produção da empresa, hoje?", perguntaram os jornalistas.

"Amanhã a gente dá prá vocês. Aliás a gente dá até por escrito".

Lá na sala de Imprensa, o rebú era grande: um assessor não se conformava com a "invasão" dos jornalistas, explicava que os diretores estavam todos reunidos ("quais?" não sabia) e que "amanhã" dariam uma entrevista, se os jornalistas tivessem paciência.

"Amanhã é outro dia, disse um repórter. O certo é que nós chegamos hoje às 15h20 e a empresa estava parada. Como vocês explicam isso?"

"Não explicamos. Sabem de uma coisa? Escrevam o que quiserem", disse finalmente, irritado.

Mauro Forjaz ainda insistia para os repórteres voltarem no dia seguinte. E um deles afirmou: "Ora, amanhã vocês vão juntar duas alas e colocar tudo num setor só, juntar dois turnos e dizer que a fábrica está trabalhando. O que nós vimos hoje, já basta. Se vocês não tem outro argumento, o que nós vimos é suficiente."

E o que os repórteres viram e fotografaram foi a fábrica inteiramente parada.

Na saída, enquanto o assessor assina nervosamente os cartões de visita dos jornalistas, um repórter da Tv Globo anuncia para surpresa de alguns colegas: "Vou dar que 46 por cento estavam trabalhando."

Depois de tudo, o fervor patronal de um jornalista, desmentia a própria imagem da realidade.